

{...Relató
rio e
Contas
2005



ParaRede

Índice

- pág. 1** Parte 1 | O Ano em Revista
pág. 16 Parte 2 | Relatório sobre as práticas do Governo
pag. 30 Parte 3 | Demonstrações financeiras – Contas Individuais
pág. 47 Parte 4 | Demonstrações financeiras – Contas Consolidadas



Relatório e Contas ParaRede SGPS

ParaRede R&C 2005

PARTE 1 – O ANO EM REVISTA





Mensagem 2005

sobre exercício de 2005

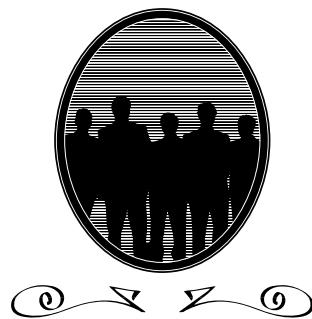
O ano de 2005 fica marcado pela integração das novas empresas adquiridas no final de 2004 e início de 2005, pelo alargamento, organização e consolidação do novo espectro de competências e pela optimização dos nossos processos e operações. Fica também marcado por uma inflexão na linha de tendência de resultados, resultante de factos oportunamente comunicados e que agora se encontram ultrapassados. A ParaRede mantém firme a intenção de crescer em termos de receitas e rentabilidade conquistando quota de mercado. Continuamos a acreditar na força das nossas relações de parceria, na vasta presença e fidelização da base de Clientes e no valor e competências dos nossos Colaboradores. Por tudo isto o projecto da ParaRede tem todas as condições para ser um projecto vencedor, mantendo como eixo fundamental de orientação a criação de valor para todos os *stakeholders*, tendo por base a procura contínua de eficiência e a inovação para um crescimento sustentado.

2006 apresenta-se como um ano de melhores oportunidades. A economia Portuguesa aparenta estar a sair do impasse sentido no último triénio, havendo alguns sinais de melhoria ao nível da confiança dos agentes económicos. O enfoque do actual Governo em dotar Portugal e a Administração Pública de mecanismos indutores de eficiência e modernidade, abre novos horizontes para o sector das Tecnologias de Informação e Comunicação. As previsões dos analistas de mercado apontam para taxas de crescimento modestas, mas acima do esperado para o PIB. As recentes movimentações de consolidação em dois dos principais sectores da economia, a Banca e as Telecomunicações, podem ser factores moderadores das expectativas, dado representarem mais de 1/3 do agregado do investimento em Tls em Portugal. Apesar disto a conjuntura apresenta-se mais favorável à ParaRede que no exercício transacto e, uma vez que as medidas correctivas tomadas em 2005 começam agora a potenciar os seus efeitos, acreditamos que 2006 será um ano de recuperação e de resultados positivos.

Continuaremos pois a reforçar as áreas de maior rentabilidade, apostando claramente no crescimento dos Serviços e em áreas de negócio emergentes de grande valor acrescentado, como seja a Consultoria. Continuaremos a apostar nas parcerias estratégicas, procurando dinamizar em todas as nossas Divisões uma abordagem ao mercado integrada. Por último, será nosso enfoque em 2006 a expansão da nossa base instalada com apostas claras nas áreas da Saúde, Sector Público, Telecomunicações e Mercado Financeiro.

A ParaRede tem hoje uma diversificada e consistente carteira de Clientes e uma equipa de Colaboradores com as competências certas para os desafios que tem pela frente. As parcerias firmadas com as maiores empresas do sector e as competências certificadas nas principais tecnologias líderes de mercado, colocam a ParaRede na linha avançada da inovação. Por todas estas razões, estamos convictos que 2006 será novamente um ano de resultados positivos com benefícios directos para os nossos Clientes, Colaboradores, Accionistas e Parceiros.

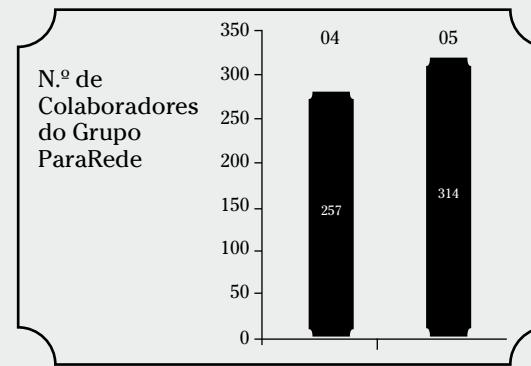
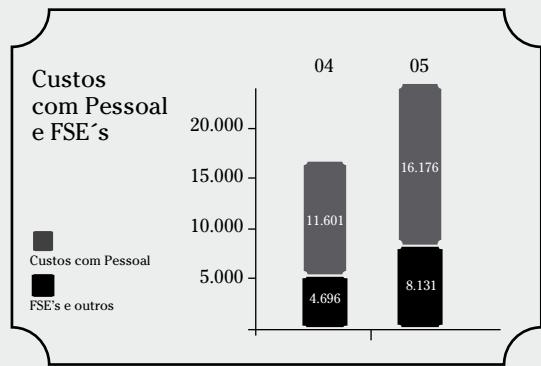
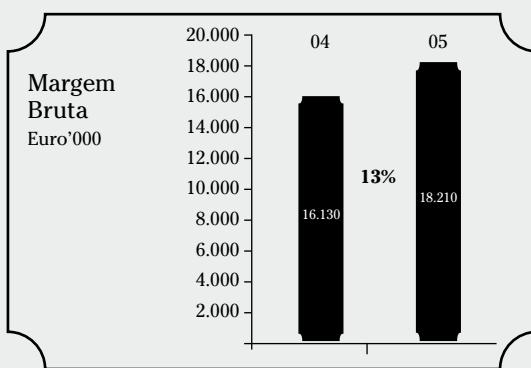
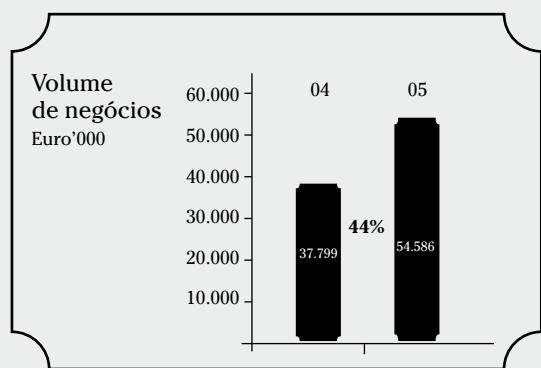
O Conselho de Administração



Composição
dos Órgãos Sociais
2005

- Conselho de Administração**
- Dr. Paulo Miguel de Sousa Gonçalves Ramos**
Presidente e CEO
- Eng. Paulo Jorge Tavares Guedes**
Administrador Executivo
- Dr. Pedro Miguel Marques Rebelo Pinto**
Administrador Executivo e CFO
- Eng. Pedro Manuel de Barros Inácio**
Administrador
- Eng. António Miguel Natário Rio Tinto**
Administrador
- Fiscal Único**
- Vítor Oliveira e Hélia Félix**, SROC (n.º 165),
representada pelo Dr. Vítor Manuel Rodrigues de Oliveira (ROC n.º 482)
Fiscal Único Efectivo
- Dra. Hélia Santos Duarte Félix (ROC n.º 991)**
Suplente
- Mesa da Assembleia Geral**
- Dr. Luís Sáragga Leal**
Presidente
- Dr. Jorge de Brito Pereira**
Vice-Presidente
- Dr. Raul Miguel Lampreia Corrêa Teles Lufinha**
Secretário
- Secretário da Sociedade**
- Dr. Raul Miguel Lampreia Corrêa Teles Lufinha**
Secretário da Sociedade Efectivo
- Dr. João Domingos Leirinha Venâncio**
Suplente
- Comissão de Vencimentos**
- Banco Espírito Santo, S.A.,**
representado pelo Dr. Joaquim Aníbal Brito Freixial de Goes
Presidente
- Dr. Jorge de Brito Pereira**
Vogal
- Structured Investments – SGPS, S.A.,**
representada pelo Dr. Felipe Baião do Nascimento
Vogal
- Representante para as Relações com o Mercado**
- Dr. Pedro Miguel Marques Rebelo Pinto**

Indicadores Chave





2005

Enquadramento Macro-económico

Economia internacional

A volatilidade continuou a marcar a evolução económica mundial ao longo de todo o ano de 2005, especialmente quanto ao preço do petróleo e à evolução da situação no Médio Oriente, provocando, pelo menos para a Europa, e zona Euro, sucessivas e frequentes revisões em baixa das estimativas para os diversos indicadores económicos. Simultaneamente todo o ano evoluiu num cenário de certa forma marcado pela provável subida das taxas de juro, quer nos Estados Unidos quer na Europa.

De acordo com os dados avançados pelo Fundo Monetário Internacional, a actividade económica global registou uma subida de 4,3%, contra os 5,1% de 2004. Para esta estimativa contribuíram, entre outros, factores como as baixas taxas de juro reais ou o comportamento de algumas economias, incluindo a China, a Índia e países exportadores de petróleo. No caso da China, o Produto Interno Bruto (PIB) deverá ter aumentado 9% em 2005 e na Índia o incremento terá sido superior a 7%. Nos Estados Unidos, em grande parte dinamizado pelo consumo privado, o ritmo de crescimento do PIB ter-se-á situado nos 3,5% em 2005, e para o Japão foi estimado um aumento da ordem dos 2%.

Segundo as estimativas da Comissão Europeia, no conjunto dos países da União Europeia (UE) a evolução da economia foi mais modesta. O crescimento do PIB deste grupo não terá ido além de 1,5% em 2005, depois de ter registado uma taxa de 2,4% no ano anterior. Considerando apenas os países da zona Euro, a estimativa aponta para que se tenha registado um crescimento de 1,3%.

O consumo terá registado desaceleração, face a 2004, tanto nos 25 Estados-Membros, como nos países da zona Euro, situando-se no primeiro caso em 1,6% e no segundo em 1,4%, a comparar com 2,1% e 1,6%, respectivamente. Também o investimento abrandou para 1,7% em 2005, quando comparado com os 2,3% do ano anterior.

Ao nível do emprego, as estimativas da Comissão Europeia apontam uma taxa de crescimento de 1,0% para 2005 no conjunto dos países da zona Euro. Por outro lado, o desemprego, situou-se nos 8,4% em 2005, para a mesma região.

Economia nacional

A evolução económica nacional registou indicadores geralmente inferiores aos dos seus parceiros europeus, tendo o ano sido muito condicionado pela evolução política, os sucessivos actos eleitorais e a discussão e implementação de medidas de controlo do défice orçamental, que levaram a novos aumentos da carga fiscal e à necessidade de maior contenção nas despesas e investimentos.

Assim, e de acordo com as estimativas do Banco de Portugal, a evolução do crescimento do PIB em 2005, apesar de positivo e portanto melhor que em 2004, não deverá ter ido além dos 0,3%. É de realçar que as estimativas económicas para Portugal, quer as produzidas por organismos nacionais quer as produzidas internacionalmente foram frequentemente revistas em baixa ao longo do ano, o que evidenciou que a retoma económica foi mais modesta do que antecipado, com os consequentes efeitos ao nível dos investimentos.

Durante todo o ano a economia evoluiu num cenário marcado por uma dinâmica moderada do consumo privado, que terá registado um incremento de 1,8% e do consumo público que registou 1,1%. Do ponto de vista do investimento, e segundo as estimativas do Banco de Portugal, a componente Formação Bruta de Capital Fixo apresentou uma quebra de 3,1% em 2005. O comércio externo registou uma subida de 1,8% nas exportações e uma subida de 2,4% nas importações. A evolução do mercado de trabalho continuou negativa com a taxa de desemprego a atingir valores próximos de 8%.

menos positivo. Tal ficou a dever-se, provavelmente em grande parte, à continua revisão em baixa das estimativas para os indicadores económicos, mas também ao cenário de subida muito provável das taxas de juro, cenário que se acentuou em meados do ano, situação mais ou menos generalizada a todos os segmentos do mercado mas de forma mais acentuada no adiar de muitos projectos de inovação ou renovação por parte das grandes organizações.

Os diversos segmentos do mercado global de tecnologias de informação registaram evoluções diferentes, com os segmentos de consumo e pequenas empresas, geralmente maioritariamente focadas em hardware, a registar um crescimento pouco acima da média e os segmentos empresariais, geralmente maioritariamente focados em software e serviços, a registarem uma evolução praticamente nula, mantendo-se os seus investimentos em valores muito próximos do ano anterior, uma situação que indicia que muitos projectos, quer de inovação quer de renovação, foram adiados. Esta situação de adiamento de projectos por parte das grandes organizações já se mantém há cerca de três anos, sensivelmente desde que se acentuou a crise económica em Portugal.

O dinamismo do sector foi maior nos primeiros meses tendo vindo a abrandar até final do ano, quer do lado do consumo e pequenas empresas, quer do lado empresarial, em que não se registou o habitual peso dos investimentos de final do ano, provavelmente devido às contínuas revisões em baixa das previsões económicas e ao aproximar das eleições presidenciais.

Todos os valores em percentagem	2003	2004	2005	2006	2007
PIB na Zona Euro (%) CE	0,7	2,1	1,3	1,9	2,1
Consumo na Zona Euro (%) CE	1,1	1,6	1,4	1,4	1,9
Investimento na Zona Euro (%) CE	0,9	2,3	1,7	3,1	3,2
PIB Economia Portuguesa (%) Banco Portugal	-1,1	1,3	0,3	0,8	1,0
FBCF Economia Portuguesa (%) BP	-9,9	0,2	-3,1	-1,1	-0,8
Consumo Privado Economia Portuguesa (%) BP	-0,1	2,3	1,8	1,2	1,1
Desemprego	6,3	6,7	7,7	8	

"Fontes: Comissão Europeia, Banco de Portugal, INSAT"

O Sector das Tecnologias de Informação

O mercado nacional consolidado de equipamentos, produtos e serviços de tecnologias de informação em Portugal evoluiu de forma muito modesta em 2005, registando um crescimento nominal de apenas 1%, atingindo um valor agregado de perto de 1.500 milhões de Euros (fonte: INSAT). Esta taxa foi claramente inferior aos 7% nominais registados em 2004 e também inferior à taxa de inflação estimada. A evolução do mercado global consolidado situou-se no limite inferior do intervalo estimado tendo a evolução ao longo do ano mostrado um comportamento cada vez

A estrutura do mercado de tecnologias de informação é muito competitiva e com forte componente indirecta, existindo um grande número de intermediários no processo de entrega, sendo habitual intervirem três ou quatro fornecedores ao longo do canal de comercialização de equipamentos e produtos mas também, de forma crescente, nos serviços, onde se regista um crescimento de outsourcing de recursos humanos quer por parte da organização utilizadora final quer por parte dos intermediários. Isto significa por um lado que, o mercado medido em movimento total (2,485 mil milhões de Euros em 2005 segundo a IDC), é claramente superior

ao valor consolidado e por outro lado que as margens são repartidas por diversos intervenientes. Assim, e trabalhando com valores consolidados, estima-se que o conjunto dos segmentos de hardware tenha valido cerca de 50% do mercado, ou 750 milhões de Euros, sendo os restantes 50% direcionados para os segmentos de software e serviços profissionais.

O segmento composto pelos consumidores e pequenas empresas, maioritariamente focado em hardware, representa cerca de 33% do mercado total, um

valor da ordem dos 470 milhões de Euros, enquanto o segmento empresarial, que investe uma percentagem significativa dos seus orçamentos em software e serviços, representa 67% do mercado global, um valor da ordem dos 1.030 milhões de Euros. No sector empresarial a parte maioritária dos orçamentos de tecnologias de informação, cerca de 69%, para um valor total agregado da ordem dos 710 milhões de Euros, destina-se a software e serviços sendo os restantes 31%, ou 320 milhões de Euros, destinados a hardware.

Todos os valores em percentagem	2003	2004	2005
Mercado nacional global consolidado de IT Portugal: INSAT	-10	7	1
Mercado empresarial de IT Portugal: INSAT	-10	5	0
Hardware: INSAT	-10	11	2
Software e Serviços: INSAT	-10	3	0

"Fonte: INSAT"

Estrutura

Operações internacionais | Espanha e África

Corporate Account Sales Group

Marketing e Comunicação

Serviços Partilhados

Relação com investidores

Modelo de Governação

O Grupo está organizado em 3 Divisões de Negócio, a saber: Infra-estruturas; Serviços e Tecnologias. Existem adicionalmente Áreas de suporte à actividade que prestam serviços transversalmente a todas estas Divisões. Todas as Divisões e demais Áreas de suporte reportam directamente à Comissão Executiva da qual fazem parte três dos cinco Administradores da Sociedade. Cabe à Comissão Executiva o exercício dos poderes que lhe foram conferidos pelo Conselho de Administração (Cf. N°2 do Cap. 4 da Parte 2). Para além do Conselho de Administração existe ainda o Fiscal único. Adicionalmente existe uma Comissão de Vencimentos.

Implementação Estratégica

Em 2005 a estratégia implementada pela ParaRede foi equacionada e executada tendo em vista sete dimensões principais:

a) Fusão das unidades operativas em Portugal

A aquisição da Damovo Portugal, no final de 2004 e WhatEverNet, WhatEverSoft e Trusted e da GAIN

no início de 2005, resultaram na necessidade da edificação duma nova estrutura organizacional com vista a rentabilizar estes activos. A fusão das unidades operativas visou, para além da obtenção de sinergias ao nível dos custos, elevar o potencial das operações comerciais. Em 2005 procedeu-se à implementação de infra-estruturas que permitem o cruzamento de informação sobre os Clientes o que permite optimizar a relação com os mesmos. A criação de um novo Centro de Suporte a Clientes que serve perto de 700 Clientes em todo o País e é transversal a todas as Divisões de negócio, passou a garantir igualmente melhor capacidade de serviço e níveis sem precedentes de satisfação dos Clientes, como é provado pelos recentes inquéritos à base instalada.

b) Enfoque no cliente

Em 2005, e como reflexo do ponto abordado anteriormente, a ParaRede encetou a implementação de um novo modelo de abordagem comercial. Os Clientes passaram a estar segmentados não só pelas Indústrias de que fazem parte mas também pela

sua dimensão. A nova organização comercial passou a distinguir Grandes Contas e Médias Contas, que passaram a dispor de equipas comerciais adaptadas e treinadas para o efeito. Criou-se igualmente um canal de Telemarketing que endereça e identifica oportunidades no resto do mercado nacional. A nova organização comercial prevê ainda a identificação de outros canais indirectos em Portugal, que se espera vir a dinamizar em 2006.

Estas alterações de estrutura e a comunicação interna e sistemática da necessidade de orientar a ParaRede aos seus Clientes, ajudaram a criar uma cultura fortemente orientada para o negócio e satisfação dos Clientes. A equipa de gestão está pois convicta que os resultados desta orientação da empresa começaram a sentir-se no final de 2005 e continuarão em 2006.

c) Programa de qualidade e certificações

A aposta na Qualidade é desde há mais de 10 anos uma aposta muito séria do grupo. A certificação actual de Qualidade segundo a norma ISO9001:2000 foi confirmada na última auditoria da Qualidade que resultou em "Zero Não Conformidades". Este facto é um bom indicador da forma como a ParaRede aplica os princípios da qualidade nas suas operações. Fruto das alterações resultantes ao nível de estrutura e procedimentos ocorridos após a integração dos novos activos, a ParaRede investiu em 2005 na adaptação do seu Sistema da Qualidade.

Em 2005 a ParaRede continuou a apostar na formação dos seus recursos humanos, com vista a adequar a organização às solicitações do mercado e também como forma de diferenciação junto dos seus Parceiros e Clientes. Já no início de 2006 a ParaRede foi reconhecida como a empresa nacional com mais certificações atribuídas pela Microsoft, o que é bem revelador do esforço desenvolvido no decorrer de 2005.

Durante o ano a ParaRede viu certificados alguns dos seus produtos próprios pelas entidades nacionais e internacionais competentes. De realçar as certificações GDSN atribuída à versão 3.0 do Clarinet e a certificação e BusinessReady para o seu produto Clarinet. Trade. De destaque ainda a certificação dos novos terminais de pagamento automático Europa, por parte da SIBS, ocorrida já no final do ano.

d) Expansão da actividade em Angola

O ano de 2005 começou com a conquista de um importante projecto de gestão documental no Banco Nacional de Angola. O desenvolvimento da actividade comercial durante todo o ano e as perspectivas de futuros projectos fizeram com que se investisse mais neste País. A ParaRede já mantém uma estrutura técnica e comercial permanente no território, mas tudo terá a sua real consolidação em 2006. Esta expansão da actividade em território Africano está a ser feita com o enfoque na comercialização e implementação dos produtos próprios, nomeadamente as soluções

de Atendimento Integrado, Televisão Corporativa e Gestão Documental.

e) Apostas em áreas de maior valor acrescentado

A procura permanente de obtenção da melhor rentabilidade para os activos em utilização fizeram com que a equipa de gestão tivesse continuado a opção estratégica de aposta em produtos próprios em 2005. Para além disso na Divisão de Infra-estruturas apostou-se na dinamização da oferta em Consultoria que começou a dar bons resultados, com o desenvolvimento de projectos de grande importância estratégica em Bancos e Operadores de Telecomunicações. Na Divisão de Serviços optou-se por uma forma mais especializada de abordagem a projectos. Desta feita, as equipas de Serviços Profissionais e Desenvolvimento passaram a estar organizadas com recurso a uma nova matriz de competências, sendo possibilitada por esta via uma forma mais eficaz de abordar os projectos nos Clientes. A abordagem "time and materials" em alguns Clientes e projectos revelou-se mais adequada e possibilitou um melhor controlo e garantia de rentabilidade dos recursos.

f) Investimento em Investigação e Desenvolvimento

A ParaRede encara a Investigação e Desenvolvimento (I&D) como garante da sua sustentabilidade a prazo num mercado cada vez mais competitivo e aberto. Desde a sua fundação que a empresa tem vindo a desenvolver os seus produtos próprios que actualmente endereçam as áreas de Atendimento Integrado, Televisão Corporativa, Mercados Electrónicos, Processos e Informação e Pagamentos Electrónicos. De modo a garantir a evolução dos seus produtos a ParaRede investiu em 2005 mais de 1,1 Milhões de Euros em I&D, facto que permite à empresa concorrer a oportunidades de negócio com produtos actuais e perfeitamente adaptados às necessidades reais dos mercados nacional e internacional. A ParaRede continua a participar em projectos de desenvolvimento europeus tendo liderado em 2005 o desenvolvimento dum portal de turismo rural europeu e participado no desenvolvimento de software na área da cultura.

g) Parcerias

A última vertente da implementação estratégica da ParaRede em 2005 foi o desenvolvimento continuado das suas parcerias estratégicas. É convicção da equipa de gestão que é essencial apostar numa abordagem conjunta ao mercado que reuna a melhor oferta possível para satisfazer as necessidades dos nossos Clientes. A ParaRede encara pois as parcerias como actividade absolutamente vital para o seu crescimento. Desta forma destacam-se em 2005 as novas parcerias estratégicas estabelecidas com a Vignette na área do desenvolvimento, a Checkfree na área de documentos e pagamentos electrónicos, a VMWare na área de infra-estruturas e com a Soluziona como representante dos produtos próprios da ParaRede no Chile.

Actividade das Divisões de Negócio

1. Divisão de Infra-Estruturas

A Divisão de Infra-estruturas desenvolve a sua actividade em quatro áreas de competência: **Comunicações Empresariais; Sistemas e Dados; Segurança e Networking e Business Information Consulting.**

A primeira área promove as suas competências centrada na integração de soluções empresariais avançadas de Telefonia TDM e IP, Mobilidade, ERM (Enterprise Relationship Management), proporcionando uma oferta única end-to-end aos seus Clientes.

A segunda área, Sistemas e Dados, focaliza a suas valências nas dimensões de integração e provisão de infra-estruturas Datacenter, segmentadas por vectores de especialização, nomeadamente ao nível de plataformas operativas, armazenamento e gestão de dados e Gestão e Monitorização de Níveis de Serviço.

A terceira, desenvolve a sua actividade no âmbito da conectividade e disponibilidade de redes IP, segurança das comunicações e informação, identidade digital e serviços colaborativos. Estas competências são disponibilizadas ao mercado através de serviços de consultoria para apoio à decisão, auditoria e implementação de tecnologia.

Por último, a unidade de Business Information Consulting desenvolve a sua actividade ao nível da Consultoria estratégica do Datacenter, apoiando-se no alargado conjunto de competências.

Esta Divisão estruturou-se no final de 2004, e organizou a sua oferta e recursos, de forma a oferecer ao mercado as grandes especialidades do mundo dos serviços e soluções de Rede e Networking. Contou com projectos de grande relevância que tiveram recorrência nas grandes empresas do mercado das telecomunicações, posicionou-se no sector bancário e conquistou novas contas de extrema importância. Entre elas, destacam-se nomes como: Alcatel, Banco de Portugal, Ceger, DGITA, Ericsson, TMN, Renova, Siemens, Secil, UMIC, Vodafone, Transgás, OGMA, Páginas Amarelas, SIC, Mercedes, Cabovisão, GalpServiços.

Ainda dentro da Divisão de Infra-estruturas, destacamos a Unidade de Business Information Consulting, como a grande revelação no ano transacto. Deu provas das suas qualidades e competências, enquanto centro exclusivo de Consultoria em TI e conquistou clientes que trazem a perspectivação de um enorme potencial para esta unidade e para os serviços ParaRede. É a aposta para o ano de 2006 que posiciona a empresa no campo da pura consultoria. Destacamos clientes como a Sonaecom, a Bacardi-Martini, PTSI e o Millennium bcp

2. Divisão de Serviços

A Divisão de Serviços da ParaRede constrói soluções integradas e globais. As suas competências ajudam o cliente a materializar as suas ideias, transformando-as

em serviços competitivos, diferenciadores e rentáveis. Com uma metodologia própria, e de acordo com a especificidade do negócio do Cliente, analisamos, desenhamos, desenvolvemos, integramos, implementamos e suportamos, cada fase do ciclo de vida de um projecto. Com base nas necessidades de negócio, a ParaRede examina os principais requisitos funcionais e, em conjunto com o Cliente, ajudamos a materializar ideias. Com competência, qualidade e eficiência, a Divisão de Serviços da ParaRede, tem por objectivo ajudar as empresas na definição do investimento e permitir o desenvolvimento do seu negócio. As nossas competências tecnológicas são igualmente uma mais valia, na construção de cenários e soluções, no entanto todas passam por uma mesma linha de trabalho. Essa linha é um método de funcionamento que concebe, avalia, constrói, dá formação e entrega. Só desta forma, conseguimos atingir o ponto de equilíbrio entre o desenvolvimento rápido e a flexibilidade para acomodar alterações, de acordo com a necessidade de planeamento, documentação e controlo.

Também conquistou, com estas regras, novos projectos em clientes como: Alcatel, Advance Care, Páginas Amarelas, Mapfre, TMN e IIES.

Um importante projecto desta Divisão de Serviços, proveio da Unidade de Soluções para o Mercado Financeiro, com a integração de um sistema de Factoring para o Montepio Geral.

3. Divisão de Tecnologias

A Divisão de Tecnologias da ParaRede é responsável pela gestão, desenvolvimento e comercialização de um portfolio de produtos e tecnologias próprias, onde se destacam os produtos de Pagamentos Electrónicos, Atendimento Integrado, Processos e Informação e Mercados Electrónicos. Estes produtos têm já hoje uma assinalável base instalada tanto em Portugal como em alguns mercados internacionais e são fundamentais na estratégia da empresa como factores de inovação e diferenciação, de aumento do volume de vendas e de internacionalização das actividades.

No ano de 2005, esta Divisão afirmou-se como a grande referência das tecnologias próprias ParaRede. Esta é a Divisão que tem o *know-how* dentro da empresa para a criação e desenvolvimento de produtos e tecnologias próprias.

A Unidade de Atendimento Integrado, elaborou projectos de Gestão de atendimento e Corporate TV, em clientes internacionais de renome, tais como: TVCabo, Grupo SMIC, Banco SOL (Angola) Porto de Luanda, BCI (Chile).

A Unidade de Pagamentos Electrónicos foi a que mais se afirmou ao nível do mercado da Administração Pública e Financeiro. As suas grandes referências foram no Banco Santander Totta, BIC-Banco Internacional de Crédito, Banco do Brasil, Caja de Ahorros de Salamanca, Caja Aforros

de Vigo, Ourense, Crediplus-Comp. Port. Cartões, Hospital São Francisco, Hospital Curry Cabral, Instituto Superior de Economia, Caminhos Ferro Portugueses, EP, Petrotec, SA, Repsol Portugal.

Actividade das Unidades de apoio ao negócio

Serviços Partilhados

A área de Serviços Partilhados garante a eficiência, rigor e controlo de todas as nossas actividades e assenta numa estrutura definida em 3 áreas base: a Gestão Financeira, Qualidade e Controlo e a Gestão de Recursos Humanos. O ano de 2005 foi marcado essencialmente pela mudança do sistema de ERP existente para Microsoft Navision, permitindo uma maior flexibilização. Esta alteração implicou uma significativa mudança em termos de métodos e processos de trabalho.

A ParaRede investiu também na adaptação do seu Sistema de Qualidade resultante das alterações efectuadas ao nível de estrutura e procedimentos ocorridos após a integração dos novos activos, para que no ano de 2006 se mantivessem as "Zero Não Conformidades" obtidas na última auditoria ao sistema.

Operações Internacionais

Esta Área de actividade está enfocada no desenvolvimento das operações da ParaRede nos mercados externos, especialmente o mercado Espanhol, Latino Americano e Angolano.

A constituição da Empresa com sede em Angola, prevista para o ano de 2005, foi adiada para o início de 2006. Apesar do atraso na abertura do escritório em Angola, este ano ficou também marcado por uma série de bons negócios efectuados nesse país.

Corporate Account Sales Group

Dada a especificidade e necessidades muito próprias de algumas das maiores organizações portuguesas, a ParaRede apostou em 2005 na criação de uma equipa especificamente vocacionada para o desenvolvimento de negócio e acompanhamento dos grandes Clientes. Esta equipa é composta por alguns dos profissionais com maiores provas dadas no mercado e com as competências fulcrais para estabelecer fortes e duradouras parcerias estratégicas.

Marketing e Comunicação

A área de Marketing e Comunicação apostou na promoção da Empresa, dos seus Produtos e Serviços, com vista ao aumento de quota de mercado, da notoriedade, da familiaridade, da fidelização de Clientes e do cumprimento dos seus objectivos estratégicos.

A Comunicação externa continuou a ser a grande aposta da ParaRede especialmente através da presença em inúmeros eventos e na reformulação do site ParaRede, espelhando a nova Organização. A comunicação interna constituiu uma das maiores preocupações devido à integração de todos os colaboradores das empresas adquiridas pela ParaRede, durante o ano de 2004 e o início de 2005. Elaborou-se um plano de acção específico que permitisse a identificação

das pessoas à marca e cultura da Empresa. Desta forma, realizaram-se uma série de acções internas. De realçar, o lançamento da "Nova ParaRede" num evento Kick-off, a criação de uma nova Intranet, totalmente estruturada para o colaborador e a elaboração de uma Newsletter mensal, designada por ParaRede 2U (*To you*).

Centro de Suporte a Clientes

Uma das grandes apostas e que no ano de 2005 se revelou essencial na actividade da empresa, foi o Centro de Suporte a Clientes. A criação deste "novo" Centro em 2005, posicionou a empresa em 700 Clientes em todo o País. Este Centro passou a ser transversal a todas as Divisões de negócio da empresa e consolidou os seus serviços. Garante uma melhor capacidade de serviço e tem níveis extraordinários de satisfação dos Clientes.

Relação com Investidores

O Departamento de Relações com Investidores lançou, este ano, as bases para alcançar uma relação privilegiada com os accionistas através do novo site da ParaRede, onde encontrará uma área vocacionada para responder a todas as questões que se mostrem pertinentes.

Através do "Seja o primeiro a saber", e ao fazer o seu registo, sempre que a ParaRede emitir um comunicado, este ser-lhe-á enviado para o seu email.

Para além da possibilidade de solicitar informação através de telefone ou através do site na Internet (www.pararede.com), foi criado um endereço de email especificamente para estas situações (investidores@pararede.com).

Factos Relevantes – sumário

Como compete às empresas cotadas, enviámos para a CMVM, para consequente divulgação ao mercado, os factos relevantes abaixo listados. Todos estes factos encontram-se desenvolvidos na Parte 2 – Capítulo 6.

03 Fevereiro 2005

ParaRede informa contrato GAIN

04 Fevereiro 2005

ParaRede presta esclarecimentos

21 Fevereiro 2005

ParaRede informa sobre Aumento de Capital

10 Março 2005

ParaRede difere data de início de funções dos novos

Administradores

05 Abril 2005

ParaRede anuncia Resultados Consolidados de 2004

13 Maio 2005ParaRede prorroga início de funções dos novos
Administradores**30 Maio 2005**

ParaRede anuncia Resultados do 1º Trimestre de 2005

14 Julho 2005ParaRede informa decisão favorável do Tribunal Judicial
de Madrid**23 Setembro 2005**

ParaRede anuncia Resultados do 1º Semestre de 2005

11 Novembro 2005

ParaRede informa sobre renúncia dos novos

Administradores

18 Novembro 2005

ParaRede anuncia Resultados do 3º Trimestre de 2005

Análise Económica e Financeira sumário

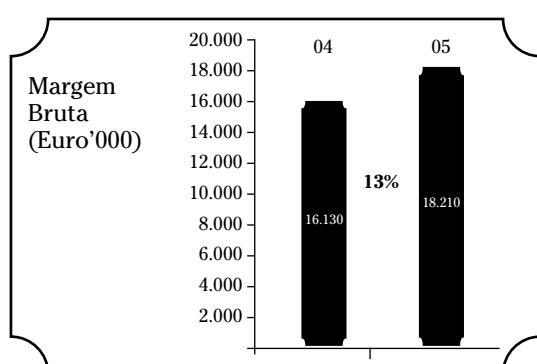
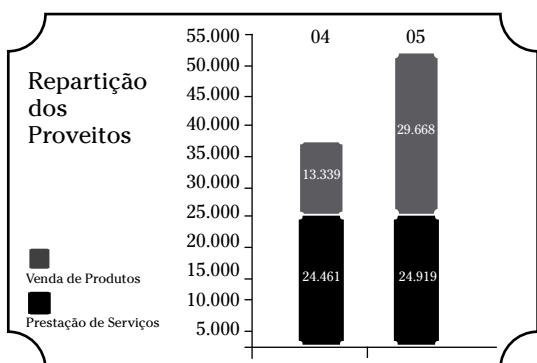
Grupo ParaRede Demonstração de Resultados Valores em Euros

	2005	2004	Variação
Vendas	29.667.576	13.338.898	122%
Prestação de serviços	24.918.827	24.461.101	2%
Custo de vendas	(23.573.092)	(11.226.068)	110%
Subcontratos	(12.803.372)	(10.444.265)	23%
Margem Bruta	18.209.939	16.129.666	13%
Fornecimentos e serviços externos	(8.130.955)	(4.695.699)	73%
Custos com pessoal	(16.175.884)	(11.600.650)	39%
Outros ganhos e perdas líquidas	(4.550.822)	185.122	(2558%)
Resultado operacional bruto	(10.647.722)	18.439	(57846%)
Depreciações e amortizações	(875.088)	(1.038.249)	(16%)
Perdas por imparidade	(443.565)	(1.768.714)	(75%)
Resultado operacional	(11.966.374)	(2.788.524)	(329%)
Resultados financeiros	(438.736)	(526.140)	(17%)
Ganhos em empresas associadas	-	286.982	(100%)
Resultado antes de impostos sobre lucros	(12.405.110)	(3.027.682)	(310%)
Imposto sobre rendimento do exercício	(1.567.057)	8.429.270	(119%)
Resultado líquido do exercício	(13.972.167)	5.401.588	(359%)

O comportamento das vendas encontra-se fortemente influenciado pela alteração do perímetro de consolidação operado durante o ano 2005.

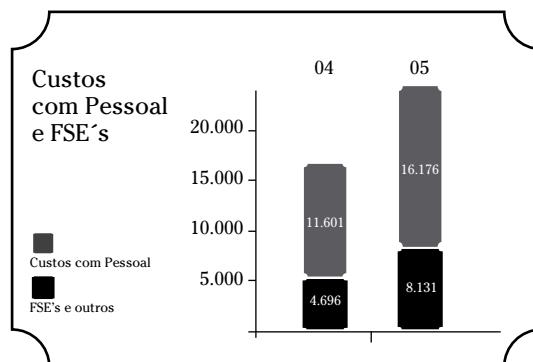
As receitas consolidadas ascenderam a 54,6 Milhões de Euros, o que representa um crescimento de 44% face ao ano anterior – o maior destaque vai para o incremento de 122% verificado na venda de produtos.

O custo das vendas aumentou cerca de 110%, o que significa que a respectiva margem se ampliou, porquanto as receitas registaram um crescimento superior. Por seu lado, o nível da subcontratação registou uma expansão de cerca de 23%, o que se traduziu numa contracção da margem da prestação de serviços, cujas receitas aumentaram apenas 2%.



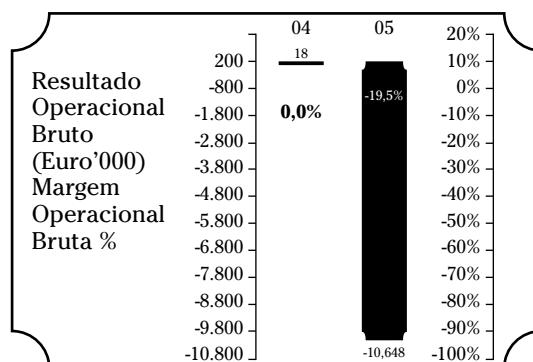
Globalmente a margem bruta, avaliada em termos absolutos expandiu-se cerca de 13%, ascendendo a 18,2 Milhões de euros. Em termos percentuais a margem bruta libertada pelas vendas e prestação de serviços passou de 42,7% para 33,4% (- 9,3 pontos base).

Custos Fixos Operacionais



Por seu lado, o comportamento dos custos fixos operacionais traduz igualmente a alteração no perímetro de consolidação, evidenciando um crescimento agregado de 49%, que pode ser decomposto em 39% nos custos com pessoal e 73% nos fornecimentos e serviços externos. Contudo, é de referir que o exercício de 2005 ficou francamente prejudicado pelo facto de os custos das diversas integrações ocorridas terem sido superiores ao inicialmente previsto.

Resultado Operacional Bruto

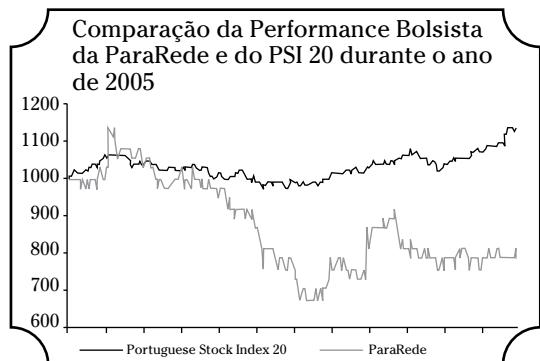


O resultado operacional bruto atingiu um valor negativo de cerca de 10,6 Milhões de euros, como consequência da insuficiente margem bruta libertada face aos custos não recorrentes decorrentes do alargamento do Grupo, dos quais se destacam, entre outros, o montante referente a rescisões de contratos de trabalho (705 Mil euros). Este efeito foi ampliado:

- (i) pelo reconhecimento de custos relacionados com o projecto da Lusa (2,5 Milhões de euros)
- (ii) pela contabilização de provisões para clientes (2,9 Milhões de euros)
- (iii) pelos abates ao imobilizado (0,3 Milhões de euros)

Por outro lado, a redução da actividade da sucursal da ParaRed BJS (Espanha) constitui igualmente um factor explicativo para o valor do Resultado Operacional Bruto, na medida em que originou custos não recorrentes da ordem dos 321 Mil euros (a este montante acresce a componente do Goodwill que sofreu uma redução de imparidade de 443 Mil euros, cujo impacto não se reflecte no Resultado Operacional Bruto, mas no Resultado Operacional).

Comportamento Bolsista (comparação com PSI)



O capital social da ParaRede SGPS, SA., encontra-se representado por 363 714 694 de acções ordinárias, escriturais e ao portador, com um valor nominal de 0,10 Euros cada, admitidas no Mercado de Cotações Oficiais.

Em 31 de Dezembro de 2005, a capitalização bolsista do título ascendia a 105 milhões de Euros (0,29 Euros x 363 714 694 acções) o que representa um decréscimo de 5% face ao final do ano anterior, data em que o título se cotava a 0,37 Euros por acção sendo então o capital representado por 300 milhões de acções.

O título ParaRede foi o 5º título mais transaccionado da Bolsa de Valores em 2005 (número de acções movimentadas: 665.284.507).

Perspectivas para 2006

Apesar das estimativas de crescimento de mercado apontadas pelos analistas ainda reflectirem uma perspectiva moderada de investimento, em particular dos grandes Clientes, a ParaRede dispõe de uma margem de progressão resultante da consolidação

das operações, sendo expectável que o seu volume de negócios evolua acima da média de crescimento do mercado.

Contudo, as recentes perspectivas de consolidação em sectores importantes da economia, como sejam as Telecomunicações e o sector Financeiro, representativos de mais de um terço do mercado comprador de TI, poderão influir significativamente no crescimento dos investimentos em TI.

A ParaRede reforçará as suas operações internacionais, através da ParaRede África, dando assim continuidade às actividades já desenvolvidas no decorrer do exercício anterior.

A Divisão de Infra-estruturas prosseguirá a consolidação do crescimento realizado em 2005, através do reforço das parcerias estratégicas com os construtores de tecnologia, promovendo a busca contínua de factores diferenciadores alicerçados no conhecimento, com o objectivo de alargar a base de Clientes reduzindo assim a exposição a oscilações na procura. Por outro lado, a boa aceitação gerada pela oferta inovadora de serviços da área de Consultoria, com especial enfoque nas áreas de IT Governance, constituirá outro pilar de crescimento desta Divisão.

Na Divisão de Serviços de Desenvolvimento e Consultoria continuaremos a potenciar a nossa oferta em serviços de Integração de Processos e Dados, alinhados com as tendências de crescimento de mercado neste domínio, mantendo, no entanto, o investimento em áreas emergentes como o RFID e Processos e Metodologias de Desenvolvimento.

O exercício de 2006 constitui para a Divisão de Tecnologias, em especial a área dos pagamentos electrónicos, a oportunidade de afirmar a liderança neste segmento de mercado. Esta área de Terminais de Pagamento Automático (TPA), cuja concepção e desenvolvimento são integralmente conduzidos pelas nossas equipas, tem vindo a diferenciar-se pela capacidade de se ajustar às novas exigências deste segmento de mercado que se aproxima rapidamente do estágio de maturação, constituindo a qualidade dos serviços um factor determinante.



2005

PARTE 2 – Relatório sobre as práticas do Governo

CAPÍTULO 0 – DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO

Consciente da importância de que se reveste a qualidade da informação prestada aos accionistas e ao mercado em geral, o Conselho de Administração reconhece que o cumprimento das recomendações e boas práticas relativas ao governo das sociedades, deve constituir um objectivo em si mesmo.

Nesse sentido, a ParaRede acolheu a generalidade das Recomendações da CMVM relativas ao Governo das Sociedades Cotadas, com o objectivo de se identificar com as melhores práticas nesta matéria. No entanto verificou-se no presente exercício o não cumprimento de algumas das recomendações da CMVM, a saber: nenhum dos Administradores não-Executivos pode ser considerado independente; ainda não foi criada uma comissão interna de controlo para avaliar a estrutura e governo societários; optou-se por não divulgar a remuneração individual auferida pelos membros do Conselho de Administração; não foi submetida à Assembleia Geral uma declaração sobre a política de remuneração dos Órgãos Sociais; e os elementos que compõem a Comissão de Vencimentos não podem ser considerados independentes.

Capítulo 1 – Divulgação de Informação

1. Organogramas e mapas funcionais

ParaRede



1. Infra-estruturas

Comunicações empresariais;
Sistemas e dados;
Segurança e networking;
Business Information Consulting.

2. Tecnologias

Pagamentos electrónicos;
Atendimento integrado;
Processos e informação;
Mercados electrónicos.

3. Serviços

Consultoria e desenvolvimento;
Soluções de gestão empresarial;
Business Intelligence;
Consultoria e desenvolvimento
em sistemas de informação
para o mercado financeiro.

4. Serviços Partilhados

Financeira
Aprovisionamento; Logística;
Contabilidade; Terceiros

Qualidade e Controlo
Qualidade; Auditoria; Legal

Recursos
Pessoas; Facilities;
Sistemas Internos

Operações internacionais | Espanha e África

Corporate Account Sales Group

Marketing e Comunicação

Serviços Partilhados

Relação com investidores

2. Lista das comissões específicas

Existem duas comissões específicas na Sociedade:

- Comissão Executiva (cf. n.º 2 do cap. 4);
- Comissão de Vencimentos (cf. n.º 10 deste cap. 1).

3. Sistema de controlo de riscos

A ParaRede procura garantir um eficaz Controlo de Riscos assegurando, ao nível dos diferentes responsáveis operacionais, a concepção e implementação dos mecanismos que se considerem mais adequados tendo em conta a prévia identificação e análise dos diferentes Riscos a que a empresa está sujeita, realizada pela Comissão Executiva, com particular destaque para os de natureza operacional do negócio e financeira.

Para tal, e centradas no CFO da ParaRede, existem várias equipas que procuram garantir a conformidade do Controlo de Riscos, nomeadamente:

Cost Auditing| Controlling| Quality| Legal| Treasury

Estas áreas foram fortalecidas durante os anos mais recentes com sistemas de informação que permitem uma maior disponibilidade de informação e respetivo controlo da mesma de forma a tornar mais ágil a execução deste controlo.

4. Evolução das acções



A cotação do título ParaRede durante o ano de 2005 sofreu uma desvalorização de 22% tendo o fim do ano sido pautado por uma estabilidade em redor dos 0,30 centímetros, situação que se continuou a verificar-se nestes primeiros meses de 2006.

5. Política de distribuição de dividendos

Até à data a ParaRede nunca distribuiu dividendos.

A política de distribuição de dividendos passa por, considerando que os preceitos legais estão integralmente cumpridos, analisar e decidir com base no custo de oportunidade e necessidades de financiamento de capital próprio, visando naturalmente a minimização do custo de financiamento bem como uma estrutura de capitais, próprios e alheios, sólida e adequada ao sector.

6. Planos de acções e opções

Com o objectivo de criar fortes incentivos à retenção dos principais colaboradores, a empresa elaborou em 1999 um programa de "stock options", cabendo

à Assembleia Geral fixar o número, o preço e a sua distribuição entre os titulares dos órgãos sociais e os demais colaboradores (quadros e trabalhadores de elevado potencial e/ou valor estratégico).

A Assembleia Geral Extraordinária de 23 de Setembro de 1999 autorizou o Conselho de Administração a instituir um programa de "stock options", relativo ao exercício de 1999 e a exercer no ano de 2002, até ao montante máximo de 400.000 acções, das quais, no máximo, 150.000 seriam atribuídas aos membros do Conselho de Administração e Conselho de Estratégia e Internacionalização. O preço de aquisição aprovado pela mencionada Assembleia Geral foi de 8,5 Euros por acção. Na mesma Assembleia Geral, a Administração da Sociedade foi mandatada para elaborar e regulamentar o plano de "stock options", bem como para tomar as deliberações necessárias para a sua implementação, sem prejuízo, se necessário for, de deliberações de Assembleia Geral que sejam impostas por lei, nomeadamente a deliberação de aumentos de capital para fazer face à concretização do plano.

Do programa relativo ao exercício de 1999 foram então atribuídas, a partir de Fevereiro de 2000, 366.400 acções, das quais 117.000 acções aos membros do Conselho de Administração e Conselho de Estratégia e Internacionalização e 249.400 acções a 83 colaboradores.

Na Assembleia Geral de 3 de Abril de 2000 foi aprovada a disponibilização de um total de 400.000 acções de valor nominal de um Euro, representativas do Capital Social de 11.681.250 Euros, ou seja, anterior ao aumento do capital social deliberado na referida Assembleia Geral, das quais, no máximo, 150.000 acções seriam atribuídas aos membros do Conselho de Administração e Conselho de Estratégia e Internacionalização e as restantes para os colaboradores do Grupo ParaRede. As acções deveriam ser postas à venda no ano 2003 pelo preço de 9,6589 Euros, ajustado pelos aumentos de capital que entretanto viessem a ocorrer.

Do programa relativo ao exercício de 2000, foram atribuídas, em Abril de 2001, 147.000 acções a membros do Conselho de Administração e 1.248.333 aos colaboradores da ParaRede.

Para o exercício de 2001 foi estabelecido o limite máximo de 2.500.000 acções das quais 900.000 reservadas aos membros do Conselho de Administração e do Conselho de Estratégia e Internacionalização e 1.600.000 aos colaboradores. O preço de exercício de 2,591 Euros por acção foi fixado na Assembleia Geral de 27 de Abril de 2001, com base na média das cotações das acções da ParaRede durante o mês de Dezembro de 2000, tendo as opções podido ser exercidas faseadamente, um terço em cada um dos anos seguintes, pelo que caducaram as opções do plano de 2001 que não foram exercidas até

ao quarto aniversário da deliberação da Assembleia Geral que as aprovou.

Os planos anteriores apenas permitiam o exercício decorridos 3 anos, através da emissão de novas acções a aprovar em Assembleia Geral. No entanto, dado o valor de exercício, face ao aumento de capital de Outubro de 2001 e à cotação do título, o exercício das opções maduras em 2002, 2003, 2004 e 2005 não teve qualquer interesse para os respectivos titulares.

Durante o exercício de 2002 foi interrompido o programa de "Stock Options", não tendo sido desde essa altura atribuídas quaisquer opções sobre acções da ParaRede SGPS.

Durante o ano de 2005 não foi exercido qualquer direito de opção, tendo o exercício encerrado sem que estivesse em vigor qualquer opção sobre acções da ParaRede SGPS.

7. Negócios da sociedade com órgãos da mesma

Negócios Realizados entre a Sociedade e os Órgãos de Administração e Fiscalização

Não foram efectuados quaisquer negócios entre a Sociedade e os seus Administradores durante o exercício de 2005.

8. Gabinete de apoio ao investidor

O Departamento de Relações com Investidores e Institucionais tem como objectivo assegurar o adequado relacionamento com os acionistas, analistas financeiros e as entidades reguladoras do mercado de capitais nomeadamente a CMVM e a Euronext Lisbon. A prestação de informação poderá ser solicitada através do telefone ou através do site na Internet (www.pararede.com).

Cabe a este departamento divulgar toda a informação relativa à empresa que seja relevante para o mercado através de comunicados, press releases ou conferências, bem como toda a informação de carácter financeiro, nomeadamente a divulgação das contas.

A orientação e coordenação deste departamento é levada a cabo pelo representante para as relações com o mercado, Dr. Pedro Rebelo Pinto.

9. Utilização de novas tecnologias na divulgação de informação

Em cumprimento das exigências regulamentares da CMVM, a ParaRede para além de ter um Departamento de Relações com Investidores que tem como objectivo assegurar o adequado relacionamento com os acionistas, analistas financeiros e as entidades reguladoras do mercado, assegura igualmente através do seu site institucional (www.pararede.com) a informação relativa ao Governo da Sociedade e ao desenvolvimento da sua actividade.

A informação disponibilizada no site apresenta uma parte institucional com a mensagem do presidente, os valores e a estratégia da empresa, a sua estrutura e alguma informação corporativa, uma parte orientada para os profissionais da comunicação social onde

se pode encontrar um conjunto de dados tais como Comunicados de Imprensa e a presença da ParaRede nos Media e, finalmente, sobre a oferta da empresa que está dividida em três divisões operacionais: Tecnologias próprias, Infra-estruturas e Serviços.

Para além da sua página institucional, e para facilitar o acesso à informação por parte dos seus acionistas, a ParaRede apostou numa área do site que designou de Investidores. A informação prestada inclui a evolução do Título no PSI-20, as contas (trimestrais, semestrais e anuais), a informação prestada ao mercado (factos relevantes, comunicados, convocatórias, calendário de eventos societários), bem como toda a informação de carácter legal ou respeitante ao Governo da Sociedade.

A ParaRede através do "Seja o primeiro a saber", no site da Empresa, tem incentivado e promovido a utilização do correio electrónico como forma privilegiada de distribuição de informação para o mercado.

10. Comissão de vencimentos

A fixação da remuneração ou não dos membros dos órgãos sociais no triénio 2004-2006 foi atribuída pelos Acionistas a uma Comissão de Vencimentos composta por três elementos: Banco Espírito Santo, S.A., representado pelo Dr. Joaquim Aníbal Brito Freixial de Goes (Presidente); Dr. Jorge de Brito Pereira (Vogal); e Structured Investments, SGPS, S.A., representada pelo Dr. Felipe Baião do Nascimento (Vogal).

11. Montantes pagos ao auditor

O montante anual pago aos auditores PriceWaterhouseCoopers, pela ParaRede SGPS e pelas empresas por esta participadas, relativo aos serviços de auditoria, ascendeu em 2005 a 76 mil Euros. A este montante acrescem 30 mil Euros relativos à prestação de serviços de "due diligence", 15 mil euros facturados no âmbito do processo de transição para as normas IFRS/IAS e 6 mil Euros referentes a consultoria de apoio fiscal.

Por outro lado foram pagos 41.273 Euros ao Revisor Oficial de Contas, Vitor Oliveira e Hélia Félix –SROC (nº 165), respeitantes aos honorários de revisão legal de contas.

CAPÍTULO 2 – EXERCÍCIO DE DIREITO DE VOTO E REPRESENTAÇÃO DE ACIONISTAS

1. Regras estatutárias sobre o exercício do direito de voto

Os Estatutos da Sociedade não contêm disposições específicas relativas à participação e exercício de direitos de voto pelos Acionistas, pelo que se aplica o regime legal supletivo.

2. Modelo para exercício de direito de voto por correspondência

Existe um modelo para o exercício do direito de voto por correspondência.

3. Voto por meios electrónicos

Não existe a possibilidade do exercício do direito de voto por meios electrónicos.

4. Antecedência exigida para bloqueio antes das AG

A antecedência exigida para o depósito ou bloqueio das acções para a participação na Assembleia Geral é casuisticamente definida pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral na respectiva convocatória – não existe regra estatutária que imponha determinado prazo.

5. Exigência de prazo por correspondência

A exigência de determinado prazo que medeie entre a recepção da declaração de voto por correspondência e a data da realização da assembleia geral é igualmente definida casuisticamente pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral na respectiva convocatória – não existe regra estatutária que imponha determinado prazo.

6. Número de acções a que corresponde um voto

A cada cem acções corresponde um voto.

CAPÍTULO 3 – REGRAS SOCIETÁRIAS, REGULAMENTOS INTERNOS E DE CONDUTA EM MATÉRIA DE SIGILO

1. Códigos de conduta

Não foram adoptados quaisquer documentos relativos a códigos de conduta dos órgãos da Sociedade ou de outros regulamentos internos.

2. Controlo de risco na actividade da empresa

Como já referido no ponto do Sistema de Controlo de Riscos (Cf. N° 3 do Cap. 1), este é assegurado por várias equipas seguindo processos desenhados e testados, também no âmbito do Sistema de Garantia da Qualidade, que permite em cada fase dos mesmos existirem pontos de controlo devidamente identificados de forma a garantir o seu cumprimento.

Os processos que maior necessidade de controlo exigem estão relacionados com o **negócio**, a relação com os Clientes e Parceiros é crucial para um bom desenvolvimento comercial da ParaRede e como tal, é necessário assegurar o correcto funcionamento operacional assim como o cumprimento dos contratos com os Clientes e Parceiros; e com o controlo **financeiro** de forma a garantir que a informação financeira disponibilizada pela ParaRede é verdadeira e coerente cumprindo os requisitos legais existentes, pois é para a ParaRede de extrema importância a relação clara e transparente com os seus accionistas.

Operacionalmente

A equipa de Quality garante a elaboração, cumprimento e a organização e arquivo de toda a informação dos processos da empresa com estreita colaboração com os intervenientes dos mesmos, assegurando desta forma que os processos desenhados são adequados ao normal e eficaz funcionamento da organização. É principal preocupação desta área a criação de pontos de controlo

nos processos de forma a diminuir o risco do seu incumprimento.

A área de **Controlling** surge na fase de adjudicação de proposta, esta por sua vez, é validada previamente pelos respectivos responsáveis comerciais e operacionais, sendo que em situações extraordinárias de negócio podem ter de ser avaliadas em Comissão Executiva.

É responsabilidade do Controller, após a adjudicação, supervisionar as diversas fases do negócio, validando com o responsável operacional o correcto reconhecimento Financeiro e junto da Facturação o cumprimento do acordado com o Cliente, garantindo também a veracidade das Receitas e dos Custos relacionados com o negócio registados nas contas da empresa.

A área de **Cost Auditing** tem uma função de Auditoria Interna e controlo de custos de funcionamento, sendo sua obrigação a análise dos desvios existentes entre o orçamento e o real.

É responsabilidade da equipa de **Treasury** a avaliação do risco de crédito de Clientes sempre que for solicitada a relação com um novo Cliente.

Em todas as relações que exijam a avaliação de questões legais, esta é realizada pela área de **Legal**, garantindo o cumprimento legal de todas as acções realizadas pela ParaRede.

3. Limites ao exercício de direito de voto, direitos especiais e acordos parassociais

Medidas susceptíveis de interferir c/ OPA:

Não são conhecidas quaisquer medidas susceptíveis de interferir no êxito de ofertas públicas de aquisição.

CAPÍTULO 4 – ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO

1. Caracterização do órgão de administração

a) Identidade

O Conselho de Administração, eleito para o triénio 2004-2006, tem a seguinte composição:

- Dr. Paulo Miguel de Sousa Gonçalves Ramos, Presidente do Conselho de Administração e da Comissão Executiva;
- Eng. Paulo Jorge Tavares Guedes, Administrador Executivo;
- Dr. Pedro Miguel Marques Rebelo Pinto, Administrador Executivo;
- Eng. Pedro Manuel de Barros Inácio, Administrador Não-Executivo;
- Eng. António Miguel Natário Rio Tinto, Administrador Não-Executivo.

Nos termos do n.º 2 e 3 do artigo 1º do Regulamento 7/2001, todos os membros do Conselho de Administração devem ser qualificados como não independentes, porquanto o Dr. Paulo Ramos, o Eng. Paulo Guedes e o Dr. Pedro Rebelo Pinto

são Administradores e accionistas da Structured Investments, SGPS, S.A. e o Eng. Pedro Inácio e o Eng. Miguel Rio Tinto são Administradores de empresas do Grupo BES.

b) Funções exercidas pelos membros do CA noutras sociedades

Paulo Miguel de Sousa Gonçalves Ramos

Presidente do Conselho de Administração das sociedades:

ParaRede – Tecnologias de Informação, S.A.*

ParaRede NetPeople – Tecnologias de Informação, S.A.*

NetPeople – Conteúdos Multimédia e Comércio Electrónico, S.A.*

ParaRed BJS, S.A.*

Structured Investments, SGPS, S.A.

Paulo Jorge Tavares Guedes

Vogal do Conselho de Administração das sociedades:

ParaRede – Tecnologias de Informação, S.A.*

ParaRede NetPeople – Tecnologias de Informação, S.A.*

NetPeople – Conteúdos Multimédia e Comércio Electrónico, S.A.*

Structured Investments, SGPS, S.A.

Quadriga, S.A.

Pedro Miguel Marques Rebelo Pinto

Vogal do Conselho de Administração das sociedades:

ParaRede – Tecnologias de Informação, S.A.*

ParaRede NetPeople – Tecnologias de Informação, S.A.*

Structured Investments, SGPS, S.A.

Pedro Manuel de Barros Inácio

Vogal do Conselho de Administração das sociedades:

E.S. Interaction, Sistemas de Informação Interactivos, S.A.

Espírito Santo Data, SGPS, S.A.

António Miguel Natário Rio Tinto

Vogal do Conselho de Administração das sociedades:

Espírito Santo – Tech Ventures, SGPS, S.A.

SGPICE – Sociedade Gestora de Portais na Internet e Consultoria de Empresas, S.A.

Espírito Santo Data, SGPS, S.A.

Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A.

ESIA Inter-Atlântico – Companhia de Seguros

Espírito Santo, Companhia de Seguros, S.A.

* Sociedade do Grupo ParaRede

c) Qualificações profissionais

Paulo M. Ramos

Paulo Ramos possui uma licenciatura em Matemáticas Aplicadas, ramo de Ciências da Computação e uma Pós-Graduação em gestão, pela Universidade de Harvard, Boston, Massachussets.

Em 2001 foi nomeado Vice-Presidente para a divisão de Business Critical Solutions da Compaq, na região EMEA.

Desde 1991, nesta empresa, foi responsável pelo desenvolvimento da operação em Portugal, até chegar a Director Geral em 1993. Anteriormente, desempenhou

funções técnicas, de marketing e comerciais em empresas como a Compta, Olivetti, Digital e HP.

Paulo J. Guedes

Paulo Guedes possui uma licenciatura, mestrado e doutoramento em Engenharia Electrotécnica e Computadores, pelo Instituto Superior Técnico. É Professor Associado do Departamento de Engenharia Informática do Instituto Superior Técnico.

Anteriormente, Director de Sistemas de Informação da Espírito Santo Tech Ventures, esteve envolvido no lançamento de diversas empresas de base tecnológica. Pertenceu ainda a empresas de TI do Grupo Aitec.

Pedro Rebelo Pinto

Pedro Rebelo Pinto possui uma licenciatura em Gestão de Empresas, pela Universidade Católica Portuguesa e um MBA, pela Universidade Nova de Lisboa.

Anteriormente, Administrador do Banco Best e da FIBER SFAC – Sociedade Financeira para aquisições a crédito, S.A., Director Coordenador e membro do Conselho Executivo das seguradoras EuroVida e Abeille Vie e Director do Grupo BCP.

Pedro de Barros Inácio

Pedro Inácio possui uma licenciatura em Engenharia Informática, pelo COCITE e frequentou várias ações de formação nas áreas de informática, gestão e marketing.

Membro da Comissão Executiva da E.S. Interaction, Sistemas de Informação Interactivos, S.A., Administrador Executivo da E.S. Interaction, Sistemas de Informação e da Espírito Santo Data, SGPS, S.A..

Anteriormente, Director de Tecnologias de Distribuição na E.S. Data Informática, S.A., Director de Marketing na OBLOG Software, S.A., Coordenador do Grupo de Novas Tecnologias na E. S. Data Informática, S.A., Director de Engenharia na OBLOG Software, S.A..

Miguel Rio Tinto

Miguel Rio Tinto possui uma licenciatura em Engenharia Electrónica e de Sistemas Informáticos, pelo Instituto Superior Técnico e um MBA do Insead; Mestrado em Sistemas e Computadores. Membro da Comissão Executiva da Companhia de Seguros Tranquilidade, Administrador da Espírito Santo Companhia de Seguros, Administrador Executivo da Espírito Santo – Tech Ventures, SGPS, Administrador Delegado da Spice – Sociedade Gestora de Portais na Internet e consultoria de empresas.

Anteriormente, Senior Engagement Manager (business technology Office) na McKinsey & Company, Associate na McKinsey & Company, Gestor de unidade sénior no INESC- Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores, Engenheiro de investigação no INESC.

d) Acções directa e indirectamente detidas pelos Administradores

Pedro de Barros Inácio é detentor directo de 150 acções da ParaRede SGPS, SA.

Paulo Miguel Gonçalves Ramos, Pedro Rebelo Pinto e Paulo Tavares são titulares indirectos de 47 397 260 acções da ParaRede SGPS, SA, pelo facto de serem accionistas e membros do Conselho de Administração da Structured Investments SGPS, SA.

2. Comissão Executiva e modo de funcionamento

O Conselho de Administração designou uma Comissão Executiva para o triénio 2004-2006, com a seguinte composição:

- Dr. Paulo Miguel de Sousa Gonçalves Ramos, Presidente;
- Eng. Paulo Jorge Tavares Guedes;
- Dr. Pedro Miguel Marques Rebelo Pinto.

O Conselho de Administração deliberou igualmente que a Distribuição de Pelouros pelos membros da Comissão Executiva fosse efectuada da seguinte forma:

- Presidente, Dr. Paulo Ramos: Coordenação da CE; Gestão comercial (SGPS e Participadas); Área Jurídica e Secretaria Geral (SGPS e Participadas).
- Vogal, Eng. Paulo Guedes: Gestão da Produção do Grupo (SGPS e Participadas); Gestão da Qualidade (SGPS e Participadas).
- Vogal, Dr. Pedro Rebelo Pinto: Relações com o Mercado, CMVM, Auditores, Instituições Financeiras; Gestão Financeira e Administrativa (SGPS e Participadas); Contabilidade, Controlo de Gestão, Orçamento (SGPS e Participadas); Recursos Humanos (SGPS e Participadas).

O Conselho de Administração delegou na Comissão Executiva os seguintes poderes:

Preparação e elaboração da proposta de orçamento a ser submetido à aprovação do CA; Controlo da execução do orçamento aprovado pelo CA; Constituição de mandatários e procuradores; Contratação e dispensa de pessoal (efectivo, a prazo, outsourcing, ou noutra qualquer regime), aplicação das políticas remunerativas: remuneração (fixa, variável, despesas motivacionais, atribuição de viaturas, outros fringe benefits e prémios), plano de carreiras e promoções, concessão de empréstimos e adiantamentos, sempre de acordo com o orçamento aprovado e com as políticas previamente aprovadas em C.A.;

Atribuição de stock options nos termos regulamentares e dentro dos limites estabelecidos pela Assembleia Geral;

Representação da Sociedade, em juízo e fora dele; Comunicação, imagem e marketing da sociedade; Organização interna e elaboração e aprovação de regulamentos internos relativos ao funcionamento da empresa ou do Grupo;

Abertura e movimentação de contas;

Gestão financeira, administrativa e patrimonial;

Realização de pagamentos e de recebimentos, emissão de cheques, quitações;

Contratos de arrendamento, locação financeira, leasing, aluguer de longa duração e renting de bens móveis de acordo com os respectivos regimes jurídicos (excluem-se os bens imóveis);

Contratação de seguros relativos à actividade do Grupo; Aquisição e alienação de bens móveis e contratação, junto de terceiros, de serviços necessários ao regular e normal funcionamento do Grupo de acordo com os princípios e limites definidos no documento denominado "Competências para autorização de despesas", anexo à presente acta;

Aquisição e alienação de acções próprias, nos termos da competente deliberação da Assembleia Geral;

Negociação e contratação de linhas de crédito e de financiamentos;

Concessão de créditos e suprimentos a sociedades participadas nos termos art. 5.º do Decreto-Lei n.º 495/88 e sua transformação em capital;

Prestação de serviços técnicos de administração e gestão a sociedades do Grupo e fixação dos respectivos valores nos termos permitidos pelo art. 4.º do Decreto-Lei n.º 495/88, de 30 de Dezembro;

Estabelecimento de parcerias de colaboração que não envolvam participação em capital social;

Aprovação e alteração dos estatutos de sociedades participadas pela SGPS;

Composição dos órgãos sociais das sociedades participadas e designação dos respectivos membros; Designação de representantes da ParaRede, SGPS para as Assembleias Gerais das participadas;

Acordos e transacções, sejam judiciais, extrajudiciais ou arbitrais.

O Conselho de Administração reservou para si o seguinte conjunto de matérias:

Pedido de convocação da Assembleia Geral;

Aprovação dos relatórios de contas;

Aprovação dos planos estratégicos de MLP;

Aprovação do Orçamento Anual, incluindo o enquadramento das contratações de pessoal;

Aprovação das políticas de pessoal;

Cooptação de Administradores;

Aquisição, alienação e oneração de bens imóveis;

Prestação de cauções e garantias pessoais ou reais pela Sociedade;

Propostas de emissão de obrigações pela Sociedade;

Celebração de negócios entre a Sociedade e os seus Administradores;

Mudança de sede da Sociedade;

Aquisição, alienação ou arrendamento de imóveis;

Modificação relevante da estrutura ou actividade das sociedades participadas;

Constituição ou participação no capital social de outras sociedades e a celebração, neste âmbito, de acordos parassociais;

Aquisição e alienação de participações sociais noutras sociedades;

Estabelecimento ou cessação de cooperação duradoura e importante com outras empresas ou entidades;

Projectos de fusão, cisão e de transformação da Sociedade;

Delegação de poderes do Conselho de Administração na Comissão Executiva.

O Conselho de Administração reúne-se no mínimo uma vez por mês, tendo-se realizado ao longo do ano treze reuniões.

O Presidente da Comissão Executiva e os Administradores Executivos, em todas as reuniões do Conselho de Administração, fazem a síntese dos factos mais relevantes ocorridos desde a última reunião e distribuem aos Administradores os indicadores da actividade do Grupo e as contas mensais, com especial relevo para os aspectos de financiamento, cobranças e carteira de negócios.

3. Política de remuneração

A Comissão de Vencimentos é a entidade que foi encarregue, pelos Accionistas, de fixar o montante das remunerações dos Administradores, a qual é composta por: Banco Espírito Santo, S.A., representado pelo Dr. Joaquim Aníbal Brito Freixial de Goes (Presidente); Dr. Jorge de Brito Pereira (Vogal); e Structured Investments, SGPS, S.A., representada pelo Dr. Felipe Baião do Nascimento (Vogal).

No exercício de 2005 apenas foram remunerados os Administradores Executivos.

Remuneração Fixa: € 531.126,79

Remuneração Variável: € 180.000,00 (referente ao exercício de 2004)

Total: € 711.126,79

CAPÍTULO 5 – EVOLUÇÃO DA GESTÃO

1. Condições de mercado

De acordo com a INSAT o mercado consolidado das TI em Portugal cresceu em 2005 apenas 1% face a 2004, cifrando-se o volume em 1,5 Milhões de Euros. Se tivermos em linha de conta a taxa de inflação no período, apura-se uma taxa de crescimento negativa de cerca de 1%, ainda de acordo com a mesma fonte. O mercado evoluiu de forma mais dinâmica no primeiro semestre, tendo desacelerado no segundo semestre de 2005. A estrutura do mercado manteve-se estável em relação ao ano anterior, sendo a distribuição da despesa em TI 49% em Software e Serviços e 51% em Hardware.

O mercado consolidado de Hardware servidores decresceu 15% em valor durante 2005. A redução de preços e a forte pressão concorrencial acentuou-se tendo afectado negativamente as margens praticadas. Este facto também se verificou a nível de Software e Serviços que se manteve globalmente aos níveis de 2005. Também aqui a ParaRede foi confrontada com forte concorrência que implicou a redução das margens praticadas. A situação macro-económica desfavorável reflectiu-se na quase inexistência de grandes projectos, para os quais a ParaRede está mais vocacionada. A estrutura do mercado em 2005 manteve-se sem grandes alterações, continuando o Sector Financeiro como maior investidor em TI com 28% da despesa, as Telecom com 12%, a Administração Pública com 8% e as Grandes Empresas não Financeiras com 19%.

Grupo ParaRede

2. Análise e interpretação de Custos e Proveitos

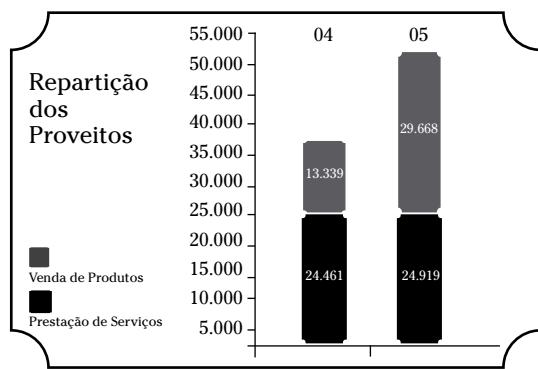
Valores em Euros

	2005	2004	Variação
Vendas	29.667.576	13.338.898	122%
Prestação de serviços	24.918.827	24.461.101	2%
Custo de vendas	(23.573.092)	(11.226.068)	110%
Subcontratos	(12.803.372)	(10.444.265)	23%
Margem Bruta	18.209.939	16.129.666	13%
Fornecimentos e serviços externos	(8.130.955)	(4.695.699)	73%
Custos com pessoal	(16.175.884)	(11.600.650)	39%
Outros ganhos e perdas líquidas	(4.550.822)	185.122	(2558%)
Resultado operacional bruto	(10.647.722)	18.439	(57846%)
Depreciações e amortizações	(875.088)	(1.038.249)	(16%)
Perdas por imparidade	(443.565)	(1.768.714)	(75%)
Resultado operacional	(11.966.374)	(2.788.524)	(329%)
Resultados financeiros	(438.736)	(526.140)	(17%)
Ganhos em empresas associadas	-	286.982	(100%)
Resultado antes de impostos sobre lucros	(12.405.110)	(3.027.682)	(310%)
Imposto sobre rendimento do exercício	(1.567.057)	8.429.270	(119%)
Resultado líquido do exercício	(13.972.167)	5.401.588	(359%)

Volume de Negócios

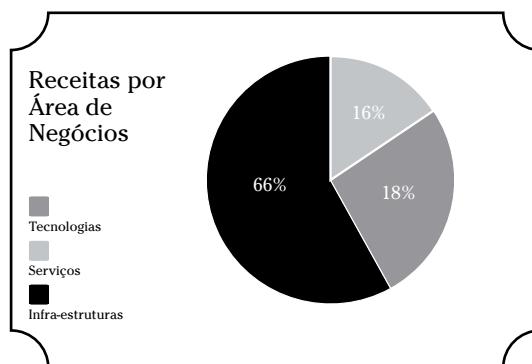
O volume de negócios registou um crescimento anual de 44%, ascendendo a 54,6 Milhões de Euros, para o qual contribuiu determinantemente a venda de produtos que apresentou um incremento de 122%, representando cerca de 54% do total dos proveitos. Os proveitos relacionados com a prestação de serviços cifraram-se em 24,9 Milhões de Euros o que equivale a um crescimento de 2% face ao exercício anterior.

O crescimento evidenciado decorre em grande medida, das aquisições consumadas durante o exercício de 2005, designadamente do Grupo WhatEverNet e do trespasso da Gain, bem como da aquisição em Novembro de 2004 da Damovo Portugal, Lda.

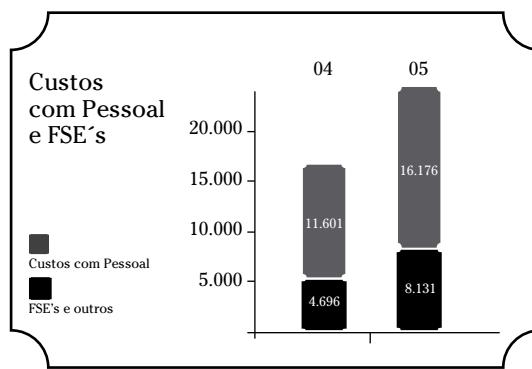


O Grupo ParaRede abordou o mercado em 2005 com uma oferta distribuída por três áreas de negócio, a saber:

- **Infra-estruturas:** A Divisão de Infra-estruturas da ParaRede é uma referência de mercado na área do conhecimento tecnológico. Dentro das suas competências, encontramos 3 grandes áreas de actuação: Redes, Sistemas e Dados; Comunicações Empresariais (Voz); Segurança e Networking.
- **Serviços:** A Divisão de Serviços da ParaRede integra dentro da sua oferta quatro áreas de competência: Consultoria e Desenvolvimento; Soluções de Gestão Empresarial; Business Intelligence; Soluções para Mercados Financeiros.
- **Tecnologias:** A Divisão de Tecnologias da ParaRede disponibiliza um conjunto de produtos e soluções próprias, cuja concepção e desenvolvimento são integralmente conduzidos pelas nossas equipas. A ParaRede desenvolve soluções para pagamentos electrónicos, atendimento integrado, televisão corporativa, integração de processos de negócio, soluções organizacionais e de comunicação e software para alinhamento de dados, entre outros.



Custos Fixos Operacionais



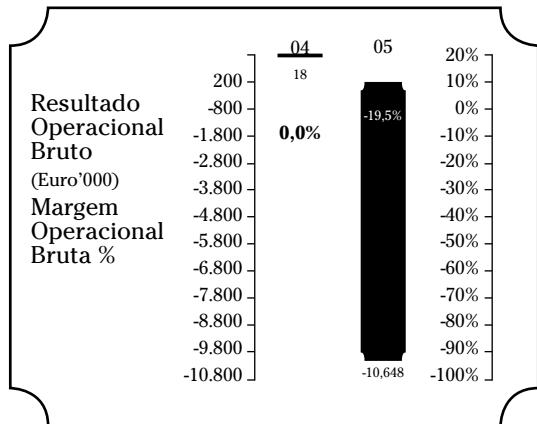
Por seu lado, o comportamento dos custos fixos operacionais traduz igualmente a alteração no perímetro de consolidação, evidenciando um crescimento agregado de 49%, que pode ser decomposto em 39% nos Custos com Pessoal e 73% nos Fornecimentos e Serviços de Terceiros. A integração de diversas empresas no universo ParaRede permitiu a obtenção de sinergias bastante significativas, cujo impacto se repercutirá em pleno no decorrer de 2006. Contudo, é de referir que o exercício de 2005 ficou francamente prejudicado pelo facto de os custos das diversas integrações ocorridas terem sido superiores ao inicialmente previsto, sendo de esperar que no curto prazo, e uma vez concluído o processo de integração, a empresa esteja credora dos benefícios daí resultantes.

Resultado Operacional Bruto

O resultado operacional bruto atingiu um valor negativo de cerca de 10,6 Milhões de euros, como consequência da insuficiente margem bruta libertada face aos custos não recorrentes decorrentes do alargamento do Grupo, dos quais se destacam, entre outros, o montante referente a rescisões de contratos de trabalho (705 Mil euros). Este efeito foi ampliado:

- (i) pelo reconhecimento de custos relacionados com o projecto da Lusa (2,5 Milhões de euros),
- (ii) pela contabilização de provisões para clientes (2,9 Milhões de euros),
- (iii) pelos abates ao imobilizado (0,3 Milhões de euros)

Por outro lado, a redução da actividade da sucursal da ParaRed BJS (Espanha) constituiu igualmente um factor explicativo para o valor do Resultado Operacional Bruto, na medida em que originou custos não recorrentes da ordem dos 321 Mil euros (a este montante acresce a componente do Goodwill que sofreu uma redução de imparidade de 443 Mil euros, cujo impacto não se reflecte no Resultado Operacional Bruto, mas no Resultado Operacional).



Resultado Líquido

O aumento significativo dos activos intangíveis está relacionado com o Goodwill gerado pela aquisição do Grupo WhatEverNet (22,7 Milhões de euros) e com a aquisição do negócio da Gain (2,1 Milhões de euros). A rubrica de perdas por imparidade inclui o montante de 443 Mil euros relacionado com o Goodwill da ParaRed BJS (Espanha) que deste modo ficou reduzido a zero. Se descontarmos esse montante, verificamos que as amortizações registaram uma diminuição de 16% face aos valores contabilizados no ano anterior (tal circunstância decorre da diminuição do investimento em activos fixos que se tem verificado nos últimos anos).

Os resultados financeiros são constituídos essencialmente pelo custo do financiamento, razão pela qual apresentam uma diminuição de cerca de 17%, pois em 2005 o nível de endividamento médio situou-se substancialmente abaixo do verificado em 2004. O resultado líquido do exercício (negativo) ascendeu a - 13.972.167 euros, que compara com 5.401.588 euros apurado em igual período do ano anterior.

3. Evolução previsível da sociedade

Os indicadores disponíveis apontam para que em 2006 a situação económico-financeira da ParaRede se apresente muito mais favorável, derivada dos seguintes aspectos:

1) Distribuição previsível da Receita, optimizada no enquadramento sinergético pós-integração das diversas unidades adquiridas, com maior peso relativo da prestação de serviços e produtos próprios;

- 2) Melhoria da Margem, quer por via da enfoque referido anteriormente, quer pela via da optimização dos custos directos, operada no ano de 2005;
- 3) Sinergias consideráveis ao nível dos custos de estrutura.

Resultados Líquidos Consolidados

	POC	(19.967)
Despesas de instalação	96	
Investigação e desenvolvimento	457	
Provisões	-	
Perdas no abate Imob. Incorpóreo	380	
Goodwill	5.211	
Custos com aumento capital filial	(18)	
Subsídios	(132)	
Subtotal	5.995	
Resultados Líquidos Consolidados - IFRS	(13.972)	

4. Proposta de aplicação de resultados

Propomos que o Resultado Líquido do exercício de 2005, das contas individuais preparadas de acordo com as normas geralmente aceites em Portugal, no montante de - 19.966.753 Euros, seja transferido para Resultados Transitados.

CAPÍTULO 6 – INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

1. Factos relevantes

O período em análise ficou marcado pela ocorrência dos seguintes factos relevantes:

ParaRede informa contrato GAIN – A 3 de Fevereiro de 2005, a ParaRede vem, nos termos e para os efeitos do que se dispõe no art. 248º do Código dos Valores Mobiliários, comunicar que foi assinado ontem à noite um contrato segundo o qual a sociedade GRECE – Gestão de Rede Empresarial de Comércio Electrónico, S.A., detida a 100% pela PARAREDE, SGPS, S.A., integrará a actividade presentemente desenvolvida pela GAIN – Grupo de Apoio à Indústria Nacional, Lda. Nos termos do referido contrato: (i) a integração ocorrerá por via de trespasso do estabelecimento afecto à actividade de desenvolvimento, produção e comercialização de produtos na área dos meios electrónicos de pagamento (ii) como contrapartida do trespasso, a GRECE pagará um montante de até € 2.000.000,00 de forma faseada. O cumprimento das obrigações previstas no contrato celebrado encontra-se sujeito a um conjunto de condições suspensivas.

Esclarecimentos – A 4 de Fevereiro de 2005, e na sequência das informações entretanto vindas a público, a ParaRede vem esclarecer o seguinte:

- a) Os pressupostos que presidiram às declarações efectuadas na conferência de imprensa do Conselho de Administração de dia 3 de Fevereiro

foram os resultados da empresa nos 1.º, 2.º e 3.º trimestres de 2004.

- b) Os resultados do exercício de 2004 ainda não foram aprovados pelo Conselho de Administração e a sua divulgação pública está prevista para o fim de Fevereiro, início de Março de 2005.
- c) No presente exercício de 2005 o Conselho de Administração da ParaRede não tem a intenção de propor o pagamento de quaisquer dividendos.

Aumento de Capital – A 21 de Fevereiro de 2005, a ParaRede informa que a respectiva Assembleia Geral, reunida hoje, dia 21 de Fevereiro, pelas 17h00, em segunda convocação, no Hotel Villa Rica, Av. 5 de Outubro, 295, em Lisboa com a presença ou representação de Accionistas detentores de 80.562.873 acções, correspondentes a 26,85% do capital social, deliberou, por unanimidade:

1. Aumentar o capital social da Sociedade de € 30.000.000 (trinta milhões de euros) para € 36.371.469,40 (trinta e seis milhões trezentos e setenta e um mil quatrocentos e sessenta e nove euros e quarenta cêntimos), na modalidade de entradas em espécie, a realizar com a transmissão para a Sociedade da totalidade das acções que a WHATEVER, SGPS, S.A., COFINA.COM, SGPS, S.A. e BANCO BPI, S.A. detêm na WHATEVERNET COMPUTING – SISTEMAS DE INFORMAÇÃO EM REDE, S.A., determinando a emissão de 63.714.694 novas acções da Sociedade, com o valor nominal de € 0,10 (dez cêntimos) cada uma e um prémio de emissão de € 0,27 (vinte e sete cêntimos) por acção, que serão subscritas pelas entidades supra mencionadas;
2. Alterar o artigo 4.º dos Estatutos da Sociedade em conformidade com a deliberação de aumento de capital aprovada nos termos referidos no ponto anterior, que passará a ter a seguinte redacção:

«ARTIGO QUARTO (Capital Social)

O capital social, integralmente subscrito e realizado, é de € 36.371.469,40, representado por 363.714.694 acções, com o valor nominal de dez cêntimos cada.»

ParaRede difere data de início de funções dos novos Administradores – A 10 de Março de 2005, a ParaRede vem, nos termos e para os efeitos do disposto no art. 248.º do Código dos Valores Mobiliários, comunicar que nesta data o Conselho de Administração da Sociedade aceitou o pedido apresentado pelo Eng. Carlos Alves e pelo Dr. Jorge de Brito Pereira de diferimento do início das suas funções como Administradores da PARAREDE até ao dia 16 de Maio inclusive, data em que deverá estar concluído o processo de integração da WHATEVERNET, S.A. na PARAREDE.

Anúncio de Resultados – A 05 de Abril de 2005, a ParaRede informou sobre os resultados consolidados do exercício de 2004: Volume de Negócios aumenta 27% para 37,8 M€; EBITDA melhora 284%, ascende a 2,6 M€; Margem Bruta cresce 35,8% (27,4 M€); Margem EBITDA passa de - 4,7% para + 6,8%; Resultado Líquido de 2,6 M€.

ParaRede prorroga início de funções dos novos Administradores – A 13 de Maio de 2005, a ParaRede vem, nos termos e para os efeitos do disposto no art. 248.º do Código dos Valores Mobiliários, comunicar que no dia 12 de Maio o Conselho de Administração da Sociedade aceitou o pedido apresentado pelo Eng. Carlos Alves e pelo Dr. Jorge de Brito Pereira de diferimento do início das suas funções como Administradores da PARAREDE até ao dia 16 de Novembro de 2005.

Resultados do 1º Trimestre de 2005 – A 30 de Maio de 2005, a ParaRede informou sobre os resultados consolidados do 1º Trimestre de 2005: Volume de Negócios cresce 24% para 10,2 M€; Margem Bruta cresce 24% (784 mil €); EBITDA melhora 192%, ascende a 302 mil €; Margem EBITDA passa de - 4% para + 3%; Resultado Operacional positivo de 148 mil €; Resultado Líquido recupera 107%.

ParaRede informa decisão favorável do Tribunal Judicial de Madrid – A 14 de Julho de 2005, e na sequência do comunicado de Facto Relevante publicado em 31 de Janeiro de 2002, no qual se dava conta da interposição de uma acção judicial contra a PARAREDE, a correr em Madrid, pela “AOL Servicios Interactivos Multimédia, Sociedade Limitada, Sociedad Unipessoal”, com o valor de € 2.644.389,68, e do Aditamento publicado no dia 1 de Fevereiro de 2002, vem-se pelo presente comunicar, nos termos e para os efeitos do disposto no nº 1 do art. 248º do Código dos Valores Mobiliários, que por decisão do Tribunal Judicial de Madrid, hoje notificada, a PARAREDE foi absolvida de todos os pedidos contra si formulados. Nos termos da legislação Espanhola a sentença encontra-se sujeita a recurso.

Resultados do 1º Semestre de 2005 – A 23 de Setembro de 2005, a ParaRede informou sobre os resultados consolidados do 1º Semestre de 2005: Volume de Negócios cresce 56% para 25,2 M€; EBITDA melhora 214%, ascende a 0,6 M€; Margem EBITDA passa de - 3% para + 3%; Custos financeiros reduzem 64%; Resultado Antes de Impostos melhora 105%; Resultado Líquido positivo de 75 mil euros; Reviu as perspectivas para terceiro trimestre.

ParaRede informa sobre renúncia dos novos Administradores – A 11 de Novembro de 2005, a ParaRede vem, nos termos e para os efeitos do disposto no art. 248.º do Código dos Valores Mobiliários, comunicar que recebeu do Eng. Carlos Alves carta de apresentação de renúncia ao cargo de Administrador justificada “por motivos de ordem pessoal, nomeadamente de natureza privada”. Após tomar conhecimento da decisão do Sr. Eng. Carlos Alves, também o Sr. Dr. Jorge de Brito Pereira decidiu renunciar ao cargo de Administrador da PARAREDE, SGPS, S.A., por forma a evitar que o número de membros do Conselho de Administração se tornasse par, com os inconvenientes práticos para

o funcionamento da Sociedade que tal situação poderia acarretar. O Sr. Dr. Jorge de Brito Pereira continuará, porém, a exercer o cargo de Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Sociedade.

Resultados do 3º Trimestre de 2005 – A 18 de Novembro de 2005, a ParaRede informou sobre os resultados consolidados do 3º Trimestre de 2005: Volume de Negócios a crescer 70%; Margem Bruta cresce 35%; Margem EBITDA cai 2,6 pontos percentuais; Resultados financeiros melhoram 38%; Resultados Líquidos de - 2.530 mil €.

2. Outras comunicações

ParaRede e Reditus fazem balanço positivo da parceria – A 20 de Janeiro de 2005, os Conselhos de Administração da ParaRede e da Reditus, efectuaram uma avaliação do desempenho do acordo comercial assinado entre as duas empresas em Dezembro de 2003. As duas empresas concluíram que os resultados alcançados ao longo do primeiro dos cinco anos de vigência do acordo correspondem ao esperado, sendo em algumas áreas superados. Neste sentido, as empresas mantêm o interesse em prosseguir activamente e, eventualmente, aprofundar os processos utilizados até agora, revalidando integralmente o conteúdo do acordo comercial. É importante salientar que em todos os projectos desenvolvidos em conjunto pelas duas empresas em 2004, a sintonia foi perfeita e a complementariedade constituiu a pedra chave para o êxito dos mesmos. Os elevados conhecimentos técnicos, a excelência na relação comercial e na gestão técnica dos projectos por parte da ParaRede associados às competências da Reditus nas áreas de Gestão de Processos em Outsourcing, constituíram a formula ideal reconhecida e comprovada pelos Clientes.

Os resultados alcançados reflectem o acolhimento que as propostas conjuntas apresentadas tiveram por parte dos Clientes das duas empresas, e o elevado grau de satisfação destes com a implementação dos projectos adjudicados. O total de negócios gerados pelo acordo atingiu mais de 6,2 milhões de Euros, ultrapassando em 25% o projectado e significando para a ParaRede cerca de 4,5 milhões de Euros em produtos e para a Reditus cerca de 1,7 milhões de Euros totalmente em prestação de serviços. As administrações das duas empresas estão também reconhecidas às equipas da ParaRede e da Reditus que trabalharam de forma integrada e esforçada na obtenção dos resultados alcançados.

Deliberações da Assembleia Geral – A 7 de Fevereiro de 2005, a ParaRede informa que, no âmbito do processo de integração da WhatEverNet na ParaRede [que ocorrerá através do aumento de capital da ParaRede SGPS, S.A. a realizar com a entrada em espécie da totalidade das acções que as sociedades WhatEver, SGPS, S.A., Cofina.Com, SGPS, S.A. e Banco BPI, S.A. detêm na WhatEverNet Computing – Sistemas de Informação em Rede, S.A.], realizou uma Assembleia Geral no dia 4 de Fevereiro, na qual estiveram presentes e representados Accionistas detentores de 91.782.256 acções, correspondentes a 30,59% do capital social, foram tomadas as seguintes deliberações:

1. Designar o Senhor Dr. Luís Pereira Rosa, ROC n.º 713, como Revisor Oficial de Contas Independente nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 28.º do Código das Sociedades Comerciais, i.e., para efectuar o relatório de avaliação das entradas em espécie na operação de aumento de capital em curso.
2. Aumentar o número de membros do Conselho de Administração de cinco para sete e eleger os Senhores Eng. Carlos Alves e Dr. Jorge de Brito Pereira como novos membros do Conselho de Administração para o triénio em curso, 2004-2006.
3. Reunir em segunda convocatória, nos termos do disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo 383.º do Código das Sociedades Comerciais, na data e local já designados na convocatória para o efeito – 21 de Fevereiro, pelas 17h00, no Hotel Villa Rica, Av. 5 de Outubro, 295, em Lisboa – a fim de deliberar: (i) aumentar o capital social da Sociedade de € 30.000.000 (trinta milhões de euros) para até € 36.371.469,40 (trinta e seis milhões trezentos e setenta e um mil quatrocentos e sessenta e nove euros e quarenta cêntimos), na modalidade de entradas em espécie, a realizar com a transmissão para a sociedade da totalidade das acções que a WhatEver, SGPS, S.A., Cofina.Com, SGPS, S.A. e Banco BPI, S.A. detêm na WhatEverNet Computing – Sistemas de Informação em Rede, S.A., determinando a emissão de um número de novas acções da sociedade até ao máximo de 63.714.694 acções, com o valor nominal de € 0,10 (dez cêntimos) cada uma e um prémio de emissão de € 0,27 (vinte e sete cêntimos) por acção, que serão subscritas pelas entidades supra mencionadas; (ii) alterar o artigo 4.º dos Estatutos da Sociedade em conformidade com a deliberação de aumento de capital que seja aprovada nos termos previstos no ponto anterior.

ParaRede esclarece aquisição da GAIN – A 14 de Fevereiro de 2005, e conforme já anunciado, a sociedade GRECE – Gestão de Rede Empresarial de Comércio Electrónico, S.A., detida a 100% pela PARAREDE, SGPS, S.A., celebrou, a 2 de Fevereiro, um contrato, com um conjunto de condições suspensivas, para a integração – por via de trespasse do estabelecimento – da actividade de desenvolvimento, produção e comercialização de produtos na área dos meios electrónicos de pagamento, exercida pela GAIN – Grupo de Apoio à Indústria Nacional, Lda.

Adicionalmente, a PARAREDE, SGPS, S.A., Sociedade Aberta, vem agora prestar a seguinte informação: Na sequência da verificação da totalidade das condições suspensivas a que se encontrava sujeito o cumprimento das obrigações previstas no acima referido contrato GAIN, este produzirá os seus efeitos a partir da presente data.

Escritura Pública de Aumento de Capital – A 30 de Março de 2005, a ParaRede informa que, nesta data, foi outorgada a escritura pública de aumento de capital da Sociedade de € 30.000.000 (trinta milhões de euros) para € 36.371.469,40 (trinta e seis milhões trezentos e setenta e um mil quatrocentos e sessenta e nove euros e quarenta cêntimos). Este aumento de capital foi subscrito pelas sociedades WHATEVER, SGPS, S.A.,

COFINA.COM, SGPS, S.A. e BANCO BPI, S.A., que o realizaram integralmente com a entrada em espécie da totalidade das acções que detinham no capital social da WHATEVERNET COMPUTING – SISTEMAS DE INFORMAÇÃO EM REDE, S.A. Mais se informa que o aumento de capital supra referido determinará a emissão de 63.714.694 novas acções — com o valor nominal de € 0,10 (dez cêntimos) e um prémio de emissão de € 0,27 (vinte e sete cêntimos) por cada acção — a distribuir da seguinte forma: a) WHATEVER, SGPS, S.A. = 42.476.463 acções; b) COFINA.COM, SGPS, S.A. = 12.871.655 acções; c) BANCO BPI, S.A. = 8.366.576 acções.

Finalmente, informa-se que, através da escritura pública hoje outorgada, se procedeu igualmente à consequente alteração do Artigo Quarto do Contrato de Sociedade, que passou a ter a seguinte redacção: «O capital social, integralmente subscrito e realizado, é de € 36.371.469,40 (trinta e seis milhões trezentos e setenta e um mil quatrocentos e sessenta e nove euros e quarenta cêntimos), representado por 363.714.694 acções, com o valor nominal de dez cêntimos cada».

Anúncio da divulgação dos Resultados – A 30 de Março de 2005, a ParaRede informa que irá apresentar os resultados relativos ao exercício de 2004 no próximo dia 5 de Abril, após o fecho do mercado.

Novo Registo Comercial – A 19 de Abril de 2005, a ParaRede informa que foi efectuado o registo comercial dos seguintes actos: 1. Aumento do capital social da Sociedade de € 30.000.000 (trinta milhões de euros) para € 36.371.469,40 (trinta e seis milhões trezentos e setenta e um mil quatrocentos e sessenta e nove euros e quarenta cêntimos), com a emissão de 63.714.694 novas acções, com o valor nominal de € 0,10 (dez cêntimos) cada uma; 2. Alteração do Artigo Quarto do Contrato de Sociedade, em consequência do aumento de capital supra referido, que passou a ter a seguinte redacção: «O capital social, integralmente subscrito e realizado, é de trinta e seis milhões trezentos e setenta e um mil quatrocentos e sessenta e nove euros e quarenta cêntimos, sendo representado por um total de trezentos e sessenta e três milhões setecentas e catorze mil seiscentas e noventa e quatro acções com o valor nominal de dez cêntimos cada uma».

ParaRede emite nota informativa – A 21 de Abril de 2005, a ParaRede informa a admissão à negociação no Eurolist by Euronext LisbonTM (Mercado de Cotações Oficiais da Euronext Lisbon), das acções resultantes do aumento de capital social por entradas em espécie da ParaRede de 30.000.000 de Euros para 36.371.469,40 Euros.

Conclusões da Assembleia Geral – A 09 de Maio de 2005, a ParaRede informa os Senhores Accionistas e o Mercado em geral de que, em Assembleia Geral Anual realizada no passado dia 6 de Maio, foram

tomadas, por unanimidade, as seguintes deliberações sociais: 1. Aprovação dos documentos individuais e consolidados de prestação de contas referentes ao exercício de 2004; 2. Aplicação do Resultado Líquido do exercício de 2004, no montante de € 2.584.346,00, da seguinte forma:
 € 258.434,00 transferidos para Reserva Legal;
 € 2.325.912,00 transferidos para Resultados Transitados; 3. Aprovação de um voto de confiança ao Conselho de Administração e a cada um dos seus membros, bem como ao Fiscal Único da Sociedade; 4. Autorização para a aquisição e alienação de acções próprias, nos termos do Código das Sociedades Comerciais.

Anúncio da divulgação dos Resultados do 1º Semestre – A 16 de Setembro de 2005, a ParaRede informa que irá apresentar os resultados relativos ao primeiro semestre de 2005 no próximo dia 23 de Setembro, após o fecho do mercado.

Anúncio da divulgação dos Resultados do 3º Trimestre – A 11 de Novembro de 2005, a ParaRede informa que irá divulgar os resultados relativos ao terceiro trimestre de 2005 no próximo dia 18 de Novembro, após o fecho do mercado.

ParaRede informa que AOL interpõe recurso – A 18 de Novembro de 2005, e na sequência do comunicado de Facto Relevante publicado em 14 de Julho de 2005, no qual se dava conta da decisão do Tribunal Judicial de Madrid que absolvia a ParaRede de todos os pedidos contra si formulados na acção interposta pela “AOL Servicios Interactivos Multimédia, Sociedade Limitada, Sociedad Unipessoal”, a ParaRede vem pela presente comunicar que dessa decisão foi interposto recurso.

Registo de fusão de participadas – A 27 de Dezembro de 2005, a ParaRede informa que na presente data foi outorgada escritura pública de fusão por incorporação nos termos da qual a sociedade sua participada ParaRede – Tecnologias de Informação, S.A. incorporou por fusão as sociedades igualmente participadas WhatEverNet Computing – Sistemas de Informação em Rede, S.A., WhatEverSoft – Centro de Investigação e Desenvolvimento de Software, S.A. e Trusted Systems – Sistemas de Informação Seguros, S.A. Mais se informa que a sociedade incorporante ParaRede – Tecnologias de Informação, S.A. aumentou o seu capital social em € 510.000, de € 4.367.935 para € 4.877.935, bem como que as sociedades incorporadas extinguir-se-ão com a inscrição da fusão no registo comercial.

3. Factos relevantes ocorridos após o termo do exercício

Interrupção de fornecimento e de prestação de serviços Lusa – A 2 de Janeiro de 2006, a ParaRede, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 248.º do Código de Valores Mobiliários e no Regulamento n.º 4/2004 da CMVM, vem informar que, mediante

ponderada consideração de expectativas, necessidades e prazos previsíveis de efectiva concretização do projecto em causa, a ParaRede – Tecnologias de Informação, S.A. e a Lusa – Agência de Notícias de Portugal, S.A. acordaram, no dia dois de Janeiro de dois mil e seis, na interrupção do fornecimento, pela ParaRede à Lusa, de Hardware, Software e de prestação de serviços para a implementação da Solução Global da Redacção da Lusa, com a simultânea restituição, recíproca e em singelo, das prestações entretanto já efectuadas. Mais informa que o investimento e manutenção associados ao projecto, caso o mesmo se concluisse, ultrapassariam os 2 milhões de Euros.

ParaRede informa sobre revisão das perspectivas para o quarto trimestre de 2005 – A 17 de Fevereiro de 2006, a ParaRede informa que os resultados da empresa no quarto trimestre de 2005 serão inferiores às expectativas, o que, conjugado com os resultados do terceiro trimestre, agrava significativamente os resultados anuais da sociedade. Relativamente aos factores que provocaram um impacto negativo

no terceiro trimestre [e que de acordo com comunicado anterior foram, principalmente, (i) o atraso na certificação dos novos equipamentos TPA, (ii) o atraso na constituição da participada em Angola e consequente impacto na actividade comercial na região e (iii) a integração dos novos activos no Grupo] não chegou a acontecer a esperada superação desse efeito já no último trimestre de 2005, uma vez que (1) os três novos terminais de pagamento automático (TPA) monobloco "Europa" apenas receberam as certificações no final de Novembro, (2) o projecto de investimento da "ParaRede África" foi aprovado em Luanda pela ANIP (Agência Nacional de Investimento Privado) já em Janeiro de 2006 e (3) a reestruturação, cujo reflexo positivo se fará naturalmente sentir já em 2006, exigiu investimentos ainda no quarto trimestre de 2005.

4. Anexo – Participação dos membros na sociedade

Participação dos Membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização, na Sociedade e em Sociedades em relação de domínio ou de Grupo (Artigo 447º do Código das Sociedades Comerciais)

Conselho de Administração da ParaRede, SGPS	Quantidade	Adquiridas Data	Preço (Eur)	Oneradas -	Quantidade	Vendidas Data	Acções detidas	
							Preço (Eur)	31-Dez-05
Paulo Miguel Gonçalves Ramos ^(a)	-	-	-	-	-	-	-	-
Paulo Tavares Guedes ^(a)	-	-	-	-	-	-	-	-
Pedro Rebelo Pinto ^(a)	-	-	-	-	-	-	-	-
Pedro Manuel de Barros Inácio	-	-	-	-	-	-	-	150
António Miguel Natário Rio Tinto	-	-	-	-	-	-	-	-
Fiscal Único da ParaRede, SGPS	Quantidade	Adquiridas Data	Preço (Eur)	Oneradas -	Quantidade	Vendidas Data	Acções detidas	
Vitor Rodrigues de Oliveira	-	-	-	-	-	-	-	-

(a) Titular indireto de 47 397 260 encaixes, pelo facto de ser accionista e membro do Conselho de Administração da Structured Investments, SGPS, S.A.

5. Anexo – Participações qualificadas

Para efeitos da alínea e) do nº 1 do artigo 6º do regulamento 11/2000 da CMVM, apresenta-se a lista de titulares de participações qualificadas conhecidas a 31 de Dezembro de 2005 calculadas nos termos do art.20º do Código dos Valores Mobiliários, e também, para efeitos do artigo 448º do Código das Sociedades Comerciais, quando a lista dos accionistas que na data do encerramento do ano de 2005, são titulares de pelo menos um décimo do capital da Sociedade:

Participações qualificadas na ParaRede, SGPS, SA	n.º de acções	% do Capital	% dos Dtos de voto
Structured Investments, SGPS, S.A.	47.397.260	13,0%	13,0%
Banco Espírito Santo, S.A.	33.811.538	9,3%	9,3%

Contas Individuais

Balanço, DR e Respectivos Anexos

ParaRede SGPS, SA
Balanço

Valores em Euros

COD.	ACTIVO	31.12.2005			31.12.2004
		AB	AA	AL	
	IMOBILIZADO				
	Imobilizações Incorpóreas:				
431	Despesas de Instalação	273.170	143.999	129.171	220.218
432	Despesas de Invest. Desenvolvimento	0	0	0	0
433	Prop. Industrial e Outros Direitos	0	0	0	0
434	Trespasses	68.539.606	33.900.632	34.638.974	17.487.186
44	Imobilizações em Curso	0	0	0	0
		68.812.776	34.044.631	34.768.145	17.707.404
	Imobilizações Corpóreas:				
426	Equipamento administrativo	339.566	314.537	25.029	57.898
429	Outras Imobilizações Corpóreas	0	0	0	0
		339.566	314.537	25.029	57.898
41	Investimentos Financeiros:				
4111	Partes de Capital em Empresas do grupo	6.840.272	0	6.840.272	16.544.327
4112	Partes de Capital em Empresas Associadas	0	0	0	0
4113	Partes de Capital em Outras Empresas	0	0	0	0
447	Adiant. por conta Invest. Financeiros	0	0	0	0
		6.840.272	0	6.840.272	16.544.327
	CIRCULANTE				
	Dívidas de terceiros - curto prazo:				
211	Clientes c/c	326.835	0	326.835	5.194.201
252	Empresas do Grupo	5.666.338	0	5.666.338	8.290.855
229	Adiantamentos a Fornecedores	0	0	0	0
24	Estado e Outros Entes PÚblicos	52.983	0	52.983	227.488
264	Subscritores de Capital	0	0	0	0
26	Outros Devedores	0	0	0	11.526
		6.046.156	0	6.046.156	13.724.070
	Depósitos bancários e caixa:				
12	Depósitos Bancários	54.785	0	54.785	20.934
11	Caixa	0	0	0	500
		54.785	0	54.785	21.434
	ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS				
271	Acréscimos de Proveitos	0	0	0	0
272	Custos Diferidos	3.393	0	3.393	37.170
		3.393	0	3.393	37.170
	TOTAL DE AMORTIZAÇÕES		34.359.168		
	TOTAL DE AJUSTAMENTOS		0		
	TOTAL DO ACTIVO	82.096.948	34.359.168	47.737.780	48.092.303

O Técnico Oficial de Contas

A Administração

ParaRede SGPS, SA

Balanço

Valores em Euros

COD.	PASSIVO	31.12.2005	31.12.2004
	CAPITAL PRÓPRIO		
51	Capital	36.371.470	30.000.000
521	Acções Próprias	0	0
522	Acções Próprias-Desc. e Prémios	0	0
54	Prémios de Emissão de Acções	17.202.967	0
55	Ajust. Partes Cap. em Filiais e Assoc.	6.522	6.522
57	Reservas		
571	Reservas Legais	1.844.801	1.586.367
574	Reservas Livres	85.123	85.123
578	Reservas Indisponíveis	0	0
59	Resultados Transitados	910.398	(1.415.514)
	Subtotal	56.421.281	30.262.498
88	Resultado Líquido do Exercício	(19.966.753)	2.584.346
	Total do Capital Próprio	36.454.528	32.846.844
	PASSIVO		
	Provisões		
298	Outras Provisões	5.324.702	13.994.352
		5.324.702	13.994.352
	Dívidas a Terceiros - Médio e Longo Prazo:		
231	Dívidas a Instituições de Crédito	0	0
		0	0
	Dívidas a Terceiros - Curto Prazo:		
221	Fornecedores c/c	91.167	251.282
231	Dívidas a Instituições de Crédito	1.542.488	850.000
261	Fornecedores de Imobilizado	0	6.948
25	Empresas do Grupo	4.059.870	15.476
24	Estado e Outros Entes Públicos:		
241	Estimativa IRC a Pagar	1.002	1.050
	Outros	77.119	8.912
26	Outros Credores	39.847	2.590
		5.811.493	1.136.258
	ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS		
273	Acréscimos de Custos	147.057	114.849
		147.057	114.849
	Total do Passivo	11.283.252	15.245.459
	TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	47.737.780	48.092.303

ParaRede SGPS, SA
 Demonstração de Resultados por Funções
 Valores em Euros

Rubrica	31.12.2005	31.12.2004
Vendas e prestações de serviços	1.577.920	1.000.000
Custo das vendas e das prestações de serviços	0	0
Resultados brutos	1.577.920	1.000.000
Outros proveitos e ganhos operacionais	722.915	799.251
Custos de distribuição	0	0
Custos administrativos	0	0
Outros custos e perdas operacionais	(8.656.644)	(7.499.289)
Resultados operacionais	(6.355.809)	(5.700.038)
Custo líquido de financiamento	(199.416)	(510.744)
Ganhos (perdas) em filiais e associadas	(13.410.526)	8.796.178
Resultados correntes	(19.965.751)	2.585.396
Impostos sobre os resultados correntes	(1.002)	(1.050)
Resultados correntes após impostos	(19.966.753)	2.584.346
Resultados extraordinários	0	0
Impostos sobre os resultados extraordinários	0	0
Resultados líquidos antes de interesses minoritários	(19.966.753)	2.584.346
Interesses minoritários	0	0
Resultados líquidos do grupo	(19.966.753)	2.584.346
Resultados por acção (em euros)	(0,06)	0,10

O Técnico Oficial de Contas

A Administração

Contas Individuais

Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados

(Valores expressos em Euros)

INTRODUÇÃO

A ParaRede SGPS, SA foi constituída em Dezembro de 1995 com o objectivo de definir, rever, e controlar a missão e as linhas de orientação estratégica do Grupo. A Empresa tem a sua sede na Rua Laura Alves, nº 12 – 3º, em Lisboa, registada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o nº 04861, com o nº de contribuinte 503 541 320.

A actividade principal do grupo consiste na prestação de serviços na área das Tecnologias de Informação assumindo-se como integrador de sistemas.

Em 30 de Março de 2005, a Empresa procedeu a um aumento do capital social, no montante de 6 371 470 euros, mediante a entrada em espécie, realizada com a transmissão para a Sociedade da totalidade das acções que as empresas WhatEverNet, SGPS, SA, Cofina.com, SGPS, SA, e Banco BPI, SA detinham na WhatEverNet Computing – Sistemas de Informação, S.A, passando esta última empresa a ser detida integralmente pela ParaRede SGPS, SA.

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no Plano Oficial de Contabilidade (POC) para apresentação das Demonstrações Financeiras. As notas cuja numeração se encontra ausente deste anexo não são aplicáveis ou a sua apresentação não é considerada relevante para apreciação das Demonstrações Financeiras.

1. INDICAÇÃO E JUSTIFICAÇÃO DAS DISPOSIÇÕES DO POC

O registo dos factos contabilísticos e a elaboração e apresentação das Demonstrações Financeiras obedeceram não só às características qualitativas de relevância, fiabilidade e comparabilidade como também aos princípios contabilísticos da continuidade, da consistência e da especialização, do custo histórico, da prudência, da substância sob a forma e da materialidade conforme estão definidos respectivamente nos capítulos 3 e 4 do POC aprovado pelo Decreto-Lei 410/89 de 21 de Novembro.

As notas às contas respeitam a ordem estabelecida pelo POC, sendo de referir que os números não identificados não têm aplicação por inexistência ou irrelevância de valores e situações a reportar.

2. INDICAÇÃO E COMENTÁRIO DAS CONTAS DE BALANÇO E DA DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

No exercício de 2005, a Empresa não procedeu a alterações de práticas ou políticas contabilísticas. No entanto, por forma a acolher as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei 35/2005, de 17 de Fevereiro, as quantias relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2004, apresentadas para efeitos comparativos, foram reexpressas, apresentando-se de acordo com o referido Decreto-Lei.

Rúbricas	B/DR	Saldo apresentado para efeitos comparativos (de acordo com DL 35/2005)	Saldo de acordo com as contas aprovadas em Assembleia Geral
Total de provisões	B	-	5 500
Total de ajustamentos	B	5 500	-
Proveitos e ganhos extraordinários	DR	-	87 170
Reversões de amort. e ajustamentos	DR	87 170	-

Resumem-se acima, as principais alterações entre as contas apresentadas para efeitos comparativos (de acordo com o novo diploma) e as aprovadas em Assembleia Geral, com referência ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2004.

3. CRITÉRIOS VALORMÉTRICOS

3.1 Imobilizado Corpóreo e Incorpóreo

- O imobilizado corpóreo é valorizado ao custo de aquisição, incluindo as despesas imputáveis à compra.
- O imobilizado incorpóreo comprehende, fundamentalmente, as despesas de instalação e o valor dos trespasses que correspondem ao excesso do custo de aquisição sobre o valor atribuível aos capitais próprios, tendo sido, a partir do exercício de 1998, política do grupo apresentar os investimentos financeiros pelo método da equivalência patrimonial.
- As amortizações do imobilizado são efectuadas pelo método das quotas constantes, de acordo com o período de vida útil estimado que não diferem substancialmente das taxas máximas anuais permitidas para efeitos fiscais.
- As amortizações dos trespasses são efectuadas em 5 ou 10 anos, aplicando o método das quotas constantes, tendo em consideração o período de recuperação do investimento.
- As amortizações das despesas de investigação e desenvolvimento são efectuadas pelo método das quotas constantes num período de 3 anos.

3.2 Activos e Passivos em moeda estrangeira

As operações em moeda estrangeira são registadas ao câmbio da data considerada para a operação. São actualizadas ao contravalor em euros, às taxas de câmbio em vigor no final do exercício. As diferenças de câmbio ocorridas no exercício, realizadas ou potenciais, são registadas como Ganhos ou Perdas Financeiras.

3.3 Investimentos Financeiros

As participações financeiras em empresas do Grupo estão relevadas pelo método de equivalência patrimonial. No momento em que o capital próprio da participada passa a ter valor negativo é constituída uma provisão para o efeito.

3.4 Imposto sobre o Rendimento

A estimativa do imposto sobre o rendimento é determinada com base nos resultados antes de impostos, ajustados em conformidade com a legislação fiscal, tomando em consideração as diferenças temporais existentes.

3.5 Caixa e seus Equivalentes

Em caixa e seus equivalentes estão incluídos depósitos à ordem, caixa e outras aplicações de tesouraria.

4. COTAÇÕES UTILIZADAS

As operações em moeda estrangeira estão registadas ao câmbio da data considerada para a operação. Todas as diferenças de câmbio apuradas neste exercício foram registadas em resultados, tendo sido utilizadas as taxas abaixo listadas, à data de 30 de Dezembro de 2005.

Moeda	Média Compra/Venda (euro)
Libra Esterlina	0,6853
Dolar EUA	1,1797

7. NÚMERO MÉDIO DE PESSOAS AO SERVIÇO DA EMPRESA

O número médio de pessoas ao serviço da Empresa, em 31 de Dezembro de 2005, era de 3 empregados (3 em 31 de Dezembro de 2004).

8. DESPESAS DE INSTALAÇÃO E DESPESAS DE INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

As despesas de instalação incluem, os custos com os aumentos do Capital Social, nomeadamente as comissões pagas às instituições financeiras envolvidas no processo (ver Nota 3.1.).

10. MOVIMENTOS OCORRIDOS NA RUBRICA DE IMOBILIZAÇÕES E RESPECTIVAS AMORTIZAÇÕES

10.1 Movimento do Activo Bruto

Rubricas	Activo Bruto					
	S.º Inicial	Aumentos	Alienação	MEP	Abates	S.º Final
IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS						
Despesas de Instalação	753 002	0	0	0	479 832	273 170
Despesas de I&D	14 964	0	0	0	14 964	0
Prop. Intelectual e Outros Direitos	17 248	0	0	0	17 248	0
Diferenças de Consolidação	46 122 944	22 666 798	0	0	250 136	68 539 606
Total Imobilizações Incorpóreas	46 908 158	22 666 798	0	0	762 180	68 812 776
IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS						
Equipamento Administrativo	339 566	0	0	0	0	339 566
Total Imobilizações Corpóreas	339 566	0	0	0	0	339 566
INVESTIMENTOS FINANCEIROS						
Partes de Capital em Emp. do Grupo	16 544 327	10 724 540	0	(14 928 054)	5 500 541	6 840 272
Partes de Capital em Emp. Assoc.	5 500	0	0	0	5 500	0
Partes de Capital em Out. Empresas	0	0	0	0	0	0
Total Investimentos Financeiros	16 549 827	10 724 540	0	(14 928 054)	5 506 041	6 840 272

O aumento nas rubricas de Diferenças de Consolidação e Investimentos Financeiros resultam da aquisição do Grupo WhatEverNet, a qual apresentou as seguintes características:

Entrada em espécie p/ o aumento de Capital	23 574 436
Pagamento de Caixa (acções detidas pelos minoritários)	75 577
Custos directos relacionados com a aquisição	47 850
Total do Custo de Aquisição	23 697 863
Justo valor dos activos líquidos adquiridos	(1 031 064)
Diferenças de consolidação	22 666 798

O aumento da rúbrica Partes de Capital em Empresas do Grupo refere-se ao aumento de capital efectuado pela ParaRede TI, na sequência da operação de cedência de activos realizada pelas empresas do Grupo WEN, Grece e Damovo, bem como à realização de capital na ParaRede Netpeople, SA (ex-Catálogo Electrónico de Produtos,SA).

A coluna do MEP reflecte, como o próprio nome indica, a aplicação do método de equivalência patrimonial (ver Nota 16).

Na coluna de Abates dos Investimentos Financeiros, encontram-se relevados 5 500 541 euros relativos à conversão em Prestações Acessórias dos suprimentos que existiam na ParaRede Netpeople, S.A. os quais se encontravam totalmente provisionados (ver Nota 34).

10.2 Movimento das Amortizações e Ajustamentos

Rubricas	Amortizações Acumuladas				
	S.º Inicial	Reforços	Alienações	Abates/Reversões	S.º Final
IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS					
Despesas de Instalação	532 783	91 048	0	479 832	143 999
Despesas de I&D	14 964	0	0	14 964	0
Propriedade Intelectual Outros Direitos	17 248	0	0	17 248	0
Diferenças de Consolidação	28 635 758	5 515 008	0	250 134	33 900 632
Total Amortizações Imobilizado Incorpóreo	29 200 753	5 606 056	0	762 178	34 044 631
IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS					
Equipamento Administrativo	281 668	32 869	0	0	314 537
Outras Imobilizações corpóreas	0	0	0	0	0
Total Amortizações Imobilizado Corpóreo	281 668	32 869	0	0	314 537
INVESTIMENTOS FINANCEIROS					
Partes de Capital em Emp. do Grupo	0	0	0	0	0
Partes de Capital em Emp. Associadas	5 500	0	0	5 500	0
Partes de Capital em Out. Empresas	0	0	0	0	0
Total Ajustam. Investim. Financeiros	5 500	0	0	5 500	0

15. BENS EM REGIME DE LOCAÇÃO FINANCEIRA

A Empresa mantém equipamentos em regime de locação financeira, com os seguintes valores contabilísticos:

Descrição do Bem	Valor de Aquisição	Amortização	Valor Líquido
Equipamento Informático	162 904	162 904	0
Total	162 904	162 904	0

16. PARTES DE CAPITAL EM EMPRESAS DO GRUPO E PARTICIPADAS

Empresa	Capital detido %	Ano	Capitais Próprios	RL do Exercício
GRUPO:				
ParaRede -Tecnologias de Informação, S.A. (a) Sede - R. Laura Alves, 12-3º - 1050-138 Lisboa	100	2005	8 267 118	(15 001 207)
ParaRed BJS, SA Sede - Avenida Afonso XOO, 105 – Borjo dcha. – 28016 Madrid	100	2005	(2 083 526)	1 045 327
Net People, S.A. Sede - R. Laura Alves, 12-3º - 1050-138 Lisboa	100	2005	(3 241 177)	234 528
ParaRede Netpeople -Tecnol. Informação, S.A. (c) Sede - R. Laura Alves, 12-3º - 1050-138 Lisboa	100	2005	73 153	241 408
Grece - Gestão Rede Emp. Com. Electrónico, S.A. (b) Sede - R. Laura Alves, 12-3º - 1050-138 Lisboa	-	-	-	-
Damovo Portugal, Lda (b) Sede - R. Laura Alves, 12-3º - 1050-138 Lisboa	-	-	-	-

(*) Contas a serem aprovadas na respectiva Assembleia Geral.

- (a) Empresa que efectuou uma fusão por incorporação, das empresas WhatEverNet Computing, SA, WhatEverSoft, SA e Trusted Systems,SA..
 (b) Empresas liquidadas em 2005.
 (c) Esta empresa manteve a denominação social de Catálogo Electrónico de Produtos, SA. Até 31 de Agosto de 2005.

Decomposição de saldos e transacções com empresas do Grupo

Empresa	Transacções			Saldos	
	FSE's	Outros	Pagar	Receber	
ParaRede TI, SA	1 554 495	23 400	4 059 870	326 835	
ParaRede Netpeople	-	-	-	112 349	
Netpeople,SA	-	-	-	3 420 506	
ParaRed BJS,SA	-	-	-	2 133 483	

21. AJUSTAMENTOS OCORRIDOS NAS RÚBRICAS DE ACTIVO CIRCULANTE

Ajustamentos	Movimento nas contas de ajustamentos			
	Saldo Inicial	Reforço	Reversão	Saldo Final
Ajustamentos para Inv. Financeiros	5 500	0	5 500	0
Totais	5 500	0	5 500	0

25. DÍVIDAS ACTIVAS E PASSIVAS RESPEITANTES A PESSOAL

Em 31 de Dezembro de 2005 existiam as seguintes dívidas passivas:

	Euros
Processamento de despesas	321

32. RESPONSABILIDADES DA EMPRESA POR GARANTIAS PRESTADAS

Em 31 de Dezembro de 2005, a Empresa tinha assumido as seguintes responsabilidades por garantias prestadas:

Beneficiário	Valor	Observações
ParaRed BJS, SA	90 000	Garantir actividade operacional da ParaRed BJS, SA
	90 000	

No âmbito da renegociação do financiamento concedido pelo BES à ParaRed SGPS, mediante a qual foi elevado de 2,0 Milhões de euros, até ao máximo de 6,2 Milhões de euros o montante do crédito em conta corrente, manteve-se o penhor de 100% das acções da ParaRed TI, SA como garantia do mesmo. O montante utilizado em 31 de Dezembro de 2005 era de 0,9 Milhões de euros.

34. PROVISÕES

Provisões	Movimento nas contas de provisões			
	Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
Provisões para riscos e encargos	32 172	0	32 172	0
Provisões para outros (MEP)	13 962 180	0	8 637 478	5 324 702
Totais	13 994 352	0	8 669 650	5 324 702

Encontra-se constituída uma provisão para eventuais responsabilidades com as subsidiárias, no montante de 5 324 702 euros, o que corresponde ao valor dos Capitais Próprios negativos das mesmas em 31 de Dezembro de 2005.

A redução ocorrida na Provisão para Outros (MEP) diz respeito, principalmente, à conversão em Prestações Acessórias dos suprimentos existentes na ParaRed NetPeople (5 500 541 euros) e à redução dos capitais próprios negativos de algumas das subsidiárias provisionadas.

36. FORMA DE REPRESENTAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

O Capital Social está representado por 363 714 694 acções ao portador ao valor nominal de 0,10 euros/acção.

40. MOVIMENTOS OCORRIDOS NO EXERCÍCIO EM CAPITAIS PRÓPRIOS

Rúbricas	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Capital Social	30 000 000	6 371 470	0	36 371 470
Acções Próprias (v. nom)	0	0	0	0
Acções Próprias (desc./pr)	0	0	0	0
Prémio Emissão Acções	0	17 202 967	0	17 202 967
Ajust. Partes de Capital	6 522	0	0	6 522
Reservas Legais	1 586 367	258 434	0	1 844 801
Reservas Livres	85 123	0	0	85 123
Resultados Transitados	(1 415 514)	2 325 912	0	910 398
Resultado Líquido	2 584 346	(19 966 753)	2 584 346	(19 966 753)
Total	32 846 844	6 192 030	2 584 346	36 454 528

O Resultado Líquido do exercício de 2004 foi transferido para resultados transitados (2 325 912 euros) e para reservas legais (258 434 euros).

O Grupo procedeu ao aumento do seu Capital Social, por escritura pública realizada a 30 de Março de 2005 (ver Nota 48 e Introdução).

43. REMUNERAÇÕES DOS ORGÃOS SOCIAIS

	Euros
Conselho de Administração	731 309

44. REPARTIÇÃO DO VALOR LÍQUIDO DAS VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

Mercados	Prestações de Serviços
Mercado Interno	1 577 920
Mercado Externo	-
Total	1 577 920

45. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS FINANCEIROS

Custos e Perdas	31.12.05	31.12.04	Proveitos e Ganhos	31.12.05	31.12.04
Juros suportados	141 353	450 661	Juros obtidos	2 160	10 462
Perdas em empresas Grupo	15 001 207	762 365	Ganhos em emp. Grupo	1 521 263	9 271 561
Ajustam. de aplic. financeiras	0	5 500	Dif. câmbio favoráveis	0	296
Dif. câmbio desfavoráveis	0	248	Reversões e outros prov. financeiros	5 500	87 170
Out. custos financeiros	65 723	70 593			
Resultados Financeiros	(13 679 360)	8 080 122	Total	1 528 923	9 369 489
Total	1 528 923	9 369 489			

O valor de Perdas e ganhos em empresas do Grupo refere-se à aplicação do Método da Equivalência Patrimonial no período.

46. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS

Custos e Perdas	31.12.05	31.12.04	Proveitos e Ganhos	31.12.05	31.12.04
Dividas incobráveis	4 264	0	Ganhos em imobilizações	69 417	292 482
Perdas em imobilizações	5 500	150 534	Reduções de provisões (ver Notas 2 e 34)	714 794	622 286
Multas e penalidades	375	444	Correc. exerc. anteriores	5 041	38 705
Aumentos amortizações	0	364 342	Out. prov. G. Extraord.	3 081	50 861
Correcções exerc. anteriores	48 393	93 239			
Out. c. perdas extraord.	1 750 000	464 081			
Resultados Extraordinários	(1 016 199)	(68 306)			
Total	792 333	1 004 334	Total	792 333	1 004 334

O valor de Outros custos e perdas extraordinários de 1 750 000 euros refere-se a um perdão de dívida à ParaRed BJS.

A redução de provisões está relacionada, principalmente, com a liquidação da entidade Damovo Portugal, Lda no exercício.

48. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

a) Empresas do Grupo

Na sequência da centralização da gestão financeira do Grupo pela SGPS, no sentido da optimização dos recursos obtidos e aplicados, esta última contratou a maior parte dos financiamentos bancários necessários ao suporte do investimento e do ciclo de exploração.

b) Dívidas a Instituições de Crédito

Os empréstimos contraídos são de curto prazo e ascendem a 1 542 488 euros a que corresponde uma taxa de juro média de 4,1%.

c) Programa de "Stock-Option"

A seguinte informação sumariza os dados principais sobre o plano de "Stock Option" do Grupo ParaRede:

Planos por Anos	N.º de Acções ¹ a disponibilizar	N.º de Opções sobre Acções atribuídas	Data de Exercício	Preço de Exercício (Eur)
2000	2 400 000	2 400 000		
Cons. Administração	900 000	900 000	2005	2,633
Colaboradores	1 500 000	1 500 000	2005	2,633
2001	2 500 000	-		
Cons. Administração	900 000	-	2004-2005	2,793
Colaboradores	1 600 000	-	2004-2005	2,793

¹Depois da correcção do aumento de capital

A fim de criar fortes incentivos à retenção dos principais colaboradores da ParaRede, as Assembleias Gerais de 1999, 2000 e 2001 autorizaram o Conselho de Administração a instituir um programa de "stock options", a exercer no período de 2002 a 2006, conforme evidenciado no quadro acima.

Durante o exercício de 2002 foi interrompido o programa de "Stock Options", não tendo sido fixado, desde essa altura, qualquer montante de acções com essa finalidade.

A esta data a Administração considera improvável que o programa de "stock options" acima venha a gerar encargos materiais para a Empresa.

d) O período em análise ficou marcado pela ocorrência dos seguintes factos:

- Durante o primeiro semestre de 2005, o Grupo procedeu à aquisição de 100% do grupo WhatEverNet (WEN), cuja actividade principal é similar à do Grupo, e à aquisição do trespasso da GAIN, cuja principal actividade é a concepção, desenvolvimento e comercialização de sistemas de pagamento electrónico.
- O Grupo procedeu, em 30 de Março de 2005, a um aumento de capital, com a emissão de 63 714 694 acções, através de entradas em espécie, de 23 574 436 euros, realizado com a transmissão, para o Grupo, da totalidade das acções da WEN.
- Interrupção de fornecimento e de prestação de serviços Lusa – A 2 de Janeiro de 2006, a ParaRede, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 248.º do Código de Valores Mobiliários e no Regulamento n.º 4/2004 da CMVM, vem informar que, mediante ponderada consideração de expectativas, necessidades e prazos previsíveis de efectiva concretização do projecto em causa, a ParaRede – Tecnologias de Informação, S.A. e a Lusa – Agência de Notícias de Portugal, S.A. acordaram, no dia dois de Janeiro de dois mil e seis, na interrupção do fornecimento, pela ParaRede à Lusa, de Hardware, Software e de prestação de serviços para a implementação da Solução Global da Redacção da Lusa, com a simultânea restituição, recíproca e em singelo, das prestações entretanto já efectuadas. Mais informa que o investimento e manutenção associados ao projecto, caso o mesmo se concluisse, ultrapassariam os 2 milhões de Euros.
- Na sequência do Facto Relevante publicado em 31 de Janeiro de 2002, no qual se dava conta da interposição de uma acção judicial contra a PARAREDE, a correr em Madrid, pela "AOL Servicios Interactivos Multimédia, Sociedade Limitada, Sociedad Unipessoal", com o valor de € 2.644.389,68, e do Aditamento publicado no dia 1 de Fevereiro de 2002, a ParaRede comunicou, que por decisão do Tribunal Judicial de Madrid foi absolvida de todos os pedidos contra si formulados. No entanto e nos termos da legislação Espanhola a sentença encontra-se sujeita a recurso.

e) Reconciliação da Demonstração de resultados por natureza com a Demonstração de resultados por funções:**Demonstração de Resultados de 2005**

Rubricas	Por Natureza	Reclassificações	Por Funções
Resultados Operacionais	(5 270 192)	(1 085 617)	(6 355 809)
Resultados Financeiros	(13 679 360)	69 418	(13 609 942)
Resultados Correntes	(18 949 552)	(1 016 199)	(19 965 751)
Resultados Extraordinários	(1 016 199)	1 016 199	0
Resultados Líquidos do Exercício	(19 966 753)	0	(19 966 753)

A coluna de reclassificações tem o valor de 1 016 199 euros, que são os resultados extraordinários da Demonstração de Resultados por natureza e que à luz da Directriz contabilística n.º 20/97 são de natureza corrente, sendo na sua maior parte classificados em "Resultados não usuais ou de ocorrência não frequente".

Por outro lado, os resultados operacionais apresentam uma reclassificação de 1 085 617 euros que diz respeito aos Resultados Extraordinários da Demonstração de Resultados por natureza expurgado dos valores que foram considerados em Ganhos (perdas) em filiais e associadas.

Aconselha-se, para melhor compreensão dos pontos acima referidos, a leitura do Relatório de Gestão.

Contas Individuais

Demonstração dos Fluxos de Caixa e Respectivos Anexos

ParaRede SGPS, SA
 Demonstração de Fluxos de Caixa - Método Directo
 Valores em Euros

Descrição	31.12.2005	31.12.2004
Actividades Operacionais		
Recebimentos de clientes	551.156	115.761
Pagamentos a fornecedores	(541.154)	(1.319.378)
Pagamentos ao pessoal	(777.914)	(533.803)
Fluxo gerado pelas operações	(767.912)	(1.737.420)
Pagamentos / recebimentos imposto s/ rendimento	(10.113)	(55.123)
Outros pagamentos / recebimentos relat. activ. operacionais	(264.375)	(434.136)
Fluxo gerado antes de rúbricas extraordinárias	(1.042.400)	(2.226.679)
Pagamentos relacionados com rúbricas extraordinárias	2.706	(79.137)
Fluxo de actividades operacionais [1]	(1.039.694)	(2.305.816)
Actividades de Investimento		
Recebimentos provenientes de:		
Investimentos financeiros	0	20.000
Subsídios de investimento	0	228
Empréstimos reembolsados por empresas do grupo	609.156	
Sub-total - Recebimentos	609.156	20.228
Pagamentos respeitantes a:		
Investimentos financeiros	123.969	5
Imobilizações incorpóreas	0	273.170
Empréstimos concedidos a empresas do grupo	0	3.911.775
Sub-total - Pagamentos	123.969	4.184.950
Fluxo actividades de Investimento [2]	485.187	(4.164.722)
Actividades de Financiamento		
Recebimentos provenientes de:		
Empréstimos obtidos	1-b)	8.199.999
Aumento capital, prest. suplem., prémios emissão		0
Venda de ações próprias		0
Juros e proveitos similares		2.945
Sub-total - Recebimentos	8.202.944	31.546.634
Pagamentos respeitantes a:		
Empréstimos obtidos	1-b)	7.507.511
Juros e custos similares		107.575
Sub-total - Pagamentos	7.615.086	25.541.527
Fluxo actividades de financiamento [3]	587.858	6.005.107
Variações de caixa e seus equivalentes [4]	33.351	(465.431)
Efeito das diferenças de câmbio		
Caixa e seus equivalentes - Início do exercício	2)	21.434
Caixa e seus equivalentes - fim do exercício	2)	54.785
		486.864
		21.433

ParaRede SGPS, SA
 Anexo à Demonstração dos Fluxos de Caixa em 31 Dezembro de 2005

(Segundo o Regulamento 93/11 da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários e de acordo com a Directriz Contabilística nº 14 da Comissão de Normalização Contabilística)

Unid: Euros

1. Relativamente às aquisições ou alienações de filiais e outras actividades empresariais, materialmente relevantes, existe o seguinte:

a) AQUISIÇÕES E ALIENAÇÕES DE FILIAIS E OUTRAS PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

Durante o exercício de 2005, procedeu-se à aquisição de 100% do Grupo WhatEverNet, através de um aumento de capital em espécie, e cujo os valores envolvidos foram os seguintes:

Aumento de Capital/ /Aquisição de acções	23.574.436
Custos com aquisição	123.426
Capitais Próprios	-1.031.064
Goodwill	22.666.798

b) EMPRÉSTIMOS DE FINANCIAMENTO

Aumento de Capital/ /Aquisição de acções	Valor recebido no exercício	Valor reembolsado no exercício
Empréstimos Bancários	8.199.999	7.507.511

2. Discriminação dos componentes de caixa e seus equivalentes:

	2005	2004
Numerário	0	0
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	54.785	20.934
Equivalentes a caixa	0	500
Caixa e seus equivalentes	54.785	21.434
Outras disponibilidades	0	0
Disponibilidades constantes no balanço	54.785	21.434

3. Variações de perímetro do Grupo:

Durante o exercício de 2005, o Grupo ParaRede procedeu à liquidação das seguintes empresas:

	% Participação
GRECE-Gestão de Rede Empresarial de Comércio Electrónico, SA	100%
Damovo Portugal, Lda	100%

E à fusão das seguintes empresas da ParaRede Tecnologias de Informação, SA:

	% Participação
WhatEverNet Computing - Sistemas de Informação em Rede, SA	100%
WhatEverSoft Centro de Investigação e Desenvolvimento de Software, SA	100%
Trusted Systems - Sistemas de Informação Seguros, SA	100%

Contas Individuais

Certificação Legal das Contas

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras da “**ParaRede – SGPS, SA**” as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2005 (que evidencia um total de 47 737 780 Euros e um total de capital próprio de 36 454 528 Euros, incluindo um resultado líquido negativo de 19 966 753 Euros), as Demonstrações dos resultados por naturezas e por funções e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e os correspondentes Anexos.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto, o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da “ParaRede – SGPS, SA” em 31 de Dezembro de 2005, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Lisboa, 5 de Maio de 2006

VÍTOR OLIVEIRA E HÉLIA FÉLIX, S.R.O.C.
Representada por
Vitor Manuel Rodrigues de Oliveira
(ROC nº 482)

Contas Individuais

Relatório e Parecer do Fiscal Único

Nos termos legais e estatutários e do mandato que nos foi conferido, vimos apresentar o Relatório sobre a nossa actividade fiscalizadora e o Parecer sobre os documentos de prestação de contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2005, emitidos sob a responsabilidade do Conselho de Administração da "ParaRede - SGPS, SA".

O Fiscal Único acompanhou a gestão da Empresa e a evolução dos seus negócios, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento das normas legais e estatutárias, tendo solicitado e recebido do Conselho de Administração e dos Serviços a documentação e os esclarecimentos convenientes ao desenvolvimento das suas funções.

O Relatório de Gestão clarifica os aspectos mais significativos da actividade do Grupo ParaRede e evidencia as suas perspectivas de desenvolvimento e consolidação, tendo sido verificada a sua conformidade com os preceitos legais e a sua concordância com as Contas do Exercício.

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas de acordo com as disposições legais e contabilísticas aplicáveis e apresentam adequadamente a situação financeira da Empresa em 31 de Dezembro de 2005, os seus resultados e os fluxos de caixa neste Exercício.

A nossa opinião foi apoiada pelo suporte técnico configurado na Certificação Legal das Contas, a qual se considera integralmente reproduzida neste Relatório e Parecer.

Tomámos conhecimento do Relatório de Auditoria emitido pelos Auditores Externos nos termos e para os efeitos do Art.º 245.º do Código dos Valores Mobiliários.

Face ao que antecede, somos de parecer favorável à aprovação das Demonstrações Financeiras do Exercício de 2005 e do Relatório de Gestão, incluindo a proposta de aplicação de resultados, nos termos em que foram apresentados pelo Conselho de Administração.

Lisboa, 5 de Maio de 2006

O FISCAL ÚNICO

VÍTOR OLIVEIRA E HÉLIA FÉLIX, S.R.O.C.

Representada por

Vitor Manuel Rodrigues de Oliveira

(ROC nº 482)

Relatório de Auditoria sobre a Informação Financeira Individual

Introdução

1. Para os efeitos do artigo 245º do Código dos Valores Mobiliários, apresentamos o nosso Relatório de Auditoria sobre a informação financeira contida no Relatório de gestão e nas demonstrações financeiras anexas da ParaRede SGPS, SA, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2005, (que evidencia um total de €47.737.780 e um total de capital próprio de €36.454.528, incluindo um resultado líquido negativo de €19.966.753), as Demonstrações dos resultados, por naturezas e por funções, e a Demonstração de fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e os correspondentes Anexos.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração: (i) a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados; (iv) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e (v) a divulgação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade, posição financeira ou resultados.
3. A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras não contêm distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu: (i) a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação; (ii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iii) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; (iv) apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras; e (v) a apreciação se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.
5. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de gestão com os restantes documentos de prestação de contas.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da ParaRede SGPS, SA em 31 de Dezembro de 2005, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal e a informação nelas constante é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Lisboa, 5 de Maio de 2006

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda
representada por:
Ana Maria Ávila Oliveira Lopes Bertão, ROC

Contas Consolidadas

Balanço, DR e Respectivos Anexos

Grupo ParaRede Balanço Consolidado

Valores em Euros

ACTIVO		31.12.2005	31.12.2004
Não corrente			
Activos fixos tangíveis	8	966 435	1 289 449
Activos intangíveis	9	45 866 558	20 292 223
Investimentos em associadas	10	3 500	-
Impostos diferidos activos	11	6 955 000	8 455 000
		53 791 492	30 036 672
Corrente			
Existências	12	2 057 038	404 070
Contas a receber de clientes e outros devedores	13	21 890 497	23 498 703
Caixa e equivalentes de caixa	15	823 618	2 339 777
Acréscimos e diferimentos activos	14	3 891 173	1 770 084
		28 662 326	28 012 634
Total do Activo		82 453 819	58 049 306
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital e reservas atribuíveis aos detentores do capital			
Capital social	16	36 371 470	30 000 000
Prémios de emissão	16	17 202 967	-
Outras reservas	17	1 929 924	1 450 643
Resultados retidos de exercícios anteriores	17	2 457 565	(2 464 742)
Resultados retidos no exercício	17	(13 972 167)	5 401 588
		43 989 758	34 387 489
Interesses minoritários		-	-
		43 989 758	34 387 489
PASSIVO			
Corrente			
Contas a pagar a fornecedores e outros credores	18	17 397 853	13 238 022
Empréstimos	20	8 508 338	6 914 952
Provisões para outros passivos e encargos	21	279 918	32 173
Acréscimos e diferimentos passivos	19	12 277 952	3 476 670
Total do Passivo		38 464 061	23 661 817
Total do Capital Próprio e Passivo		82 453 819	58 049 306

O Técnico Oficial de Contas

A Administração

As notas nas páginas 50 a 79 são consideradas uma parte integral das demonstrações financeiras consolidadas

Contas Consolidadas

Demonstração dos Resultados Consolidados

Grupo ParaRede Balanço Consolidado

Valores em Euros

		31.12.2005	31.12.2004
Vendas		29 667 576	13 338 898
Prestação de serviços		24 918 827	24 461 101
Custo das vendas		(23 573 092)	(11 226 068)
Subcontratos		(12 803 372)	(10 444 265)
Margem Bruta		18 209 939	16 129 666
Fornecimentos e serviços externos	22	(8 130 955)	(4 695 699)
Custos com pessoal	23	(16 175 884)	(11 600 650)
Outros ganhos e perdas - líquidas	24	(4 550 822)	185 122
Resultado operacional bruto		(10 647 722)	18 439
Depreciações e amortizações	25	(875 088)	(1 038 249)
Perdas por imparidade	25	(443 565)	(1 768 714)
Resultado operacional		(11 966 374)	(2 788 524)
Resultados financeiros	26	(438 736)	(526 140)
Ganhos em empresas associadas	27	-	286 982
Resultado antes de impostos sobre lucros		(12 405 110)	(3 027 682)
Imposto sobre o rendimento do exercício	11 e 28	(1 567 057)	8 429 270
Resultado líquido do exercício		(13 972 167)	5 401 588
Atribuível a:			
Detentores do capital		(13 972 167)	5 401 588
Resultado líquido por acção atribuível aos detentores do capital da empresa durante o ano (expresso em por acção)			
- básico	29	(0,040)	0,022
- diluído	29	(0,040)	0,022

O Técnico Oficial de Contas

A Administração

As notas nas páginas 50 a 79 são consideradas uma parte integral das demonstrações financeiras consolidadas

Grupo ParaRede
Demonstração de Resultados por Funções

Valores em Euros

Rubrica	31.12.2005	31.12.2004
Vendas e prestações de serviços	54.586.403	37.799.999
Custo das vendas e das prestações de serviços	(51.081.220)	(31.817.363)
Resultados Brutos	3.505.183	5.982.636
Outros proveitos e ganhos operacionais	1.442.866	748.212
Custos de distribuição	(231.937)	(49.820)
Custos administrativos	(3.988.610)	(2.771.362)
Outros custos e perdas operacionais	(12.693.876)	(6.405.708)
Anulações de ganhos e perdas operacionais Intra-Grupo	0	0
Resultados Operacionais	(11.966.373)	(2.496.042)
Custo líquido de financiamento	(438.736)	(526.140)
Ganhos (perdas) em filiais e associadas	0	(5.500)
Resultados correntes	(12.405.110)	(3.027.682)
Impostos sobre os resultados correntes	(1.567.057)	8.429.270
Resultados correntes após impostos	(13.972.167)	5.401.588
Resultados extraordinários	0	0
Impostos sobre os resultados extraordinários	0	0
Resultados líquidos antes de Interesses Minoritários	(13.972.167)	5.401.588
Interesses minoritários	0	0
Resultados líquidos do grupo	(13.972.167)	5.401.588

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas de 2005

(Valores expressos em Euros)

1. INFORMAÇÃO GERAL

A ParaRede SGPS, SA (empresa mãe) é a holding do Grupo ParaRede, cujas filiais têm como actividades principais a prestação de serviços e a venda de produtos na área das tecnologias de informação, assumindo-se como integrador de sistemas de largo espectro. As actividades do Grupo ocorrem principalmente em Portugal, e a partir do início de 2005 passaram a existir transacções significativas nos países Africanos de expressão portuguesa, sobretudo em Angola.

Durante o primeiro semestre de 2005, o Grupo procedeu à aquisição de 100% do grupo WhatEverNet (WEN), cuja actividade principal é similar à do Grupo, e à aquisição do trespasso da GAIN, cuja principal actividade é a concepção, desenvolvimento, comercialização e manutenção de sistemas de pagamento electrónico. O Grupo WEN foi objecto de fusão por incorporação na ParaRede - Tecnologias de Informação, SA (entidade incorporante) com efeitos a 01 de Janeiro de 2005.

Salienta-se ainda, o facto de em Novembro de 2004, o Grupo ter adquirido 100% do capital da empresa Damovo Portugal, Lda, cuja actividade económica consistia, até à sua liquidação e encerramento, na comercialização de centrais telefónicas e periféricos associados. A liquidação da empresa ocorreu, na sequência de compromissos contratuais assumidos com a Damovo International, em 30 de Outubro de 2005, tendo a sua actividade sido absorvida pela ParaRede - Tecnologias de Informação, SA.

O Grupo procedeu em 30 de Março de 2005, a um aumento de capital, com a emissão de 63.714.694 acções, através de entradas em espécie, de 23.574.436 euros, realizado com a transmissão, para o Grupo, da totalidade das acções da WEN (ver Nota 14).

A ParaRede SGPS, SA é uma sociedade anónima, domiciliada em Portugal, com sede na Rua Laura Alves nº 12 – 3º em Lisboa.

A empresa mãe foi constituída em Dezembro de 1995 com o objectivo de definir, rever e controlar a missão e as linhas de orientação estratégicas do Grupo.

Desde Junho de 1999, que os títulos da ParaRede SGPS, SA, se encontram cotados na Euronext Lisboa (ex-BVLP).

As demonstrações financeiras consolidadas foram aprovadas em reunião de Conselho de Administração de 5 de Maio de 2006.

2. SUMÁRIO DAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS MAIS SIGNIFICATIVAS

2.1 Bases de preparação

As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo ParaRede foram preparadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro adoptadas pela União Europeia, designadamente com a IFRS 1, "First-time adoption of IFRS", por constituirão as primeiras demonstrações financeiras consolidadas anuais do Grupo a apresentar de acordo com as IFRS, emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e com as Interpretações do International Financial Reporting Interpretation Committee (IFRIC) ou pela anterior Standing Interpretations Committee (SIC) emitidas e vigentes à data da preparação das demonstrações financeiras.

Os principais critérios contabilísticos aplicados na elaboração destas demonstrações financeiras consolidadas estão descritos abaixo. Estas políticas contabilísticas foram consistentemente aplicadas aos períodos aqui apresentados, salvo indicação contrária.

As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo, foram preparadas de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal até 31 de Dezembro de 2004. Os princípios contabilísticos portugueses diferem em algumas áreas face às IFRS. Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas de 2005 do Grupo, a Administração alterou certos métodos de contabilização e valorização, aplicados nas demonstrações financeiras portuguesas de maneira a cumprir com as IFRS. Os dados financeiros comparativos, relativos a 2004 foram, re-expressos por forma a reflectir estes ajustamentos.

As reconciliações sobre os efeitos de transição dos princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para as IFRS nas últimas demonstrações financeiras anuais apresentadas (31 de Dezembro de 2004), a nível de capital próprio e resultado líquido do grupo, são apresentados na Nota 5 e no Mapa de alterações aos capitais próprios consolidados.

Estas demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas no pressuposto de continuidade das operações e de acordo com o princípio do custo histórico, modificado pela reavaliação dos activos financeiros disponíveis para venda, e pelos activos financeiros e passivos financeiros valorizados pelo justo valor.

A preparação das demonstrações financeiras exige a utilização de estimativas contabilísticas. A Administração necessita também de exercer julgamento sobre o processo de aplicação dos princípios contabilísticos da empresa. As áreas que envolvem maior grau de complexidade e julgamento ou as áreas sobre as quais os pressupostos e as estimativas são mais significativos são divulgadas na Nota 4.

2.2 Consolidação

2.2.2 Subsidiárias

Subsidiárias são todas as entidades (incluindo entidades com finalidades especiais) sobre as quais o Grupo tem poder de decisão sobre as políticas financeiras e operacionais, geralmente representado por mais de metade dos direitos de voto. A existência e o efeito dos direitos de voto potenciais que sejam correntemente exercíveis ou convertíveis é considerada quando se avalia se o Grupo detém o controlo sobre outra entidade. As subsidiárias são consolidadas a partir da data em que o controlo é transferido para o Grupo, sendo excluídas da consolidação a partir da data em que o controlo cessa.

É usado o método da aquisição integral para contabilizar a aquisição das subsidiárias pelo Grupo. O custo de uma aquisição é mensurado pelo justo valor dos bens entregues, instrumentos de capital emitidos e passivos incorridos ou assumidos na data de aquisição mais os custos directamente atribuíveis à aquisição. Os activos identificáveis adquiridos, os passivos, e os passivos contingentes assumidos numa concentração empresarial são mensurados inicialmente ao justo valor na data de aquisição, independentemente da existência de interesses minoritários. O excesso do custo de aquisição relativamente ao justo valor da parcela do Grupo dos activos e passivos identificáveis adquiridos é registado como goodwill. Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos activos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida directamente na demonstração dos resultados do período (ver Nota 2.6).

As transacções intragrupo e os saldos e ganhos não realizados em transacções entre empresas do Grupo são eliminados. As perdas não realizadas são também eliminadas, excepto se a transacção revelar evidência de imparidade de um activo transferido (ver Nota 2.7). As políticas contabilísticas de subsidiárias foram alteradas, sempre que necessário, de forma a garantir consistência com as políticas adoptadas pelo Grupo.

2.2.3 Associadas

Associadas são todas as entidades sobre as quais o Grupo exerce influência significativa mas não possui controlo, geralmente com participações entre 20% e 50% dos direitos de voto. Os investimentos em associadas são contabilizados pelo método da equivalência patrimonial.

O investimento do Grupo em associadas inclui o goodwill (líquido de perdas por imparidade) identificado na data de aquisição (ver Nota 2.6).

A participação do Grupo nos ganhos e perdas das suas associadas após a aquisição é reconhecida na Demonstração dos resultados e a quota-parte nos movimentos das reservas, após a aquisição, é reconhecida em reservas, por contrapartida do valor contabilístico do investimento financeiro. Quando a participação do Grupo nas perdas da associada iguala ou ultrapassa o seu investimento na mesma, incluindo contas a receber não cobertas por garantias, o Grupo deixa de reconhecer perdas adicionais excepto se tiver incorrido em obrigações ou efectuado pagamentos em nome da associada.

Os ganhos não realizados em transacções com as associadas são eliminados ao limite da participação do Grupo nas associadas. As perdas não realizadas são também eliminadas, excepto se a transacção revelar evidência de imparidade de um activo transferido (ver Nota 2.7). As políticas contabilísticas de associadas foram alteradas, sempre que necessário, de forma a garantir consistência com as políticas adoptadas pelo Grupo.

2.3 Relato por segmentos

Um segmento de negócio é um grupo de activos e operações envolvidos no fornecimento de produtos ou serviços sujeitos a riscos e benefícios que são diferentes de outros segmentos de negócio. Um segmento geográfico está envolvido em fornecer produtos ou serviços num ambiente económico particular que está sujeito a riscos e benefícios diferentes daqueles dos segmentos que operam em outros ambientes económicos.

Dadas as características da actividade operacional do Grupo a esta data, considera-se existir apenas um segmento de negócio relatável.

2.4 Conversão cambial

2.4.2 Moeda funcional e de apresentação

Os elementos incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das entidades do Grupo são mensurados utilizando a moeda do ambiente económico em que a entidade opera (“moeda funcional”). As demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas em euros, sendo esta a moeda funcional e de apresentação da empresa mãe.

2.4.3 Transacções e saldos

As transacções em moedas diferentes do euro são convertidas em moeda funcional utilizando as taxas de câmbio à data das transacções. Os ganhos ou perdas cambiais resultantes da liquidação das transacções e da conversão, pela taxa à data do balanço, dos activos e dos passivos monetários denominados em moeda diferente do euro, são reconhecidos na demonstração dos resultados, excepto quando deferido em capital próprio, se se qualificarem como coberturas de fluxos de caixa.

2.4.4 Empresas do Grupo

Os resultados e a posição financeira de todas as entidades do Grupo (nenhuma das quais tendo divisas de uma economia hiper-inflacionária) que possuam uma moeda funcional diferente da moeda de apresentação são convertidos para a moeda de apresentação como segue:

- (i) Os activos e passivos de cada balanço apresentado são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data das demonstrações financeiras;
- (ii) Proveitos e custos da demonstração de resultados são convertidos pela taxa média de câmbio (a não ser que a taxa média não seja uma aproximação razoável do efeito cumulativo das taxas em vigor nas datas das transacções, sendo neste caso os rendimentos e os gastos convertidos pelas taxas de câmbio em vigor nas datas das transacções); e
- (iii) As diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas como componente separada no capital próprio.

Na consolidação, as diferenças de câmbio resultantes da conversão do investimento líquido em entidades estrangeiras, de empréstimos e de outros instrumentos financeiros designados como cobertura de tais investimentos, são levadas aos capitais próprios. Quando uma operação estrangeira é vendida, essas diferenças de câmbio são reconhecidas na demonstração dos resultados como parte do ganho ou perda na venda.

O goodwill e ajustamentos ao justo valor resultantes da aquisição de uma entidade estrangeira são tratados como activos ou passivos da entidade estrangeira e convertidos à taxa de câmbio da data de encerramento.

2.5 Activos fixos tangíveis

As imobilizações corpóreas são compostas, essencialmente, por equipamento básico e administrativo.

As imobilizações corpóreas são relevadas ao custo de aquisição, líquido das depreciações acumuladas. Considera-se como custo de aquisição, os custos directamente atribuíveis à aquisição dos activos (soma dos respectivo preço de compra com os gastos suportados directa ou indirectamente para o colocar no seu estado actual).

Os custos subsequentes são incluídos no valor contabilístico do activo ou são reconhecidos como um activo separadamente, apenas quando seja provável a existência de benefícios económicos futuros associados ao bem e quando o custo puder ser fiavelmente mensurado. Todas as outras despesas de manutenção, conservação e reparação são registadas na demonstração dos resultados durante o período financeiro em que são incorridas.

As depreciações são calculadas pelo método das quotas constantes, durante as suas vidas úteis estimadas como se segue:

	N.º de anos
• Edifícios e outras construções	5 a 50
• Equipamento básico	3 a 10
• Ferramentas e utensílios	3 a 10
• Equipamento de transporte	3 a 6
• Equipamento administrativo	4 a 10
• Outras imobilizações corpóreas	3 a 10

O valor residual de um activo e a sua vida útil são revistos e ajustados, caso necessário, na data de cada balanço.

Quando a quantia registada de um activo é superior ao seu valor recuperável, esta é ajustada imediatamente para o seu valor recuperável (ver Nota 2.7).

Os ganhos e as perdas nas alienações são determinados pela comparação do valor da venda com o montante líquido registado e são incluídos no resultado do período.

2.6 Activos intangíveis

2.6.2 Goodwill

O goodwill representa o excesso do custo de aquisição face ao justo valor dos activos e passivos identificáveis da subsidiária/associada na data de aquisição. O goodwill de aquisições de subsidiárias é incluído nos activos intangíveis. O goodwill de aquisições de associadas é incluído em investimentos em associadas.

O goodwill é apurado na data de aquisição numa base provisória e os justos valores dos activos e passivos adquiridos e do custo de aquisição podem ser alterados num período de doze meses após a data de aquisição.

O goodwill é sujeito a testes de imparidade, numa base anual e é relevado ao custo, deduzido de perdas de imparidade acumuladas. As perdas por imparidade relativas ao goodwill não podem ser revertidas. Ganhos ou perdas decorrentes da venda de uma entidade incluem o valor do goodwill referente à mesma.

Para efeitos de realização de testes de imparidade o goodwill é alocado às unidades geradoras de fluxos de caixa. Cada uma dessas unidades geradoras de fluxos de caixa representa o investimento, do Grupo, em cada uma das áreas de negócio em que o mesmo opera (ver Nota 2.7).

2.6.3 Trespasses sobre negócios

Os trespasses sobre negócios representam os valores pagos pela empresa para adquirir um negócio a outra entidade, ou para adquirir um direito legal por um período de vida definido. Os trespasses encontram-se relevados ao custo de aquisição deduzido de amortizações, sempre que o contrato tenha vida útil finita, e o custo de aquisição sujeito a testes de imparidade, nos casos em que a vida útil não esteja definida.

2.6.4 Intangíveis desenvolvidos internamente

As despesas de investigação, efectuadas na procura de novos conhecimentos técnicos ou científicos ou na busca de soluções alternativas, são reconhecidas em resultados quando incorridas. As despesas de desenvolvimento são reconhecidas como activos intangíveis, quando: i) for demonstrável a exequibilidade técnica do produto ou processo em desenvolvimento, ii) o Grupo tiver a intenção e a capacidade de completar o seu desenvolvimento, iii) a viabilidade comercial esteja assegurada e iv) o seu custo possa ser fiavelmente mensurado.

As despesas de desenvolvimento anteriormente registadas como custo, não são reconhecidas como um activo no período subsequente. Os custos de desenvolvimento que têm uma vida útil finita, e foram capitalizados, são amortizados desde o momento da sua comercialização, pelo método das quotas constantes, pelo período de benefício económico esperado que por norma não excede os cinco anos.

Os principais intangíveis desenvolvidos internamente estão relacionados com o desenvolvimento de produtos de software considerado identificável e único, controláveis pelo Grupo, e que se espera venham a gerar benefícios económicos, por um período de mais de um ano, superiores ao investimento efectuado.

Os custos capitalizados nesta rubrica são valorizados em função dos gastos com mão de obra directa bem como os custos directamente associados aos mesmos e, os custos incorridos com subcontratações de entidades externas.

2.6.5 Propriedade intelectual e outros direitos

Estes activos encontram-se registados ao custo de aquisição. A rubrica de propriedade intelectual e outros direitos tem uma vida útil definida e é contabilizada ao custo deduzido de amortizações acumuladas. As amortizações são calculadas usando o método das quotas constantes por um período de 3 anos.

2.7 Imparidade de activos

Os activos que não têm uma vida útil definida não estão sujeitos a amortização mas, são objecto de testes de imparidade anuais. Os activos que são sujeitos a amortização são revistos quanto à imparidade sempre que os eventos ou alterações das circunstâncias indicarem que o valor pelo qual se encontram relevados possa não ser recuperável. Uma perda por imparidade é reconhecida pelo montante do excesso da quantia relevada do activo face ao seu valor recuperável. A quantia recuperável é a mais alta de entre justo valor do activo, menos os custos de realização, e o seu valor de uso. Para realização de testes de imparidade, os activos são agrupados pelo menor grupo identificável de activos que geram influxos de caixa derivados do uso continuado e que sejam, em larga medida, independentes dos influxos de caixa de outros activos ou grupo de activos (unidades geradoras de fluxos de caixa).

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando se concluir que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram (com excepção das perdas de imparidade do goodwill – ver Nota 2.6.1.) esta análise é efectuada sempre que existem indícios que a perda por imparidade anteriormente reconhecida tenha revertido.

A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração de resultados como outros ganhos e perdas operacionais. Contudo, a reversão de perda por imparidade é efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda por imparidade não se tivesse registado em períodos anteriores.

2.8 Existências

As existências, incluindo principalmente mercadorias, matérias-primas e subsidiárias, são registadas ao mais baixo valor entre o custo e o seu valor realizável líquido. O custo dos inventários inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para os colocar no seu local e na sua condição actual.

Os custos de financiamento são excluídos. O valor realizável líquido é o preço da venda estimado de acordo com as actividades normais de negócio, menos as despesas de venda imputáveis.

O método de custeio adoptado para valorização das saídas de armazém é o custo médio ponderado.

2.9 Contas a receber de clientes e outros devedores

As contas a receber de clientes e outros devedores são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efectiva, deduzido das perdas por imparidade (se aplicável). As perdas por imparidade das contas a receber são estabelecidas quando há evidência objectiva de que o Grupo não receberá a totalidade dos montantes em dívida conforme as condições originais das contas a receber. O valor da perda por imparidade é a diferença entre o valor apresentado e o valor presente estimado dos fluxos de caixa futuros, descontado à taxa de juro efectiva. O valor da perda por imparidade é reconhecido na demonstração dos resultados.

2.10 Caixa e equivalentes de caixa

A caixa e equivalentes de caixa inclui caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo, de liquidez elevada e com maturidade inicial até 3 meses e descobertos bancários. Os descobertos bancários são apresentados no balanço, no passivo corrente, na rubrica "Empréstimos".

2.11 Capital social

As acções ordinárias são classificadas no capital próprio.

Os custos directamente atribuíveis à emissão de novas acções ou opções são apresentados como uma dedução, líquida de impostos, ao valor recebido resultante desta emissão. Os custos directamente imputáveis à emissão de novas acções ou opções, para a aquisição de um negócio, são incluídos no custo de aquisição como parte do valor da compra.

Quando a empresa ou as suas filiais adquirem acções próprias da empresa mãe, o montante pago é deduzido ao total dos capitais próprios atribuível aos accionistas, e apresentado como acções próprias, até à data em que estas são canceladas, reemitidas ou vendidas. Quando tais acções são subsequentemente vendidas ou reemitidas, o montante recebido é novamente incluído nos capitais próprios atribuíveis aos accionistas.

2.12 Empréstimos

Os empréstimos obtidos são inicialmente reconhecidos ao justo valor, líquido de custos de transacção incorridos. Os empréstimos são subsequentemente apresentados ao custo amortizado; qualquer diferença entre os recebimentos (líquidos de custos de transacção) e o valor amortizado é reconhecida na demonstração dos resultados ao longo do período do empréstimo, utilizando o método da taxa efectiva.

Os empréstimos obtidos são classificados no passivo corrente, excepto se o Grupo possuir um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, doze meses após a data do balanço, sendo neste caso classificado no passivo não corrente.

2.13 Impostos sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento inclui imposto corrente e imposto diferido. O imposto corrente sobre o rendimento é determinado com base nos resultados líquidos, ajustados em conformidade com a legislação fiscal vigente a data de balanço, considerando para os períodos intercalares a taxa anual efectiva de imposto estimada.

Os impostos diferidos são calculados com base na responsabilidade de balanço, sobre as diferenças temporárias entre a base fiscal de activos e passivos e os seus valores contabilísticos nas demonstrações financeiras consolidadas. Os impostos diferidos são determinados pelas taxas fiscais (e leis) decretadas ou substancialmente decretadas na data do balanço e, que se espera, sejam aplicáveis no período de realização do imposto diferido activo ou de liquidação do imposto diferido passivo.

São reconhecidos impostos diferidos activos sempre que exista razoável segurança de que serão gerados lucros futuros contra os quais poderão ser utilizados. Os impostos diferidos activos são revistos periodicamente e reduzidos sempre que deixe de ser provável que os mesmos possam ser utilizados.

Os impostos diferidos são registados como custo ou proveito do exercício, excepto se resultarem de valores registados directamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado na mesma rubrica.

2.14 Provisões

São constituídas provisões no balanço sempre que: i) o Grupo tenha uma obrigação presente, legal ou construtiva, resultante de um acontecimento passado; ii) seja provável que um exfluxo, razoavelmente estimável, de recursos incorporando benefícios económicos será exigida para liquidar esta obrigação e; iii) que o seu valor seja fiavelmente estimável. As provisões são revistas à data do balanço e ajustadas para reflectir a melhor estimativa corrente.

Se deixar de ser provável que um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos, seja necessário para liquidar a obrigação, a provisão é revertida.

Não são reconhecidas provisões para perdas operacionais futuras.

2.15 Subsídios

Os subsídios são reconhecidos quando existe segurança de que o Grupo cumprirá as obrigações inerentes e o subsídio será recebido.

Os subsídios à exploração são reconhecidos na demonstração dos resultados de forma sistemática durante o período em que são reconhecidos os custos que eles visam compensar.

Os subsídios relativos a investimentos em activos fixos tangíveis são incluídos nos passivos não-correntes, como subsídios do estado diferidos, e são reconhecidos em resultados, numa base sistemática durante o período esperado de vida dos activos correspondentes.

2.16 Reconhecimento do rédito

O rédito compreende o justo valor da venda de bens e prestação de serviços, líquido de impostos e descontos e após eliminação das vendas internas. O rédito é reconhecido como segue:

2.16.2 Venda

As vendas de produtos (hardware e software) são reconhecidas quando uma entidade do Grupo transfere a posse dos produtos para o cliente, o cliente aceite os produtos e a cobrança seja razoavelmente garantida.

2.16.3 Prestação de serviços

Geralmente os proveitos com projectos de consultoria são reconhecidos na data efectiva em que os serviços são prestados.

Os proveitos com projectos de consultoria em regime de contrato fechado, são reconhecidos através do método da percentagem de acabamento, com base nos totais de custos incorridos, estimativas de custos a incorrer e facturação contratada para conclusão dos mesmos, preparadas pelos responsáveis técnicos de cada projecto. Desta forma, para os projectos em curso à data de balanço, as rubricas de acréscimos de custos, custos diferidos, acréscimos de proveitos e proveitos diferidos são ajustadas de forma a demonstrar o resultado de cada projecto no final do período.

2.16.4 Manutenção / Suporte

Os proveitos relacionados com contratos de manutenção/suporte são reconhecidos no período de contrato de acordo com quotas constantes.

2.16.5 Juros

A receita de juros é reconhecida numa base de proporcionalidade de tempo que tome em consideração o rendimento efectivo do activo. Quando uma conta a receber se encontra em imparidade, o Grupo reduz o seu valor contabilístico para o valor recuperável, sendo este igual ao valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados descontados à taxa de juro efectiva original do instrumento. O desconto continua a ser reconhecido como proveito financeiro.

2.17 Locações

As locações são classificadas como locações operacionais se uma parcela significativa dos riscos e benefícios inerentes à posse do bem for retida pelo locador. Os pagamentos efectuados em locações operacionais (deduzidos de eventuais incentivos recebidos do locador) são reflectidos na demonstração dos resultados, pelo método das quotas constantes, durante o período da locação.

No caso dos contratos de locação financeira, os activos fixos tangíveis immobilizados adquiridos, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizadas pelo método financeiro. De acordo com este método o custo do activo é registado nos activos fixos tangíveis e a correspondente responsabilidade é registada no passivo. As amortizações daqueles bens e os juros incluídos no valor das rendas são registadas nos resultados do exercício a que respeitam.

Locações de activos fixos tangíveis onde o Grupo tem substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade são classificadas como locações financeiras. As locações financeiras são capitalizadas no início da locação pelo menor entre o justo valor do activo locado e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Cada pagamento efectuado é segregado entre o passivo em dívida e o encargo financeiro, de forma a obter-se uma taxa constante sobre a dívida em aberto. As obrigações da locação, líquidas de encargos financeiros são incluídas em "Empréstimos". A parcela dos juros é levada a gastos financeiros no período da locação de forma a produzir uma taxa constante periódica de juros sobre a dívida remanescente em cada período. Os activos fixos tangíveis adquiridos através de locações financeiras são depreciados pelo menor entre o período de vida útil do activo ou o prazo da locação.

2.18 Novas IFRS's e IFRIC's ou alterações de aplicação não mandatória em 31 de Dezembro de 2005

A União Europeia adoptou no segundo semestre de 2005, através dos regulamentos (CE) nº 1910/2005 da Comissão de 8 de Novembro e nº 2106/2005 de 21 de Dezembro algumas alterações às IFRS's existentes e novos IFRS's e IFRIC's.

As alterações introduzidas nas IFRS/IFRIC, em resumo, foram as seguintes:

- IAS 19 – alterações introduzidas em 16 de Dezembro de 2004, sendo aplicáveis aos exercícios que se iniciem após 1 de Janeiro de 2006.
- IAS 39 – alterações aplicáveis a partir do início do exercício financeiro de 2006.
- IFRS 6, IFRIC 4 e IFRIC 5 – Novas normas ou interpretações aplicáveis a partir da data de início do exercício financeiro de 2006.

As alterações acima enunciadas não foram aplicadas no Grupo e a sua aplicação não terá um efeito relevante nas presentes demonstrações financeiras.

3. GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO

As actividades do Grupo estão expostas a uma variedade de factores de risco financeiro: risco de crédito, risco de liquidez e risco de fluxos de caixa associados à taxa de juro.

3.1 Risco de crédito

O Grupo não tem concentrações de risco de crédito significativas e tem políticas que asseguram que as vendas e prestações de serviços são efectuadas a clientes com um histórico de crédito apropriado que limitam o montante de crédito a que têm acesso os seus clientes. O acesso, pelo Grupo, a crédito é realizado com instituições financeiras credíveis.

3.2 Risco de liquidez

A gestão do risco de liquidez implica a manutenção da caixa e depósitos bancários a um nível suficiente, a viabilidade da consolidação da dívida flutuante através de um montante adequado de facilidades de crédito e a capacidade de liquidar posições de mercado. Relacionado com a dinâmica dos negócios subjacentes, a tesouraria do Grupo pretende manter a flexibilidade da dívida flutuante, mantendo as linhas de crédito disponíveis.

3.3 Risco de fluxos de caixa e de justo valor associados à taxa de juro

Como o Grupo não tem activos remunerados com juros significativos, o lucro e os fluxos de caixa operacionais são substancialmente independentes das alterações da taxa de juro de mercado.

O risco de taxa de juro do Grupo resulta de empréstimos a curto e longo prazos. Os empréstimos de taxa variável expõem o Grupo ao risco de fluxo de caixa relativo à taxa de juro. A Administração não considera economicamente necessária a implementação de uma política de gestão de risco de fluxo de caixa relativo à taxa de juro dado que a dívida remunerada do Grupo não é considerada materialmente relevante.

4. ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E PRESSUPOSTOS CRÍTICOS

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites requer o uso de estimativas e pressupostos que afectam as quantias reportadas de activos e passivos, assim como as quantias reportadas de proveitos e custos durante o período de relato. Apesar destas estimativas serem baseadas no melhor conhecimento da gestão em relação aos eventos e acções correntes, os resultados finais podem, em última instância, diferir destas estimativas.

As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico dos activos e passivos no exercício seguinte são apresentadas abaixo:

4.1 Estimativa da imparidade do goodwill

O Grupo testa anualmente se o goodwill se encontra em imparidade, de acordo com a política contabilística referida na Nota 2. Os valores recuperáveis das unidades geradoras de fluxos de caixa foram calculados de acordo com o seu valor em uso. Estes cálculos requerem o uso de estimativas.

4.2 Impostos diferidos

O Grupo contabiliza impostos diferidos activos com base nos prejuízos fiscais existentes à data de balanço e no cálculo de recuperação dos mesmos. Estes cálculos requerem o uso de estimativas.

4.2 Rédito

O reconhecimento do rédito pelo Grupo é feito com recurso a análises e estimativas da gestão no que concerne ao desenvolvimento actual e futuro dos projectos de consultoria, os quais podem vir a ter um desenvolvimento futuro diferente do orçamentado à presente data.

5. TRANSIÇÃO PARA IFRS

5.1 Bases para a transição para IFRS

5.1.2 Aplicação do IFRS 1

As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo para o ano findo em 31 de Dezembro de 2005 são as primeiras demonstrações financeiras anuais elaboradas de acordo com as IFRS. As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas como descrito na nota 2.1. O Grupo aplicou a IFRS 1 na preparação das demonstrações financeiras consolidadas.

A data de transição para IFRS é de 1 de Janeiro de 2004. O Grupo preparou o balanço de abertura IFRS nessa data. A data de adopção das IFRS é de 1 de Janeiro de 2005.

Na preparação destas demonstrações financeiras consolidadas, reportadas a 31 de Dezembro de 2005, e de acordo com a IFRS 1, o Grupo aplicou as excepções mandatórias e certas isenções opcionais à aplicação retroactiva integral das normas IFRS.

5.1.3 Isenções à adopção retroactiva integral utilizadas pelo Grupo

O Grupo aplicou as seguintes isenções opcionais à aplicação retroactiva integral:

a) Concentrações de actividades empresariais

A empresa aplicou a isenção da IFRS 1 sobre concentrações de actividades empresariais. Como tal, não re-expressou as concentrações de actividades empresariais que ocorreram antes de 1 de Janeiro de 2004.

b) Justo valor ou revalorização como custo considerado

Não aplicável

c) Benefícios dos empregados

Não aplicável

d) Diferenças de transposição cumulativas

Não aplicável

e) Instrumentos financeiros compostos

Não aplicável

f) Activos e passivos de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos

Não aplicável

g) Re-expressão dos comparativos relativos a IAS 32 e 39

Não aplicável

h) Designação de instrumentos financeiros previamente reconhecidos

Não aplicável

i) Transações de pagamento com base em acções

Não aplicável

j) Contratos de seguro

Não aplicável

5.1.4 Excepções à aplicação retrospectiva integral de outras IFRS

O Grupo adoptou a seguinte excepção mandatária à aplicação retrospectiva de alguns aspectos de outras IFRS:

a) Desreconhecimento de activos financeiros e passivos financeiros

Não aplicável

b) Contabilidade de cobertura

Não aplicável

c) Estimativas

As estimativas de acordo com as IFRS a 1 de Janeiro de 2004 são consistentes com as estimativas feitas, à mesma data, segundo os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

d) Activos classificados como detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas

Não aplicável

5.2 Reconciliação entre IFRS e princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal

As seguintes reconciliações fornecem informação quantitativa sobre o efeito de transição para as IFRS.

5.2.2 Reconciliação do Capital Próprio

	31.12.04	30.06.04	01.01.04
Capital Próprio POC	32 846 844	31 588 237	5 825 161
Despesas de instalação (i)	(222 009)	(303 172)	(123 817)
Investigação e desenvolvimento (ii)	(1 463 899)	(1 372 388)	(1 417 028)
Subsídios (ii)	421 789	463 970	421 766
Goodwill (iii)	2 804 764	1 586 734	-
Interesses minoritários (v)	-	-	40 840
Provisões (iv)	-	-	116 098
Subtotal	1 540 645	375 144	(962 141)
Capital Próprio IFRS	34 387 489	31 963 381	4 863 020
	<hr/>	<hr/>	<hr/>

5.2.3 Reconciliação do Resultado Líquido

	30.12.04	30.06.04
Resultado Líquido POC	2 584 346	1 325 734
Despesas de instalação (i)	174 887	87 886
Investigação e desenvolvimento (ii)	33 102	123 983
Subsídios (ii)	(79 413)	(37 230)
Goodwill (iii)	2 804 764	1 586 734
Provisões (iv)	(116 098)	(116.098)
Subtotal	2 817 242	1 645 275
Resultado Líquido IFRS	5 401 588	2 971 009
	<hr/>	<hr/>

(i) Até final de 2003 eram contabilizados como despesas de instalação os encargos com aumentos de capital e as despesas de constituição de sociedades, os quais não são passíveis de capitalização de acordo com as IFRS. As despesas resultantes de processos de aumentos de capital deverão ser apresentadas como parte dos capitais próprios em IFRS.

(ii) De acordo com o POC, certos projectos que estavam a receber subsídios foram capitalizados. No entanto, de acordo com os critérios estabelecidos na IAS 38 estes projectos não reuniam os critérios para reconhecimento como activos intangíveis. Consequentemente, os montantes capitalizados e os subsídios associados em POC foram ajustados de acordo com as IFRS.

(iii) De acordo com o POC, o goodwill era apurado à data de aquisição e posteriormente amortizado de acordo com o período expectável de recuperação do investimento efectuado. As IFRS consideram que o goodwill é sujeito a testes de imparidade, numa base anual e é apresentado ao custo, deduzido de perdas de imparidade acumuladas. Assim, foram anuladas as amortizações nas contas POC que ocorreram depois do dia 1 de Janeiro de 2004, tendo o teste de imparidade relativo à ParaRed BJS (Espanha) gerado uma imparidade de 1,7 milhões de euros, no segundo semestre de 2004. Posteriormente, no segundo semestre de 2005, foi identificada uma imparidade adicional de 444 mil Euros, de que resultou a anulação integral do valor líquido de goodwill associado a esse intangível.

(iv) Conforme o referido na IAS 37, uma provisão deve ser reconhecida quando (a) uma entidade tenha uma obrigação presente como resultado de um acontecimento passado, (b) seja provável que um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos seja exigidos para liquidar a obrigação, (c) possa ser feita uma estimativa fiável da quantia da obrigação. Parte da provisão para outros riscos e encargos que se encontrava registada nas demonstrações financeiras POC não são passíveis de registo de acordo com as IFRS.

(v) Os interesses minoritários, de acordo com a IAS 27, deverão ser apresentados no capital próprio em linha individualizada. Durante 2004, os interesses minoritários foram totalmente adquiridos.

5.2.4 Reconciliação de Capital Próprio a 1 de Janeiro de 2004

1 Janeiro de 2004			
	POC	Ajustamentos Transição	IFRS
Activos			
Activos fixos tangíveis	1 603 880	-	1 603 880
Despesas de instalação	1 238 17	(123 817)	0
Despesas de investigação e desenvolvimento	1 417 028	(1 417 028)	0
Goodwill	22 060 662	-	22 060 662
Propriedade intelectual	4 027	-	4 027
Investimentos financeiros	88 863	-	88 863
Existências	282 266	-	282 266
Dívidas de terceiros	23 308 134	-	23 308 134
Caixa e seus equivalentes	1 400 332	-	1 400 332
Acréscimos e diferimentos activos	779 043	-	779 043
Total do Activo	51 068 053	(1 540 845)	49 527 208
Capital próprio	5 825 161	(962 141)	4 863 020
Interesses minoritários	40 840	(40 840)	0
Provisões para riscos e encargos	896 885	(116 098)	780 787
Dívidas a terceiros	40 508 356	-	40 508 356
Acréscimos e diferimentos passivos	3 796 811	(421 766)	3 375 045
Total Capital Próprio + Passivo	51 068 053	(1 540 845)	49 527 208

5.2.5 Reconciliação de Capital Próprio a 30 de Junho de 2004

30 Junho de 2004			
	POC	Ajustamentos Transição	IFRS
Activos			
Activos fixos tangíveis	1 361 109	-	1 361 109
Despesas de instalação	303 172	(303.172)	0
Despesas de investigação e desenvolvimento	1 293 043	(1 293 043)	0
Goodwill	20 473 925	1 586 734	22 060 659
Propriedade intelectual	1 067	-	1 067
Investimentos financeiros	15 839	-	15 839
Existências	124 254	-	124 254
Dívidas de terceiros	19 759 270	-	19 759 270
Caixa e seus equivalentes	1 752 976	-	1 752 976
Acréscimos e diferimentos activos	5 465 249	-	5 465 249
Total do Activo	50 549 905	(9 481)	50 540 424
Capital próprio	31 588 237	375 144	31 963 381
Provisões para riscos e encargos	205 678	-	205 678
Dividas a terceiros	16 254 518	79 345	16 333 502
Acréscimos e diferimentos passivos	2 501 471	(463 970)	2 037 502
Total Capital Próprio + Passivo	50 549 905	(9 481)	50 540 424

5.2.6 Reconciliação de Capital Próprio a 31 de Dezembro de 2004

31 Dezembro 2004			
	POC	Ajustamentos Transição	IFRS
Activos			
Activos fixos tangíveis	1 361 109	-	1 361 109
Despesas de instalação	222 009	(222 009)	0
Despesas de investigação e desenvolvimento	1 463 899	(1 463 899)	0
Goodwill	17 487 185	2 804 764	20 291 949
Propriedade intelectual	274	-	274
Existências	404 070	-	404 070
Dividas de terceiros	23 498 703	-	23 498 703
Caixa e seus equivalentes	2 339 777	-	2 339 777
Acréscimos e diferimentos activos	10 225 084	-	10 225 084
Total do Activo	56 930 450	1 118 856	58 049 306
Capital próprio	32 846 844	1 540 645	34 387 489
Provisões para riscos e encargos	32 173	-	32 173
Dividas a terceiros	20 152 974	-	20 152 974
Acréscimos e diferimentos passivos	3 898 459	(421 789)	3 476 670
Total Capital Próprio + Passivo	56 930 450	1 118 856	58 049 306

5.2.7 Reconciliação do Resultado Líquido para o semestre findo em 30 de Junho de 2004

	30 Junho 2004		
	POC	Ajustamentos Transição	IFRS
Vendas e prestação de serviços	16 171 313	-	16 171 313
Custos de vendas	(4 572 040)	(740 414)	(5 312 454)
Fornecimentos e serviços externos	(5 685 633)	(150 609)	(5 836 242)
Custos com pessoal	(4 773 424)	(742 573)	(5 515 997)
Outros custos e ganhos líquidos	37 929	(103 477)	(65 548)
Resultado operacional bruto	1 178 145	(1 737 073)	558 928
Amortizações e provisões	(2 388 553)	1 638 841	(749 712)
Resultados financeiros	(541 144)	320 793	(220 351)
Resultados extraordinários	(1 422 714)	1 422 714	0
Impostos	4 500 000	-	4 500 000
Resultado Líquido	1 325 734	1 645 275	2 971 009

5.2.8 Reconciliação do Resultado Líquido para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2004

	31 Dezembro 2004		
	POC	Ajustamentos Transição	IFRS
Vendas e prestação de serviços	37 799 999	-	37 799 999
Custos de vendas	(10 408 791)	(817 277)	(11 226 068)
Fornecimentos e serviços externos	(14 535 780)	(604 184)	(15 139 964)
Custos com pessoal	(10 441 061)	(1 159 589)	(11 600 650)
Outros custos e ganhos líquidos	148 468	36 654	185 122
Resultado operacional bruto	2 562 835	(2 544 396)	18 439
Amortizações e provisões	(6 185 350)	3 378 387	(2 806 963)
Fornecimentos e serviços externos	(680 175)	441 017	(239 158)
Resultados extraordinários	(1 542 234)	1 542 234	0
Impostos	8 429 270	-	8 429 270
Resultado Líquido	2 584 346	2 817 242	5 401 588

6. INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS

Dadas as características da actividade operacional do Grupo a esta data, considera-se existir apenas um segmento de negócio relativamente. No entanto, por questões funcionais, a Administração definiu uma estrutura organizativa que assenta em quatro linhas de negócio:

- Infra-estruturas
- Serviços
- Tecnologias próprias
- Serviços partilhados

7. EMPRESAS INCLUÍDAS E EXCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO

As empresas incluídas na consolidação pelo método integral à data de 31 de Dezembro de 2005, eram as seguintes (todas detidas a 100% pelo Grupo):

Empresa Holding, empresas filiais e associadas	Sede Social	Capital Social
ParaRede SGPS, SA	Lisboa	36 371 469
ParaRede - Tecnologias de Informação , SA	Lisboa	4 877 935
ParaRed BJS, SA	Madrid	1 899 198
NetPeople - Conteúdos Multimédia e Comércio Electrónico, SA	Lisboa	2 500 000
ParaRede Netpeople - Tecnologias de Informação , SA	Lisboa	225 000

As empresas Grece - Gestão de Rede Empresarial de Comércio Electrónico, SA e Damovo Portugal, Lda, que no exercício de 2004 integravam o perímetro de consolidação, foram liquidadas no decorrer do segundo semestre de 2005.

As empresas do Grupo WEN adquiridas no primeiro semestre de 2005 não figuram no quadro acima, em virtude de terem sido objecto de fusão por incorporação na ParaRede TI (entidade incorporante) com efeitos a 1 de Janeiro de 2005. A inscrição da fusão no registo comercial, e consequente extinção formal das empresas WhatEverNet Computing, WhatEverSoft e Trusted Systems, está prevista para Maio de 2006.

8. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

	31 Dezembro 05			31 Dezembro 04		
	Custo	Amortizações Acumuladas	Valor Líquido	Custo	Amortizações Acumuladas	Valor Líquido
Terrenos e recursos naturais	24 691	-	24 691	24 691	-	24 691
Edifícios e outras construções	74 071	19 259	54 812	268 445	212 150	56 295
Equipamento básico	408 006	233 386	174 620	1 147 515	908 064	239 451
Equipamento de transporte	64 857	35 483	29 374	110 728	50 053	60 675
Ferramentas e utensílios	81 494	58 623	22 871	190 838	152 337	38 501
Equipamento administrativo	2 203 281	1 551 401	651 880	6 153 402	5 309 089	844 313
Outras	19 648	11 461	8 187	142 162	116 639	25 523
	2 876 048	1 909 613	966 435	8 037 781	6 748 332	1 289 449
	Saldo em 01.01.05	Aquisições Dotações	Abates Alienações	Transferências	Variações Perímetro	Saldo em 31.12.05
Custo						
Terrenos e recursos naturais	24 691	-	-	-	-	24 691
Edifícios e outras construções	268 445	-	(194 374)	-	-	74 071
Equipamento básico	1 147 515	50 979	(1 065 496)	(240 785)	515 793	408 006
Equipamento de transporte	110 728	15 417	(61 288)	-	-	64 857
Ferramentas e utensílios	190 838	-	(109 251)	(93)	-	81 494
Equipamento administrativo	6 153 402	214 329	(5 488 388)	240 878	1 083 060	2 203 281
Outras	142 162	1 509	(124 023)	-	-	19 648
	8 037 781	282 234	(7 042 820)	0	1 598 853	2 876 048
Amortizações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	0
Edifícios e outras construções	212 150	1 481	(194 372)	-	-	19 259
Equipamento básico	908 064	194 790	(1 031 965)	(94 224)	256 721	233 386
Equipamento de transporte	50 053	22 209	(36 779)	-	-	35 483
Ferramentas e utensílios	152 337	14 972	(108 686)	-	-	58 623
Equipamento administrativo	5 309 089	632 998	(5 313 465)	94 224	828 555	1 551 401
Outras imobilizações corpóreas	116 639	8 562	(113 740)	-	-	11 461
	6 748 332	875 012	(6 799 007)	0	1 085 276	1 909 613

A coluna de variação de perímetro reflecte, em exclusivo, o imobilizado existente na WEN, à data de aquisição (ver Nota 31).

	Saldo em 01.01.04	Aquisições /Dotações	Abates/ Alienações	Transferências	Variação Perímetro	Saldo em 31.12.04
Custo	01.01.04					
Terrenos e recursos naturais	24 691	-	-	-	-	24 691
Edifícios e outras construções	268 445	-	-	-	-	268 445
Equipamento básico	845 832	142 359	-	138 407	20 917	1 147 515
Equipamento de transporte	400 687	17 382	(11 821)	(295 520)	-	110 728
Ferramentas e utensílios	27 204	-	-	284	163 350	190 838
Equipamento administrativo	6 237 847	124 339	(7 931)	(270 216)	69 363	6 153 402
Outras	100 360	-	-	(71 823)	113 625	142 162
	7 905 066	284 080	(19 752)	(498 868)	367 255	8 037 781
Amortizações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	0
Edifícios e outras construções	210 669	1 481	-	-	-	212 150
Equipamento básico	744 853	109 390	-	49 951	3 870	908 064
Equipamento de transporte	285 997	24 506	(3 461)	(256 989)	-	50 053
Ferramentas e utensílios	26 429	4 819	-	260	120 829	152 337
Equipamento administrativo	4 954 146	525 388	(5 195)	(218 802)	53 552	5 309 089
Outras	79 092	4 346	-	(63 907)	97 108	116 639
	6 301 186	669 930	(8 656)	(489 487)	275 359	6 748 332

Os contratos de locação financeira estão relevados da seguinte forma:

31 Dezembro 2005			
Descrição do Bem	Valor Aquisição	Amortização Acumulada	Valor Líquido
Viaturas	46 300	30 866	15 434
Edifícios	98 762	19 259	79 503
Equipamento informático	102 495	48 585	53 910
Totais	247 557	98 710	148 847

31 Dezembro 2004			
Descrição do Bem	Valor Aquisição	Amortização Acumulada	Valor Líquido
Viaturas	46 300	19 292	27 008
Edifícios	98 762	17 777	80 985
Equipamento informático	102 495	22 961	79 534
Totais	247 557	60 030	187 527

9. ACTIVOS INTANGÍVEIS

	31 Dezembro 05			31 Dezembro 04		
	Custo	Amortizações Acumuladas e Imparidades	Valor Líquido	Custo	Amortizações Acumuladas e Imparidades	Valor Líquido
Propriedade intelectual e outros direitos	-	-	0	219 800	219 526	274
Goodwill	70 564 871	25 910 216	44 654 655	45 758 601	25 466 652	20 291 949
Intangíveis desenvolvidos internamente	1 084 710	-	1 084 710	-	-	0
Outros	127 193	-	127 193	-	-	-
	71 776 774	25 910 216	45 860 558	45 978 401	25 686 178	20 292 223

	Saldo em 01.01.05	Aquisições Dotações	P. imparidade Abates	Transf.	Variação Perímetro	Saldo em 31.12.05
Custo						
Propriedade intelectual e outros direitos	219 800	665	(220 465)	-	-	0
Goodwill	45 758 601	24 806 270	-	-	-	70 564 871
Intangíveis desenvolvidos internamente	-	1 084 710	-	-	-	1 084 710
Outros		127 193				127 193
	45 978 401	26 018 838	(220 465)	0	0	71 776 774
Amortizações acumuladas e Imparidades						
Propriedade intelectual e outros direitos	219 526	76	(219 602)	-	-	0
Goodwill	25 466 652		(443 564)	-	-	25 910 216
Intangíveis desenvolvidos internamente	-	-	-	-	-	0
	25 686 178	76	(663 166)	0	0	25 910 216

	Saldo em 01.01.04	Aquisições /Dotações	P. imparidade / Abates	Transf.	Variação Perímetro	Saldo em 31.12.04
Custo						
Propriedade intelectual e outros direitos	223 083	-	-	(3 283)	-	219 800
Goodwill	45 758 601	-	-	-	-	45 758 601
Intangíveis desenvolvidos internamente	-	-	-	-	-	0
	45 981 684	0	0	(3 283)	0	45 978 401
Amortizações acumuladas e Imparidades						
Propriedade intelectual e outros direitos	219 055	2 303	-	(1 832)	-	219 526
Goodwill	23 697 944	-	1 768 708	-	-	25 466 652
Intangíveis desenvolvidos internamente	-	-	-	-	-	0
	23 916 999	2 303	1 768 708	(1 832)	0	25 686 178

Na rubrica de intangíveis desenvolvidos internamente, a 31 de Dezembro de 2005, encontram-se relevados diversos projectos relacionados com o desenvolvimento interno de produtos próprios, cujo total ascende a 1.085 mil euros conforme se discrimina:

milhares de euros	
Clarinet V3	325
MS Wait 2.12	125
Intrapub 4.2	81
OWNet V5.0	197
POS Sedna	251
POS Europa	106
	1.085

Os aumentos verificados na rubrica goodwill respeitam a:

- a) Trespasse da GAIN (2.100 mil euros)
- b) Aquisição da WEN (22.706 mil euros)

O Goodwill de 22.706 mil euros, gerado com a aquisição da WEN, resultou da diferença entre o justo valor dos activos e passivos identificados na data da aquisição (1.092 mil euros) e o custo de aquisição (23.798 mil euros), como referido na nota 31.

O apuramento do goodwill foi considerado definitivo em 31 de Dezembro de 2005, uma vez que não foi efectuado qualquer ajustamento, resultante da aferição do justo valor dos activos de WEN.

O valor de Goodwill existente à data de 31 de Dezembro de 2005, ascende a 44.655 mil euros líquidos dizendo respeito às seguintes operações:

Goodwill	Valor bruto	Amortizações e imparidades acumuladas	Valor líquido
Eurociber (2000)	42 071 472	22 223 093	19 848 379
WEN (2005)	22 706 268	-	22 706 268
ParaRed BJS (1999)	3 687 131	3 687 131	0
GAIN (2005)	2 100 000	-	2 100 000
	70 564 871	25 910 224	44 654 647

Teste de imparidade do goodwill

Durante o ano 2005 foi adquirido o Grupo WEN. Após a integração dos negócios, e atendendo à complementaridade com o negócio existente, a Administração, considera que só existe um segmento de negócio e como tal, só existe efectivamente uma unidade geradora de fluxos de caixa, à qual foi alocado a totalidade do goodwill.

O valor recuperável de uma unidade geradora de caixa é baseado no cálculo do valor em uso. Tais cálculos utilizam projecções de fluxos de caixa baseadas em projecções financeiras aprovadas pela Administração cobrindo um período de cinco anos. Os fluxos de caixa para além do período das projecções são extrapolados utilizando uma taxa de crescimento conservadora - taxa de crescimento da perpetuidade: 0%

	2006	2007	2008	2009	2010
Taxa de crescimento das receitas	12%	23%	16%	15%	17%
Margem Bruta	42%	53%	49%	47%	46%
Taxa de desconto (antes de imposto)	13,81%	13,81%	13,81%	13,81%	13,81%

As taxas de crescimento projectadas das receitas são superiores às taxas de crescimento que se perspectivam para o sector. Tal deve-se aos ganhos de quota de mercado que se esperam vir a alcançar em resultado da abordagem a novos mercados designadamente o Africano de expressão portuguesa.

O Goodwill resultante da aquisição da ParaRed BJS (Espanha) foi objecto de ajustamento no montante de 443.571 euros, o qual, determinou a anulação integral do valor desse intangível. Este ajustamento decorreu da decisão estratégica de reduzir a actividade da empresa em Espanha.

Relativamente aos restantes intangíveis, e após a realização dos respectivos testes, a Administração concluiu não existir qualquer imparidade adicional, para além dos montantes acima mencionados.

10. INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS

Participada	Sede	% Detida
ACETECNO - Tecnologias de Informação Comunicações e Electronica, ACE	Lisboa	20%

O investimento financeiro na participada Acetecno é o único existente, uma vez que foi efectuado, durante o mês de Dezembro a anulação integral do investimento existente na LeadCom (5.500 euros) – o qual se encontrava totalmente provisionado, em virtude de se tratar de um projecto inactivo e que se encontrava em fase de liquidação há já algum tempo.

11. IMPOSTOS DIFERIDOS ACTIVOS

O imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas (IRC) é auto-liquidado pelas empresas que constituem o Grupo e de acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos. Contudo, no caso de serem apresentados prejuízos fiscais, estes podem ser sujeitas à revisão pelas autoridades fiscais por um período de 10 anos. A Administração entende que as correções resultantes de revisões/inspecções por parte das autoridades fiscais às declarações de impostos não deverão ter um efeito significativo nas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2005.

Os prejuízos fiscais gerados pelas empresas que constituem o Grupo em Portugal sujeitos também a inspecção e eventual ajustamento, podem ser deduzidos a lucros fiscais nos seis anos seguintes.

	Saldo Inicial	Variação	Saldo Final
Imposto diferido activo	8.455.000	(1.500.000)	6.955.000

O montante de prejuízos fiscais por utilizar e os anos limite para a sua dedução são os seguintes:

Ano de prejuízo fiscal	Valor em M€	Ano limite para dedução
2001	36,954	2007
2002	46,947	2008
2003	29,531	2009
2004	128	2010
2005	6,400	2011
Total de prejuízos fiscais disponíveis	119,960	
Valor estimado dedutível no futuro	25,290	
Taxa de Imposto	27,50%	
Imposto diferido Activo	6,955	

Tendo em conta as previsões do resultado fiscal dos próximos exercícios, foi reconhecido, pela primeira vez, no exercício de 2004, um imposto diferido activo, no montante de 8.455 mil euros – montante que traduzia, de uma forma conservadora, as expectativas que o Grupo tinha relativamente aos resultados dos próximos exercícios.

É entendimento da Administração que a inclusão do Grupo WhatEverNet no universo ParaRede, ocorrida em 2005, potenciará, de uma forma muito significativa a utilização do reporte fiscal, contudo, na sequência de uma comunicação da Administração Fiscal, a possibilidade de dedução no futuro desses prejuízos fiscais foi fortemente mitigada, obrigando ao recalcular do valor recuperável nos próximos exercícios. Assim, o montante do imposto diferido activo foi prudentemente reduzido em 1.500.000 euros, fixando-se em 6.955.000 euros.

12. EXISTÊNCIAS

	31.12.05	31.12.04
Mercadorias	1 843 053	815 523
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	332 719	-
Perda por imparidade	2 175 772 (118 734) 2 057 038	815 523 (411 453) 404 070

13. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS DEVEDORES

O aumento verificado na rubrica de mercadorias está relacionado com a integração da WEN e com a aquisição do trespassse da GAIN, em cuja actividade são utilizadas matérias-primas e subsidiárias, no âmbito do processo de fabricação e assemblagem. A perda por imparidade reconhecida no exerício de 2005 resultou de uma análise aprofundada ao estado de obsolescência de existências e reflecte a diferença estimada entre o valor de custo e o respectivo valor de realização.

	31.12.05	31.12.04
Clientes de conta corrente	19 901 611	21 636 005
Clientes de cobrança duvidosa	5 165 430	1 340 029
Perdas por imparidade	(3 776 859)	(1 330 926)
	21 290 182	21 645 108
Pessoal	27 031	12 887
Impostos	560 664	1 400 805
Outros devedores	12 620	439 903
	600 315	1 853 595
	21 890 497	23 498 703

A rubrica "clientes de conta corrente" inclui as facturas dos clientes que foram cedidas à empresa de factoring, no valor de 6.911 mil euros, e cujo adiantamento se encontra reflectido em empréstimos (ver Nota 20).

A perda por imparidade resulta de análises detalhadas segundo as quais determinados valores em dívida poderão não vir a ser recebidos na sua totalidade.

14. ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS ACTIVOS

Acréscimos de proveitos		31.12.05	31.12.04
Subsídios		176 812	-
Projectos em curso		1 363 737	1 339 521
	1 540 549	1 339 521	
Custos diferidos			
Rendas		41 291	29 687
Seguros		34 795	7 627
Projectos em curso		2 098 298	203 159
Publicidade		655	-
Trabalhos especializados		16 839	59 331
Outros custos diferidos		158 746	130 759
	2 350 624	430 563	
		3 891 173	1 770 084

15. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

		31.12.05	31.12.04
Caixa		5 963	2 931
Depósitos bancários de curto prazo		817 655	2 336 846
	823 618	2 339 777	

16. CAPITAL SOCIAL

	Número de Acções	Capital social	Prémio de emissão	Acções próprias	Total
Em 1 de Janeiro de 2004	219 000 000	43 800 000	22 719 261	(647 319)	65 871 942
Aumento capital conversão de créditos	81 000 000	8 100 000	16 200 000	-	24 300 000
Redução de capital para cobrir prejuízos	-	(21 900 000)	(38 919 261)	-	(60 819 261)
Alienação de acções próprias	-	-	-	647 319	647 319
Em 31 de Dezembro de 2004	300 000 000	30 000 000	0	0	30 000 000
Aumento capital por entrada em especie	63 714 694	6 371 470	17 202 967	-	23 574 437
Em 31 de Dezembro de 2005	363 714 694	36 371 470	17 202 967	0	53 574 437

Durante o primeiro semestre de 2005 foi efectuada a aquisição do Grupo WEN através de um aumento de capital em espécie (emissão de 63.714.694 novas acções) que originou um aumento de capital de social de 6.371.470 euros e um prémio de emissão de 17.202.967 euros. O capital social encontra-se integralmente realizado em 31 de Dezembro de 2005.

17. RESERVAS E RESULTADOS ACUMULADOS

	Outras Reservas				
	Res.Legal	Outras	Resultados retidos	Interesses minoritários	Total
Em 1 de Janeiro de 2004	1 586 367	647 874	(63 284 003)	40 840	(61 008 922)
Resultado do ano de 2004	-	-	5 401 588	-	5 401 588
Redução capital p/ cobrir prejuízos	-	-	60 819 261	-	60 819 261
Alienação de ações próprias	-	(509 983)	-	-	(509 983)
Custos com aumento de capital	-	(273 615)	-	-	(273 615)
Aquisição de interesses minoritários	-	-	-	(40 840)	(40 840)
Em 31 de Dezembro de 2004	1 586 367	(135 724)	2 936 846	0	4 387 489
Resultado do ano de 2004	258 434	220 847	(479 281)	-	0
Resultado do ano de 2005	-	-	(13 972 167)	-	(13 972 167)
Em 31 de Dezembro de 2005	1 844 801	85 123	(11 514 602)	0	(9 584 678)

Em Assembleia Geral de 6 de Maio de 2005 foi deliberado transferir para resultados transitados 2.325.912 euros e 258.434 euros para Reserva legal.

18. CONTAS A PAGAR A FORNECEDORES E OUTROS CREDORES

	31.12.05	31.12.04
Correntes		
Fornecedores	15 971 905	11 705 605
Estado e outros entes públicos	629 841	904 738
Colaboradores	-	149 970
Outros credores	796 107	477 709
	17 397 853	13 238 022
Não correntes		
Outros credores	-	-
Total de contas a pagar a fornecedores e outros credores	17 397 853	13 238 022

À data de 31 de Dezembro de 2005 todas as contas a pagar a fornecedores e outros credores têm uma natureza corrente, porquanto todas as responsabilidades têm um prazo de vencimento inferior a 1 ano. Na rubrica "Outros credores" encontra-se registado o montante remanescente de 500 Mil euros a pagar, em Novembro de 2006, pelo trespasse da GAIN.

19. ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS PASSIVOS

	31.12.05	31.12.04
Acréscimo de custos		
Seguros a liquidar	25 138	6 153
Custos com pessoal	2 245 098	1 691 212
Comunicações	43 972	7 887
Trabalhos especializados	822 163	52 960
Conservação	2 522	-
Outros	255 665	27 270
Juros bancários	3 183	2 397
Projectos em curso	2 235 443	1 281 219
	5 633 184	3 069 098
Proveitos diferidos		
Subsídios	-	113 109
Projectos em curso	6 644 768	294 463
Outros proveitos diferidos	-	-
	6 644 768	407 572
	12 277 952	3 476 670

20. EMPRÉSTIMOS

	31.12.05	31.12.04
Dividas a instituições de crédito	2 142 489	1 647 397
Credores por locação financeira	117 543	175 237
Adiantamento de factoring	6 248 306	5 092 318
	8 508 338	6 914 952

Os valores constantes da rubrica "dívidas a instituições de crédito" são referentes a linhas de crédito em conta corrente autorizadas que não se encontram totalmente utilizadas, à excepção de 592 mil euros, referentes a um empréstimo cujos reembolsos são efectuados mensalmente e que deverão terminar em Janeiro de 2007.

A dívida para com os bancos teve o movimento que se segue:

	31.12.05	31.12.04
Saldo Inicial	1 647 397	19 535 650
Aumento	8 652 603	5 750 000
Amortizações	(8 157 511)	(23 638 253)
Saldo Final	2 142 489	1 647 397

A média das taxas de juro efectivas à data do balanço eram as seguintes:

	31.12.05	31.12.04
Dividas a instituições de crédito	4,06%	3,38%
Credores por locação financeira	4,36%	4,39%
Adiantamento de factoring	3,99%	3,69%
	4,01%	3,63%

21. PROVISÕES PARA OUTROS PASSIVOS E ENCARGOS

	31.12.05	31.12.04
Saldo em 1 de Janeiro	31.12.05	31.12.04
Anulação no exercício	32 173	780 788
Reforço	(32 173)	(173 505)
Utilizações	279 918	-
	279 918	32 173

22. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

	31.12.05	31.12.04
Comissões e honorários	212 274	487 730
Outros fornecimentos e serviços	726 943	977 271
Publicidade e propaganda	771 636	433 820
Comunicação	306 042	186 066
Conservação e reparação	176 415	150 299
Rendas e alugueres	1 516 480	698 872
Trabalhos especializados	3 613 789	1 388 606
Transportes, deslocações e estadias e desp. representação	807 376	373 035
	8 130 955	4 695 699

23. CUSTOS COM O PESSOAL

	31.12.05	31.12.04
Remunerações dos órgãos sociais	1 078 107	499 868
Remunerações dos colaboradores	12 022 673	7 951 357
Encargos sobre remunerações	2 554 704	1 687 610
Outros custos com o pessoal	358 983	302 227
Custos de reestruturação	705 000	1 159 588
Provisões p/ indemnizações ParaRed BJS (Espanha)	70 000	-
Custos de pessoal capitalizados	(613 583)	-
	16 175 884	11 600 650

Os custos de pessoal capitalizados estão relacionados com pessoal envolvido no desenvolvimento de produtos próprios (ver Nota 2.6.3).

O número de pessoas em 31 de Dezembro de 2005 era de 314, que compara com 257 em Dezembro de 2004.

24. OUTROS GANHOS E PERDAS LÍQUIDAS

Os outros ganhos e perdas líquidas encontram-se influenciados, essencialmente por perdas de imparidade relativas a contas a receber de clientes (ver Nota 13), bem como pelo acordo negociado referente ao projecto Lusa.

	31.12.05	31.12.04
Perdas por imparidade de clientes	(2 933 927)	10 616
Impostos	(43 817)	(175 717)
Resultados na venda de imobilizado	(279 804)	(62 132)
Proveitos suplementares	349 651	-
Subsídios ao investimento	417 796	282 619
Acordo negociado (Lusa)	(2 044 585)	-
Outros ganhos/(perdas) líquidos	(16 136)	129 736
	(4 550 822)	185 122

A rubrica "Acordo negociado" refere-se ao impacto resultante da interrupção do fornecimento, pela ParaRede à Lusa, de Hardware, Software e de prestação de serviços para a implementação da Solução Global da Redacção, mediante o qual se acordou a restituição, recíproca e em singelo, das prestações entretanto já efectuadas.

25. DEPRECIAÇÕES, AMORTIZAÇÕES E PERDA POR IMPARIDADE DE GOODWILL

	31.12.05	31.12.04
Edifícios e outras construções	1 481	1 481
Equipamento básico	194 790	109 390
Equipamento de transporte	22 209	24 506
Ferramentas e utensílios	14 972	4 819
Equipamento administrativo	632 998	525 388
Outras imobilizações corpóreas	8 562	370 362
Propriedade industrial e outros direitos	76	2 303
	875 088	1 038 249
Perda por imparidade do goodwill	443 565	1 768 714
	443 565	1 768 714

26. RESULTADOS FINANCEIROS

	31.12.05	31.12.04
Juros obtidos	14 996	11 537
Diferenças de câmbio favorável	43 767	19 801
Descontos de pronto pagamento obtidos	7 788	6 275
Juros suportados	(441 146)	(543 510)
Diferenças de câmbio desfavorável	(64 141)	(20 243)
Outras perdas financeiras	-	-
	(438 736)	(526 140)

27. GANHOS EM EMPRESAS ASSOCIADAS

Não se apuraram em 2005 ganhos na alienação de empresas associadas, sendo que os valores apresentados em 2004 correspondem a ganhos líquidos resultantes da alienação da sociedade Plurirede (- 53 mil euros) e da liquidação da Orebron (292 mil euros).

28. IMPOSTOS SOBRE RESULTADOS

Em 2005, o montante contabilizado refere-se às tributações autónomas e à redução de 1.500 mil euros no valor do imposto diferido activo constituído em 2004 (ver Nota 11).

O valor na rubrica impostos sobre o rendimento do exercício, em 2004, corresponde ao imposto diferido activo (8.455 mil euros), deduzido do montante a liquidar respeitante ao apuramento das tributações autónomas.

29. RESULTADOS POR ACÇÃO

Básico

O cálculo do resultado básico por acção baseia-se no lucro atribuível aos accionistas ordinários dividido pela média ponderada de acções ordinárias no período, excluindo acções ordinárias compradas pelo Grupo e detidos como acções próprias.

	31.12.05	31.12.04
Resultado líquido do exercício atribuível aos accionistas ordinários	(13 972 167)	5 401 588
Nº médio ponderado de acções ordinárias	348 311 142	240 747 945
Resultado por acção - básico - euros	-0,040	0,022

Diluído

O resultado diluído por acção é igual ao resultado básico por acção, devido à inexistência de instrumentos financeiros que venham a originar a diluição do capital social no futuro.

30. COMPROMISSOS

Os compromissos financeiros que não figuram no balanço referentes a garantias bancárias prestadas a terceiros destinadas a servir de caução aos projectos em curso, são discriminados como segue:

		31.12.05	31.12.04
Lusa – Agência de Notícias de Portugal	(a)	1 839 786	1 839 786
IVV		1 217 977	-
Outras garantias		831 124	1 607 576
PT - Sistemas de Informação		207 830	
BNA		138 795	-
Governo Província de Benguela		113 410	-
IAPMEI		9 191	365 858
IGIF		-	1 423 627
BES - Madrid		-	300 000
Total garantias prestadas		4 358 113	5 536 847

(a) Esta responsabilidade foi extinta em Janeiro de 2006 na sequência do acordo negociado.

No âmbito da renegociação do financiamento concedido pelo BES à ParaRede SGPS, mediante a qual foi elevado de 2,0 Milhões de euros, até ao máximo de 6,2 Milhões de euros o montante do crédito em conta corrente, manteve-se o penhor de 100% das acções da ParaRede TI, SA como garantia do mesmo. O montante utilizado em 31 de Dezembro de 2005 era de 0,9 Milhões de euros.

31. CONCENTRAÇÃO DE ACTIVIDADES EMPRESARIAIS

i) Com data efectiva de 1 de Janeiro de 2005 o Grupo adquiriu 100% do capital social do Grupo WhatEverNet, que presta serviços nas áreas de tecnologias de informação em Portugal.

Detalhe dos activos líquidos e do apuramento do goodwill:

	1.Jan.2005
- Entrada em especie para o aumento de capital	23 574 436
- Pagamento de caixa (acções detidas pelos minoritários)	75 577
- Custos directos relacionados com a aquisição	47 850
Total do custo de aquisição	23 697 863
Justo valor dos activos líquidos adquiridos	(991 595)
Goodwill (Nota 9)	22 706 268

Os activos e passivos do grupo WhatEverNet (WEN) em 1 de Janeiro de 2005 que entraram no Grupo foram os seguintes:

	Justo valor ⁽²⁾	Valores contabilísticos WEN ⁽¹⁾
Caixa e seus equivalentes	3 907 619	3 907 619
Activos fixos tangíveis	513 580	513 580
Activos intangíveis	-	39 469
Existências	1 018 227	1 018 227
Dividas de terceiros	5 463 251	5 463 251
Acréscimos e diferimentos activos	1 290 948	1 290 948
Dividas a terceiros	(5 737 764)	(5 737 764)
Acréscimos e diferimentos passivos	(3 565 556)	(3 565 556)
Dividendos	(1 709 087)	-
Gratificações de balanço	(189 623)	-
Activos líquidos adquiridos	991 595	2 929 773
Valor de aquisição pago por caixa		(75 577)
Caixa e seus equivalentes existentes na subsidiária adquirida		3 907 619
Dividendos + gratificações de balanço aos empregados		(1 898 710)
Entrada de caixa com a aquisição		1 933 332

⁽¹⁾ De acordo com as contas auditadas do Grupo WEN à data de aquisição

⁽²⁾ Foi efectuada uma análise da alocação do preço de compra para determinar o justo valor dos activos e passivos adquiridos. Contudo, devido à dificuldade em identificar e mensurar com confiança adequada certos activos relacionados com contratos de clientes (mesmo que não formalmente contratualizados) inerentes ao grupo WEN, não foram reconhecidos, separadamente do goodwill, valores para tais intangíveis.

Tendo em consideração que actividade desenvolvida pela WEN foi integralmente absorvida na estrutura da ParaRede, não é possível a identificação dos proveitos e resultados provenientes da WEN que integram as demonstrações financeiras de 31 de Dezembro de 2005. Por outro lado, as sociedades que integram o Grupo WEN foram objecto de fusão por incorporação na ParaRede TI (entidade incorporante) com referência à data de 1 de Janeiro de 2005.

ii) Com data efectiva a Fevereiro de 2005, o Grupo adquiriu o negócio da GAIN, em contrapartida contratou pagar 2 milhões de euros a liquidar da seguinte forma:

Data	Valor
Fev-05	1 000 000
Nov-05	500 000
Nov-06	500 000
	2 000 000

Os montantes a pagar encontram-se relevados em outros credores (Nota 18).

32. EVENTOS APÓS A DATA DE BALANÇO

Interrupção de fornecimento e de prestação de serviços Lusa – A 2 de Janeiro de 2006, a ParaRede, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 248.º do Código de Valores Mobiliários e no Regulamento n.º 4/2004 da CMVM, vem informar que, mediante ponderada consideração de expectativas, necessidades e prazos previsíveis de efectiva concretização do projecto em causa, a ParaRede – Tecnologias de Informação, S.A. e a Lusa – Agência de Notícias de Portugal, S.A. acordaram, no dia dois de Janeiro de dois mil e seis, na interrupção do fornecimento, pela ParaRede à Lusa, de Hardware, Software e de prestação de serviços para a implementação da Solução Global da Redacção da Lusa, com a simultânea restituição, recíproca e em singelo, das prestações entretanto já efectuadas. Mais informa que o investimento e manutenção associados ao projecto, caso o mesmo se concluisse, ultrapassariam os 2 milhões de Euros.

33. OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Acções judiciais em curso

ParaRede informa decisão favorável do Tribunal Judicial de Madrid – A 14 de Julho de 2005, e na sequência do comunicado de Facto Relevante publicado em 31 de Janeiro de 2002, no qual se dava conta da interposição de uma acção judicial contra a PARAREDE, a correr em Madrid, pela “AOL Servicios Interactivos Multimédia, Sociedade Limitada, Sociedad Unipessoal”, com o valor de € 2.644.389,68, e do Aditamento publicado no dia 1 de Fevereiro de 2002, vem-se pelo presente comunicar, nos termos e para os efeitos do disposto no nº 1 do art. 248º do Código dos Valores Mobiliários, que por decisão do Tribunal Judicial de Madrid, hoje notificada, a PARAREDE foi absolvida de todos os pedidos contra si formulados. Nos termos da legislação Espanhola a sentença encontra-se sujeita a recurso.

ParaRede informa que AOL interpõe recurso – A 18 de Novembro de 2005, e na sequência do comunicado de Facto Relevante publicado em 14 de Julho de 2005, no qual se dava conta da decisão do Tribunal Judicial de Madrid que absolia a ParaRede de todos os pedidos contra si formulados na acção interposta pela “AOL Servicios Interactivos Multimédia, Sociedade Limitada, Sociedad Unipessoal”, a ParaRede vem pela presente comunicar que dessa decisão foi interposto recurso.

b) Outras

O Banco Espírito Santo,SA detém uma posição de 9,3% no capital da ParaRede SGPS, e há dois administradores não executivos que desempenham funções em empresas do Grupo BES. As transacções existentes entre o BES e a ParaRede são efectuadas de acordo com as condições de mercado.

A Administração

Contas Consolidadas

Demonstração de Fluxos de Caixa – Método Directo

Grupo ParaRede
Demonstração de Fluxos de Caixa – Método Directo
Valores em Euros

DESCRIÇÃO		31.12.2005	31.12.2004
Actividades Operacionais			
Recebimentos de clientes		61 930 557	39 464 139
Pagamentos a fornecedores		(45 865 628)	(29 850 354)
Pagamentos ao pessoal		(17 053 878)	(11 524 867)
Fluxo gerado pelas operações		(988 949)	(1 911 082)
Pagamentos / recebimentos imposto s/ rendimento		(148 252)	(218 133)
Outros pagamentos / recebimentos relat. activ. operacionais		(12 698)	580 671
		(160 950)	362 538
Fluxo de actividades operacionais		(1 149 899)	(1 548 544)
Actividades de Investimento			
Recebimentos provenientes de:			
Aquisição de uma subsidiária	31	1 933 332	-
Activos fixos tangíveis		293 830	95 361
Subsídios de investimento		254 806	203 205
Juros e proveitos similares		54 301	31 338
		2 536 269	329 904
Pagamentos respeitantes a:			
Aquisição de um negócio	31	1 600 000	106 836
Investimentos financeiros		3 500	2 361 002
Activos fixos tangíveis		339 927	252 871
Activos intangíveis		731 639	681 560
		2 675 066	3 402 269
Fluxo actividades de investimento		(138 797)	(3 072 365)
Actividades de Financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Empréstimos obtidos	20	8 652 603	5 500 000
Aumento capital, prest. suplem., prémios emissão		-	24 300 000
		8 652 603	29 800 000
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos	20	8 157 511	23 388 253
Juros e custos similares		722 555	851 393
		8 880 066	24 239 646
Fluxo actividades de Financiamento		(227 463)	5 560 354
Variações de caixa e seus equivalentes		(1 516 159)	939 445
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes - início do exercício	15	2 339 777	1 400 332
Caixa e seus equivalentes - fim do exercício	15	823 618	2 339 777

Contas Consolidadas

Mapa de Alterações aos Capitais Próprios Consolidados

Grupo ParaRede
Mapa de alterações aos Capitais Próprios Consolidados
Valores em Euros

	Nota	Capital social	Prémios de emissão de acções	Acções próprias	Outras reservas	Resultados retidos	Interesses minoritários	Total Capital Próprio
Saldo em 1 de Janeiro de 2004		43 800 000	22 719 261	(647 319)	2 234 241	(63 284 003)	40 840	4 863 020
Resultado líquido do 1º semestre	17	-	-	-	-	2 971 009	-	2 971 009
Aumento de capital por conversão de créditos	16	8 100 000	16 200 000	-	-	-	-	24 300 000
Custos com o aumento de capital	17	-	-	-	(267 236)	-	-	(267 236)
Redução do capital social para cobrir prejuízos	16/17	(21 900 000)	(38 919 261)	-	-	60 819 261	-	-
Compra e venda de acções próprias	16/17	-	-	647 319	(509 983)	-	-	137 336
Aquisição dos interesses minoritários	17	-	-	-	-	-	(40 840)	(40 840)
Saldo em 30 de Junho de 2004		30 000 000	-	-	1 457 022	506 267	-	31 963 289
Resultado líquido do 2º semestre	17	-	-	-	-	2 430 579	-	2 430 579
Custos com o aumento de capital	17	-	-	-	(6 379)	-	-	(6 379)
Saldo em 31 de Dezembro de 2004		30 000 000	-	-	1 450 643	2 936 846	-	34 387 489
Saldo em 1 de Janeiro de 2005		30 000 000	-	-	1 450 643	2 936 846	-	34 387 489
Resultado líquido do 1º semestre	17	-	-	-	-	75 496	-	75 496
Aumento de capital por entrada em especie	16	6 371 470	17 202 967	-	-	-	-	23 574 437
Transferencia do resultado de 2004		-	-	-	479 281	(479 281)	-	-
Saldo em 30 de Junho de 2005		36 371 470	17 202 967	-	1 929 924	2 533 061	-	58 037 422
Resultado líquido do 2º semestre	17	-	-	-	-	(14 047 664)	-	(14 047 664)
Saldo em 31 de Dezembro de 2005		36 371 470	17 202 967	-	1 929 924	(11 514 603)	-	43 989 758

Contas Consolidadas

Certificação Legal das Contas

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas da “**ParaRede – SGPS, SA**” as quais compreendem o Balanço Consolidado em 31 de Dezembro de 2005 (que evidencia um total de 82 453 819 Euros e um total de capital próprio de 43 989 758 Euros, incluindo um resultado líquido negativo de 13 972 167 Euros), as Demonstrações consolidadas dos resultados por naturezas e por funções e a Demonstração consolidada dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e os correspondentes Anexos.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos de caixa consolidados, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto, o referido exame incluiu:
 - a verificação de as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a verificação das operações de consolidação e da aplicação do método da equivalência patrimonial;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da “ParaRede – SGPS, SA” em 31 de Dezembro de 2005, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos consolidados de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as normas internacionais de relato financeiro (IFRS) tal como adoptados na União Europeia.

Lisboa, 5 de Maio de 2006

VÍTOR OLIVEIRA E HÉLIA FÉLIX, S.R.O.C.

Representada por

Vitor Manuel Rodrigues de Oliveira (ROC nº 482)

Contas Consolidadas

Relatório e Parecer do Fiscal Único

Nos termos legais e estatutários e do mandato que nos foi conferido, vimos apresentar o Relatório sobre a nossa actividade fiscalizadora e o Parecer sobre os documentos de prestação de contas consolidadas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2005, emitidos sob a responsabilidade do Conselho de Administração da "ParaRede - SGPS, SA".

O Fiscal Único acompanhou a gestão da Empresa e a evolução dos seus negócios, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento das normas legais e estatutárias, tendo solicitado e recebido do Conselho de Administração e dos Serviços a documentação e os esclarecimentos convenientes ao desenvolvimento das suas funções.

O Relatório de Gestão clarifica os aspectos mais significativos da actividade desenvolvida pela "ParaRede" no Exercício e sintetiza as suas perspectivas de desenvolvimento, tendo sido verificada a sua conformidade com os preceitos legais e a sua concordância com as Contas Consolidadas do Exercício.

As Demonstrações Financeiras Consolidadas foram elaboradas de acordo com as disposições legais e contabilísticas aplicáveis e apresentam adequadamente a situação financeira do Grupo em 31 de Dezembro de 2005, os seus resultados consolidados e os fluxos de caixa consolidados neste Exercício.

A nossa opinião foi apoiada pelo suporte técnico configurado na Certificação Legal das Contas Consolidadas, a qual se considera integralmente reproduzida neste Relatório e Parecer.

Tomámos conhecimento do Relatório de Auditoria emitido pelos Auditores Externos nos termos e para os efeitos do Art.º 245.º do Código dos Valores Mobiliários.

Face ao que antecede, somos de parecer favorável à aprovação das Demonstrações Financeiras Consolidadas do Exercício de 2005 e do Relatório de Gestão, incluindo a proposta de aplicação de resultados, nos termos em que foram apresentados pelo Conselho de Administração.

Lisboa, 5 de Maio de 2006

O FISCAL ÚNICO

VÍTOR OLIVEIRA E HÉLIA FÉLIX, S.R.O.C.

Representada por

Vitor Manuel Rodrigues de Oliveira

(ROC nº 482)

Relatório de Auditoria sobre a Informação Financeira Consolidada

Introdução

1. Para os efeitos do artigo 245º do Código dos Valores Mobiliários, apresentamos o nosso Relatório de Auditoria sobre a informação financeira consolidada contida no Relatório de gestão e nas demonstrações financeiras consolidadas anexas da ParaRede SGPS, SA, as quais compreendem o Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2005, (que evidencia um total de €82.453.819, um total de capital próprio de €43.989.758, incluindo um resultado líquido negativo de €13.972.167), a Demonstração dos resultados consolidados por naturezas, o Mapa de alterações aos capitais próprios consolidados e a Demonstração de fluxos de caixa consolidada do exercício findo naquela data, e os correspondentes Anexos.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração: (i) a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos de caixa consolidados; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada em conformidade com as normas internacionais de relato financeiro (IFRS) tal como adoptadas na União Europeia e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados; (iv) a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados; e (v) a divulgação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a actividade do conjunto das empresas incluídas na consolidação, a sua posição financeira ou os resultados.
3. A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas não contém distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu: (i) a verificação de as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação; (ii) a verificação das operações de consolidação; (iii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iv) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; (v) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas; e (vi) a apreciação se a informação financeira consolidada é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.
5. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do Relatório de gestão com os restantes documentos de prestação de contas.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da ParaRede SGPS, SA em 31 de Dezembro de 2005, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos consolidados de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as normas internacionais de relato financeiro (IFRS) tal como adoptados na União Europeia e a informação nelas constante é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Lisboa, 5 de Maio de 2006

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda
representada por:
Ana Maria Ávila Oliveira Lopes Bertão, ROC

{...Relatório e Contas 2005}

 ParaRede

Rua Laura Alves, 12, 3º
1050-138 Lisboa - Portugal
info@pararede.com

www.pararede.com

PARAREDE SGPS, S.A.
ASSEMBLEIA GERAL ANUAL DE ACCIONISTAS REALIZADA A VINTE E SEIS DE MAIO DE DOIS MIL E SEIS
EXTRACTO DA ACTA

«No dia vinte e seis de Maio de dois mil e seis, pelas dezassete horas e dezanove minutos, reuniu no Hotel Holiday Inn Lisbon Continental, Rua Laura Alves, 9, Lisboa, por na respectiva sede social não haver condições satisfatórias para a realização da reunião a Assembleia Geral da sociedade PARAREDE, SGPS, S.A., sociedade aberta, com sede na Rua Laura Alves, número doze, terceiro andar, em Lisboa, pessoa colectiva número cinco zero três cinco quatro um três dois zero, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o número quatro mil oitocentos e sessenta e um.

O Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Sociedade, Dr. Jorge de Brito Pereira, tomou a palavra para explicar que o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Geral, o Dr. Luís Sáragga Leal, não pudera comparecer à Assembleia Geral por se encontrar no estrangeiro. Assim, o Dr. Jorge Brito Pereira assumiu a presidência dos trabalhos, nos termos do artigo trezentos e setenta e quatro do Código das Sociedades Comerciais, sendo secretariado pelo Secretário da Mesa, Dr. Raul Lufinha.

O Presidente da Mesa confirmou a regularidade da convocatória da Assembleia Geral e da respectiva publicação, bem como das comunicações de depósito de acções em instituições financeiras e dos instrumentos de mandato que legitimaram a presença dos Accionistas e seus representantes.

Organizada a lista de presenças, o Presidente da Mesa verificou estarem presentes ou devidamente representados Accionistas titulares de setenta milhões quinhentas e cinquenta mil cento e oitenta e uma acções, representativas de cerca de 19,4 % do capital social. (...)

Seguidamente o Presidente da Mesa da Assembleia Geral declarou aberta a sessão e procedeu à leitura da Ordem de Trabalhos da reunião, que tinha o seguinte teor:

Ponto Primeiro: Deliberar sobre o relatório de gestão e contas do exercício de 2005;

Ponto Segundo: Deliberar sobre a proposta de aplicação de resultados do exercício de 2005;

Ponto Terceiro: Proceder à apreciação geral da administração e fiscalização da Sociedade no exercício de 2005;

Ponto Quarto: Deliberar sobre o relatório de gestão consolidado e as contas consolidadas do exercício de 2005; (...)

O Presidente da Mesa declarou aberta a discussão do Ponto Primeiro da Ordem de Trabalhos, tendo dado a palavra ao Presidente do Conselho de Administração Dr. Pedro Rebelo Pinto, o qual, considerando que a documentação colocada à disposição dos accionistas era, por si só, explicativa, se colocou à disposição para responder a dúvidas ou prestar os esclarecimentos que fossem considerados necessários.

Foi, então, concedida a palavra aos presentes para solicitarem esclarecimentos à Administração ou ao Fiscal Único sobre o Relatório de Gestão e Contas do exercício de dois mil e cinco.

Como nenhum dos Senhores Accionistas pretendeu usar da palavra, o Ponto Primeiro da Ordem de Trabalhos foi submetido a votação e aprovado por unanimidade.

Entrou-se, em seguida, na apreciação do Ponto Segundo da Ordem de Trabalhos, tendo o Presidente da Mesa procedido à leitura da proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração e que tinha o seguinte teor:

«Propomos que o resultado líquido do exercício de 2005, no montante de - 19.966.753 Euros, seja transferido para Resultados Transitados.»

Aberta a discussão sobre a proposta do Conselho de Administração, nenhum dos Accionistas pretendeu usar da palavra, pelo que a mesma foi submetida a votação e aprovada por unanimidade.

O Presidente da Mesa declarou então aberta a discussão do Ponto Terceiro da Ordem de Trabalhos.

Aberta a discussão, usou então da palavra o Senhor Dr. Júlio André, representando o Accionista Banco Espírito Santo, S.A., que, tendo em consideração o desempenho e os resultados apresentados, propôs a aprovação de um voto de confiança no Conselho de Administração e no Fiscal Único da Sociedade. Esta proposta foi de imediato submetida a votação e aprovada por unanimidade.

No âmbito do Ponto Quarto da Ordem de Trabalhos o Presidente da Mesa convidou os Accionistas a solicitarem esclarecimentos à Administração ou ao Fiscal Único sobre o Relatório de Gestão e Contas Consolidados do exercício de dois mil e cinco.

Como nenhum dos Senhores Accionistas pretendeu usar da palavra, foi submetido a votação o Ponto Quarto da Ordem de Trabalhos, que foi aprovado por unanimidade. (...)

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão pelas dezassete horas e trinta e um minutos, dela se lavrando a presente acta que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelo Presidente e pelo Secretário da Mesa da Assembleia Geral da Sociedade.»

Raul Lufinha
Secretário da Sociedade